

Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História
Mestrado em História Social da Amazônia

JOSÉ RENATO CARNEIRO DO NASCIMENTO

História e cidade:
Compondo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara”
Percurso pela História, Memória e Antropologia

Belém
2008



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História
Mestrado em História Social da Amazônia

JOSÉ RENATO CARNEIRO DO NASCIMENTO

História e cidade:
Compondo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara”
Percursos pela História, Memória e Antropologia

Belém
2008

JOSÉ RENATO CARNEIRO DO NASCIMENTO

História e cidade:
Compondo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara”
Percurso pela História, Memória e Antropologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Pedro Petit Peñarrocha (DEHIS/UFPA).

Belém
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação de IFCH/UFPa, Belém-PA)

Nascimento, José Renato Carneiro do

História da cidade: compondo lugar de moradias na “ocupação Che Guevara” percursos pela história, memória e antropologia / José Renato Carneiro do Nascimento; orientador, Pedro Petit Peñarrocha. - Belém, 2008

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

1. História. 2. Che Guevara (Marituba, PA) - Condições sociais. 3. Antropologia urbana. 4. Habitação. I. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

JOSÉ RENATO CARNEIRO DO NASCIMENTO

História e cidade:
Compondo lugar de moradias na ocupação “Che Guevara”
Percurso pela História, Memória e Antropologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Professor Doutor Pedro Petit Peñarrocha (DEHIS/UFPA).

Data de Aprovação: 18/04/2008

Banca Examinadora:

Professora Doutora Benedita Celeste de Moraes Pinto (Faculdade de História/UFPA)

Professora Doutora Rosa Acevedo (NAEA/ UFPA)

Professora Doutora Franciane Gama Lacerda (Suplente/Faculdade de História/ UFPA)

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	04
RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
APRESENTAÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1. ENTRE TEMPOS E LUGARES: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES À OCUPAÇÃO CHE GUEVARA.....	21
CAPÍTULO 2. CONSTITUINDO A OCUPAÇÃO CHE GUEVARA: INTERESSES E COLETIVOS GESTANDO O NOVO LUGAR DE MORADIAS.....	33
2.1. ESTRATÉGIAS.....	34
2.2. ENTRE SUJEITOS E COLETIVOS.....	50
CAPÍTULO 3. SIGNIFICADOS DO MORAR: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DO LUGAR DE MORAR.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	105
ANEXOS.....	110

AGRADECIMENTOS

Dedico ao meu pai Gregório Neves do Nascimento e minha mãe Maria Dagmar Carneiro do Nascimento. Agradeço aos moradores do bairro Che Guevara no município de Marituba-PA; aos funcionários da escola Dr. Otávio Meira no município de Benevides, especialmente Nazaré Queiroz, Eliene Araújo e Enilda Sólón; à geógrafa Adma Fernanda de Lima Marçal; a César Pinto da Silva; aos colegas e professores do curso do Mestrado em História da turma de 2006, em especial o colega Toni Leão e o meu orientador professor Pere Petit.

RESUMO

Trata da gestação de uma ocupação urbana no município de Marituba-Pará, hoje bairro Che Guevara, levando em conta, principalmente, noções de tempo, estratégias e representações dos sujeitos que compuseram relações sociais em um novo lugar de moradia. Neste sentido, a idéia é trilhar um percurso entre o individual e o coletivo no que se refere aos significados do morar e como esses significados interferem na construção das relações sociais do lugar de convivência com outros sujeitos. Apesar da difícil definição das fronteiras entre a História e a Antropologia, a idéia de construção do lugar de moradias remete a um debate em torno do *tempo histórico*, aqui concebido como o que busca sistematizar um enredo com base em uma diversidade de informações de diferentes documentos escritos e orais e, também, o *antropológico*, ao considerar a diversidade de formas de apresentação do tempo descrito pelos sujeitos envolvidos na trama. A pluralidade de versões sobre a construção de um ambiente urbano na Amazônia considera as narrativas que as memórias dos sujeitos oferecem.

PALAVRAS-CHAVE: História. Indivíduo. Coletivo. Memória. Antropologia. Ocupação Urbana.

ABSTRACT

The pregnancy of an urban occupation in the city of Marituba-PA, today neighborhood Che Guevara, taking into account, mainly, notions of time, strategies and representations of the subjects that composition social relations into a new place of residence. In this sense, the idea is along a route between the individual and the collective regarding the meanings of living and how those meanings interfere in the construction of social relations of the place of coexistence with other subjects. Despite the difficult definition of the borders between the History and Anthropology, the idea of building the place of housing refers to a debate on the *long history* here that the search designed as a systematic plot based on a variety of information from many written documents and oral and also the *anthropological*, in considering the diversity of forms of submission of the time described by subjects involved in the plot. A plurality of versions on the construction of an urban environment in the Amazon takes into account the narratives that the memories of the subjects offered.

KEY WORDS: History. Individual. Collective. Memoirs. Anthropology. Urban occupation

APRESENTAÇÃO

Na manhã do dia sete de fevereiro de 2007, quando fui entrevistar o senhor Ocimar Hermínio, de 57 anos, presenciei a fuga de vários bovinos do terreno que pertence à empresa funerária Max Domini. Os animais utilizaram o quintal da vizinha do senhor Hermínio como travessia para atingir a rua e seguir em direção ao outro lado da avenida principal do bairro Che Guevara. Perguntei ao senhor Hermínio se era comum ocorrer fuga de animais e ele me disse que havia acontecido uma vez quando os animais atravessaram para o outro lado e algumas pessoas (não se sabe quem) mataram e distribuíram a carne de dois bovinos.

Existem muitas diferenças¹ entre os vizinhos que presenciaram a passagem dos bovinos pelo quintal e pela rua. Mas, alguns aspectos configuram uma identificação com o lugar de moradia e se apresentam por meio de questões comuns aos sujeitos, como morar na mesma rua e no mesmo bairro, pagar o IPTU ou ir comprar na feira do bairro.

As tarefas comuns aos diferentes sujeitos/moradores, como lavar roupa, fazer o almoço, ir ao trabalho, não anulam atitudes inerentes ao indivíduo, ou à família dele, dotado de uma determinada liberdade para escolher se quer ou não participar de protestos, se quer ou não ir à missa, se quer ou não ter uma relação amigável com o vizinho. Assim, a relação social se apresenta numa interação entre aspectos coletivos e individuais. Não estou fechando uma análise no indivíduo ou no coletivo, mas buscando uma discussão em que seja possível entender relação social tendo em vista uma interação entre os dois aspectos levando em conta o ir morar e o estar no lugar.

O estudo de Nobert Elias sobre as relações entre indivíduo e sociedade tem sido importante para tentar compreender o quanto o evento social ou a escolha individual, cada uma por si, não se isola um do outro. *Essa existência não finalista dos indivíduos em sociedade é o material, o tecido básico em que as pessoas entremeiam as imagens variáveis de seus objetivos.*² Elias compara a sociedade como a Via-Láctea formada por sistemas solares distribuídos no espaço sideral aleatoriamente.

Os moradores que chegaram para ocupar terrenos no município de Marituba não constituíam um conjunto social com objetivos uniformemente traçados acerca da luta pela moradia, mas suas experiências anteriores lhes deram discursos e práticas de

¹ Em uma ocorrência policial do dia 11/09/2002 registra-se que a vizinha jogava pedras na casa do senhor Hermínio, onde funcionava uma escolinha.

² ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 18.

vivência na cidade compartilhados pela sociedade que se estruturou na área de ocupação. Se não fosse assim, não haveria ruas divididas, casas de alvenaria, feira, campo de futebol e escolas na área ocupada. Desejar um bairro recortado por várias ruas pode ser um objetivo geral e não um aspecto aleatório dos indivíduos que compõem a sociedade.

Buscando fundamentar suas idéias a respeito de fato social, Émile Durkheim escreve sobre sentimento coletivo subjungando ou neutralizando aspirações individuais: *Se a população se aglomera nas nossas cidades em vez de se dispersar pelos campos é porque há uma corrente de opinião, um impulso coletivo que impõe aos indivíduos esta concentração.*³ E afirma que não temos, como membros de uma sociedade, liberdade de escolher a forma de nossas casas e de nosso vestuário.

Urbanização já era um fato social na França do século XIX de Durkheim. Os habitantes *civilizados* das cidades francesas partilhavam do saber de que não deveriam, por exemplo, andar nus e de que não era ideal morar em casas sem paredes. No século XIX, o ideal burguês de que o lar representava paz e segurança⁴ não é culturalmente distante da mentalidade coletiva no bairro Che Guevara quanto à garantia de segurança que o lar pode oferecer. Durkheim também nos coloca que nossas idéias e tendências não são construções nossas, mas vêm do exterior⁵, e que as vontades individuais não são fenômenos propriamente sociológicos, mas pertencem ao campo sócio-psíquico⁶. Como assinala Karl Marx em *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*:

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.⁷

Considero, portanto, que as escolhas dos sujeitos se fazem em um determinado contexto social e histórico. O passado de cada sujeito também é um contexto que lhe proporcionou uma determinada filosofia de vida cultural, moral, artística e profissional, que o influenciou em momentos de decisões. Discutindo sobre biografia e evento, José Carlos Reis afirma que *a narrativa biográfica atual reconstitui a superfície social sobre a qual o indivíduo age, em uma pluralidade de esferas com*

³ DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 39.

⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 333.

⁵ DURKHEIM, Émile. Op. Cit., p. 33.

⁶ Idem, p. 37.

⁷ KARL, Marx. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2004, p. 15.

*suas racionalidades específicas*⁸. E retomando uma discussão de Levi Giovanni, Carlos Reis aponta uma forma de biografia atual que é a *prosopografia em que a história de indivíduos visa a reconstituir, através deles, o quadro social no qual eles atuaram*⁹.

Nesta perspectiva, meu interesse pelo estudo da cidade a partir do olhar, da memória e de fontes escritas produzidas pelos sujeitos envolvidos na construção do Bairro Che Guevara nasceu um pouco da minha necessidade de entender o que leva as pessoas a mudarem de lugar com fins de moradia. Uma vez minha mãe falou que não havia mais motivo para continuarmos morando no bairro do Guamá porque já havia cumprido sua tarefa no que se refere à criação e ao estudo dos filhos. A partir daí, meus pais, praticamente de ano em ano, trocavam de residência. Terminei a graduação em 2000 e fui trabalhar como professor contratado no município de Vigia. De 2000 a 2006 foram vários os locais de moradia de meus pais: da rua 25 de junho foram para Silva Castro e depois para João de Deus, também no bairro do Guamá. Voltaram para 25 de Junho, depois Sideral, Cidade Nova 2, Cidade Nova 8 e agora novamente no bairro do Sideral, onde uma placa de venda já está estampada na casa.

Vaidades, questões familiares e financeiras, acesso a meios de transporte e supermercados, são alguns dos elementos que marcaram a mudança de moradias. Aprendi nos debates dos historiadores culturais, dentre os quais os da micro-história, que escolhas pessoais são acionadas dentro de determinadas circunstâncias: temporais, espaciais, sociais. Foi um pouco o que ocorreu na minha trajetória acadêmica: na graduação, dissertei sobre a Revolução de 1930; na especialização, discuti história em quadrinhos como instrumento pedagógico para aulas de história; no mestrado, realizei um debate que, a princípio, não tem nada a ver com as produções anteriores.

Apresentei dois projetos em 2004 para ingressar no curso de mestrado: o primeiro foi sobre a abolição dos escravos no município de Benevides e o segundo foi uma proposta de ampliar o debate que realizei na monografia sobre a Revolução de 1930 no Pará. Não consegui ser aprovado.

Nestas ocasiões, eu já tinha em mente escrever um projeto sobre ocupações urbanas, mas visando a outros cursos de pós-graduação como no Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), Antropologia ou Sociologia, pois eu achava que seria um tema para esses cursos e não para História. Como havia poucos trabalhos sobre este tema no Laboratório de História e o tempo presente parece não ser constantemente tema

⁸ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 140.

⁹ Idem.

requisitado por historiadores, resolvi, na seleção de 2005, apresentar um projeto sobre ocupações urbanas com o qual consegui ser aprovado. Para a confecção do projeto, já tinha em mãos notícias de jornal como também já havia me dirigido a duas ocupações urbanas: Carlos Mariguela no município de Ananindeua e Che Guevara no Município de Marituba. O projeto consistia, dentre outros aspectos, estudo comparativo entre as duas ocupações. Entretanto, as discussões no curso, as orientações do professor Petit, o curto tempo de aprofundamento da pesquisa para cumprimento de prazos, levaram-me a focalizar a ocupação Che Guevara.

Morar em rua asfaltada e o mais próximo possível de paradas de ônibus era expectativa sempre presente nas conversas de meus pais quando o assunto era venda e compra de casa. De minhas lembranças dos bairros onde morei, sobre as necessidades de acesso ao centro comercial, a áreas de lazer, ao trabalho, à igreja, surge a composição das cidades por onde morei e trabalhei: Belém, Ananindeua, Vigia, Benevides, Santa Bárbara. Emergem ainda as relações sociais e as escolhas pessoais que meus pais e eu fizemos nestes contextos. Buscar entender a rua- ou o bairro- é tarefa primordial para quem procura entender a cidade. A cidade idealizada ou a que se viveu pode ser entendida a partir das relações sociais que se dão na rua e por que não dizer na própria casa.

O espaço urbano não é só marcado pelos objetos e agentes que o constitui, mas também pelo tempo de permanência, trajetos, relações sociais e aspirações quanto à rua ideal e à rua que se mora de fato. Relações entre as pessoas e das pessoas com os objetos que compõem uma área urbana disponibilizam uma memória da cidade que não é apenas coletiva, mas também individual porque as pessoas fazem escolhas mesmo que utilizando (e utilizam) linguagens pré-estabelecidas acerca do que seja viver na cidade. Lembrar das amizades, de usos de equipamentos urbanos, de trajetos de moradias em diferentes bairros ou cidades, é recorrer a essas linguagens que são comuns ao coletivo e, por onde posso apresentar, de modo geral, à cidade ou, pelo menos, aspectos dela como meios de transporte ou de moradia.

Para Milton Santos, o lugar pode ser definido pela densidade técnica (técnica presente na configuração atual do território), informacional (chega ao lugar tecnicamente estabelecido), comunicacional (interação entre as pessoas) e normativa (normas como definitório de cada lugar). A estas noções Ana Fani acrescenta *a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (...) o lugar que se*

*desenvolve a vida em todas as suas dimensões*¹⁰. Segundo Roberto Lobato Corrêa o espaço urbano se define como *fragmentado e articulado*, onde cada parte mantém relações espaciais com as demais. Estas relações são os fluxos de veículos e pessoas para os locais de trabalho ou nas feiras e lojas do bairro.¹¹

Após algumas leituras sobre fronteiras entre História e Antropologia bem como o aprofundamento da pesquisa de campo, decidi repensar o título de minha pesquisa sobre a ocupação Che Guevara. Num primeiro momento, minha proposta era entender a luta pela moradia partindo da idéia de que o coletivo, a comunidade, o grupo foram elemento-chave para analisar a força da construção do lugar. Hoje entendo que estes são elementos importantes para minha análise, mas devem manter um diálogo com as experiências individuais. Daí nasceu a idéia de analisar a composição do lugar (ou lugares) de moradias.

Grande parte dos autores que tratam da temática das ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belém parte de uma perspectiva das ações coletivas dos grupos que formam o cenário das lutas pelo direito à moradia. São os casos de Jorge Mário Lopes Viegas, que estudou a formação do bairro do Jurunas a partir do embate de diferentes atores sociais (moradores, donos dos terrenos, Igreja católica e o Estado)¹², e Maria Vitória Paracampo Borges, que trata da politização do cotidiano na ocupação Jaderlândia como sinônimo de luta pela cidadania no momento em que os posseiros montam estratégias de mobilização¹³.

A idéia de estudar a composição do lugar me possibilita um sentido de estudo do passado recente (a partir de 1997, em que a fazenda Santo Amaro foi ocupada por centenas de pessoas) e, ao mesmo tempo, procurar entender como foi possível sujeitos diferentes, de lugares e trajetórias diferentes formarem um coletivo para conseguirem ter acesso ao lugar de moradia. Que condições públicas (coletivas) esses sujeitos encontraram na então fazenda Santo Amaro para organizarem-se? Como se deram as *novas* relações sociais entre pessoas que se conheciam ou não antes dos eventos coletivos que marcaram a construção do lugar? Como suas experiências anteriores à ocupação fizeram-se presentes na conquista da moradia e na vivência dentro do bairro?

¹⁰ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 20.

¹¹ CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995, p. 7.

¹² VIEGAS, Jorge Mário Lopes. *Posseiros Urbanos: A luta pela moradia no bairro do Jurunas- belém-PA (1975-1985)*. UFPA: Monografia de Graduação em História, 2005.

¹³ BORGES, Maria Vitória Paracampo. *Cidadania e Direito de Morar: a política de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia – Ananindeua-PA*. UFPA/ NAEA: Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 1992.

Que valores de moradia estes sujeitos possuem levando em conta suas experiências antes e durante a construção do lugar?

A relação social de pertencimento ao lugar de moradia composta, dentre outros aspectos, pelas diferenças entre vizinhos desenvolveu-se nas tomadas de decisões individuais e coletivas ao longo do processo de ocupação, a partir de 1997, da antiga Fazenda Santo Amaro, que já vinha sendo denominada pelos ocupantes de *Ocupação Che Guevara*. O nome Che Guevara foi incorporado a um Projeto de Decreto Legislativo de 25/02/1999 da Câmara Municipal de Marituba, sendo modificado pelo Decreto nº 80 de 2000 com o nome de *Almir Gabriel*. A ocupação Che Guevara se constituiu como uma área urbana do município de Marituba¹⁴.



Ônibus da Empresa Autaviária Paraense. O emblema principal destaca o nome Almir Gabriel, mas na placa fixada ao pára-brisa está o nome Che Guevara. (foto: José Renato, 2007)

O bairro Che Guevara é hoje um lugar de características urbanas, mas, para alguns moradores, ainda mantém um clima de tranquilidade interiorana, principalmente para os que moram nos lotes agrícolas localizados após o final da linha dos ônibus. Está localizado, para quem sai de Belém, à altura do quilômetro 17 da BR 316 no município de Marituba-PA, sendo que, ao lado direito do bairro, encontram-se um cemitério e um terreno pertencentes à empresa Max Domini, do lado esquerdo, o residencial Village Francesa e, no final dos terrenos agrícolas, encontra-se o terreno da Pirelli. Para os moradores da área, à medida em que o terreno se aproxima da BR, é chamado de *lá em cima* e para quem vai em direção aos agrícolas, o destino é chamado de *lá em baixo*, em virtude do fato de que os primeiros moradores, ao efetuarem a abertura da avenida

¹⁴ Como ficou definida pelo decreto de desapropriação da Fazenda Santo Amaro (área onde se formou o Che Guevara) nº 3.039 do dia 27 de agosto de 1998.

principal (João Batista), perceberam que, quando chovia, as águas desciam no sentido da BR para dentro do terreno.

Para o desenvolvimento da pesquisa, entrevistei 16 pessoas que, aos seus jeitos, apresentaram, através de entrevistas, narrativas carregadas de signos e modos que interagem com as relações sociais mais amplas que se deram na construção do lugar. Das pessoas entrevistadas, quatro não moram no Che Guevara: o ex-presidente do Centro Comunitário, Antônio Gomes; o ex-prefeito de Marituba, Fernando Corrêa; o senhor Paulo Preto, que possui casa, mas não mora lá e a senhora Maria Lúcia Pinto da Silva, filha dos proprietários da antiga fazenda Santo Amaro, Manoel Pinto e Maria Moura. As outras doze pessoas moram no bairro desde 1997. Também conversei com diversos outros moradores no decorrer da pesquisa.

Muitas pessoas preferiram não conceder entrevista ou nem se aproximar de mim. Algumas vezes até me confundiram com policial, fiscal da COHAB (Companhia de Habitação do Pará) e da prefeitura, pois ainda existe certo temor por parte de muitos moradores quanto à perda de suas casas.

Considero que as memórias de alguns moradores, audiências judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado (Comarca de Marituba) e a pesquisa de campo são fontes que me possibilitam uma abordagem das vivências dos sujeitos e me fazem aproximar de uma antropologia urbana com uma preocupação de estudo da construção de uma *diversidade* de sujeitos que compõem o espaço urbano¹⁵. Os parâmetros da mobilização coletiva e o ritmo de uma temporalidade mais específica para a narrativa e análise dos acontecimentos partiram de fontes escritas oficiais e das produzidas pelo movimento social de moradia no bairro Che Guevara (atas de reuniões, Estatuto da Associação dos Moradores, ofícios, pareceres, prestações de contas), assim como de informações e artigos dos jornais O Liberal e Diário do Pará.

Em alguns momentos do trabalho, as fotografias servem de ilustração e em outros, são interpretadas e analisadas conforme a discussão direcionada nos capítulos; neste sentido, preferi situar as fotografias, assim como as notas de rodapé e alguns documentos, ao longo do texto para facilitar a leitura e a visualização por parte dos leitores.

Quando comecei a entrevistar moradores do Che Guevara a partir de 2005, deparei-me com narrativas e histórias da ocupação que privilegiavam praticamente os

¹⁵ ROCHA, Ana Luíza Carvalho da & ECKERT, Cornélia. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: UFRS, 2005, p. 14.

mesmos eventos marcados na memória dos que moram no lugar desde 1997: a chegada na Fazenda Santo Amaro, a presença da polícia derrubando os barracos, a morada no ginásio de esportes, a liderança do deputado Babá, as passeatas e os fechamentos da BR 316 como forma de protesto. Alistair Thomson, trabalhando com composição de reminiscências da memória, afirma que a compomos utilizando linguagens e significados conhecidos de nossa cultura, ou seja, uma *exposição pública do passado* como base de sentido às experiências pessoais¹⁶.

Ao entrevistar veteranos de guerra, Alistair Thomson percebeu que, nas narrativas, exaltavam o heroísmo e o coletivo, ou seja, buscavam na memória lembranças que lhes fizessem sentido e os identificassem no presente. Quando Thomson se sentiu mais íntimo de um ex-combatente, ouviu *experiências e sentimentos perturbadores* que eram reprimidos da memória consciente¹⁷. Esta reflexão propõe que a memória do sujeito seleciona imagens, fatos e momentos de sua vida movidos por uma identidade de reconhecimento por outros no seu presente.

A memória de cada indivíduo entrevistado guarda uma lembrança peculiar relacionada ao evento da conquista do terreno e da construção da casa na ocupação. Quando ouço os depoimentos dos moradores entrevistados (cada qual contendo aproximadamente uma hora e meia de duração), deparo-me com múltiplas temporalidades e estratégias que norteiam as narrativas e lembranças de tempos anteriores, durante e posterior ao processo de ocupação da fazenda Santo Amaro.

Segundo Eclea Bosi, o estudioso de memória Halbwachs escreve sobre os *quadros da memória* onde não há um isolamento da memória no indivíduo, mas a preocupação de se percebê-lo em *seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão*¹⁸. É possível, por meio de um trabalho com memórias de alguns moradores, ter acesso à voz do *outro* que marca diferenças, diversidades e temporalidades compondo a realidade de um passado recente da história da Amazônia.

O que me permite confiar nas lembranças de meu entrevistado não é a minha meta de buscar apenas a verdade dos fatos, mas a minha meta de buscar versões (divergentes ou convergentes) em torno deles. A idéia de versão viabiliza *verdades* captadas de diferentes indivíduos e ângulos dos quais precisei para compor meu texto.

¹⁶THOMSON, Alistair. Op. Cit., p. 56.

¹⁷ Idem, p. 61.

¹⁸ BOSI, Ecléa. *Bérgson, ou a Conservação do Passado*. In: *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 54.

Em muitos momentos, não houve como descobrir o que levou um ou outro entrevistado a divergir dos demais, principalmente porque não consegui sentir mentiras nas palavras, nos gestos, no olhar e na espontaneidade deles. Contar suas histórias para alguém construir um trabalho sobre o seu bairro é algo marcante para as suas vidas como também é motivo de orgulho. Porém, este é um sentimento que muitos moradores demonstraram não compartilhar quando se negaram a se aproximarem de mim para, pelo menos, um primeiro contato.

Na leitura de Alistair Thomson, a sensação de descrédito em relação a depoimentos orais, que paira entre muitos historiadores, liga-se à idéia de que tais narrativas são fantasiosas, tendenciosas ou distorcidas dificultando assim a compreensão de regularidades do conjunto social. Conforme Thomson, na verdade, tais aspectos das narrativas orais não são problemas, mas indícios, recursos que podem explicar significados subjetivos das experiências vividas e a natureza das memórias individual e coletiva¹⁹.

Trabalhar com história oral - principalmente com períodos muito recentes, como é o caso do *movimento social* que se organizou no município de Marituba em 1997 - é essencial para o que proponho estudar. Vejo uma relação complementar entre depoimentos orais e as fontes escritas a que consegui ter acesso. Esta relação, de certa forma, foi me impondo limites ao uso de uma diversidade²⁰ de fontes disponíveis sobre as questões que envolveram diversos sujeitos na ocupação Che Guevara. Limites principalmente quanto ao direcionamento mais específico e preciso de fontes escritas que foram necessárias ao diálogo com os depoimentos disponíveis.

O depoimento oral é uma narrativa e precisa ser utilizada como fonte da explicação montada pelo historiador. A explicação do tema é o produto, a versão, a apresentação do que foi e o que não foi pesquisado. Neste sentido, narrativa e explicação caminham juntas conforme as escolhas que o historiador faz para então dar lógica a sua produção. Foi o que esboçou Peter Burke ao discutir *densificação da narrativa* no sentido de interagir acontecimentos e intenções dos sujeitos com as estruturas (instituições, modos de pensar etc.)²¹.

¹⁹ THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História oral e as Memórias*. Revista Projeto História nº 15 (Ética e História Oral). São Paulo: EDUC, 1997, p. 52

²⁰ LE GOFF, Jacques. *A visão dos outros: um medievalista diante do presente*. CHAVEAU, A. (org.) *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 99

²¹ BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 339.

Os moradores do Che Guevara não constroem linguagens para explicar seus percursos na cidade (genericamente falando). Apreendem *o falar da cidade* lidando com diversas situações da vida, em outros tempos e no agora. Considero fundamental a noção de *significados partilhados*²² entre os indivíduos para tentar definir cultura. Mas, dar sentido à cidade por meio de símbolos exteriorizados pelas memórias e linguagens é, antes de tudo, viver diversas situações reais no espaço urbano. Dessa forma, procuro compreender as experiências dos sujeitos levando em conta o tempo, envolvimento com outros sujeitos e andanças por outros lugares.

Os papéis principais de meu trabalho são todos os seres humanos que estiveram envolvidos no processo de construção do bairro Che Guevara. Centenas não puderam ser entrevistadas em virtude do pouco tempo de pesquisa ou porque se negaram a dar entrevista. As cidades que emergem das memórias dessas pessoas são coadjuvantes. O que dá sentido à cidade é a vida de pessoas que viveram ou vivem nela. Não são teóricos da cidade, planejadores urbanos ou advogados. São pessoas que carregam uma história que também não pode ficar à margem das discussões acadêmicas ou governamentais.

Zygmunt Bauman fala da perda de identidade na era da globalização em que o Estado não mais se preocupa em manter o rigor do sentimento nacionalista e possibilita a transformação dos direitos sociais em *dever individual do cuidado consigo mesmo e de garantir a si mesmo vantagem sobre os demais*²³. Na era da globalização, o individualismo burguês, como valor cultural assimilado por pessoas que não possuem condições econômicas de se definirem como burguesas, é reforçado mediante o enfraquecimento da participação do Estado na esfera social, ou seja, a derrocada do estado de bem-estar social a partir dos anos 70, quando os movimentos sociais passaram a criar novos espaços de luta reveladores de formas singulares de expressão²⁴ e direcionados para direitos mais específicos: moradia, reforma agrária e defesa do consumidor.

A Constituição Brasileira de 1988 assegura o direito à moradia para os cidadãos nos artigos 182 e 183 e o Estatuto da Cidade de 2001 estabelece articulação democrática na gestão dos espaços urbanos brasileiros. As ocupações urbanas são consideradas, por

²² PESAVENTO, Jatahy Sandra. *História e História Cultural*. Op. Cit., p.15.

²³ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 35

²⁴ SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e luta dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 198.

muitos autores, como espontâneas, ou seja, não planejadas²⁵. As lideranças do movimento pela moradia no Che Guevara não precisaram dar aulas de conscientização a respeito do direito à moradia que, conforme a Constituição e o Estatuto da Cidade, todos os cidadãos podem participar democraticamente da construção de uma cidade digna.

Mesmo antes do lançamento do Estatuto da Cidade em 2001, os moradores, em 1997, entre lideranças e simples ocupantes do Che Guevara, já estavam pondo em prática uma política de distribuição dos terrenos, organização das ruas, preservação de terrenos para futuras instalações de uma praça, hospital, escola. Foi um planejamento e um consenso de expectativas coletivas quanto aos usos urbanos dos terrenos reservados sem que o Estado Constituído intervisse.

Transitei em diferentes instâncias públicas municipais de Marituba (Ação Social, Prefeitura Municipal, a própria Associação de Moradores) como também nas instituições estaduais tais como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e Companhia de Habitação do Pará (COHAB) em busca de algum levantamento sobre o bairro, mas não consegui nenhum dado sócio-econômico sobre o lugar. Resolvi elaborar um questionário sob a orientação do professor Petit e montei uma equipe com o auxílio do morador Manoel Sardinha para aplicação do mesmo em diferentes partes do Che Guevara.

São 49 quadras, mais os lotes agrícolas. Cada quantidade de quadras possui o nome de um santo católico: da quadra 1 a 23 é a Comunidade Santo Antônio, da 2 a 20 é a Santa Terezinha, da 24 a 48 é a São João Batista, da 25 a 49 é a Santa Rita de Cássia e os lotes agrícolas formam a Comunidade São Bartolomeu. A Igreja Católica não coordenou as ações de divisão de quadras; do contrário, o terreno da Igreja Nossa Senhora das Vitórias foi doada pelos moradores porque aspiravam a uma idéia de que, no lugar, deveria ter uma Igreja Católica.

Não me preocupei apenas em conversar com líderes do movimento, mas também com moradores *comuns* que não se envolveram diretamente na coordenação. Penso que suas vivências, expectativas e valores podem expressar indícios históricos para alicerçar o debate por mim pretendido. Neste sentido, foram de fundamental importância as contribuições das disciplinas do curso de Mestrado em História Social da Amazônia, principalmente a que se discutiu Memória, com a professora Benedita Celeste e a que se

²⁵ TRINDADE, Saint-Clair Cordeiro da. *A Cidade Dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. USP, Tese de Doutorado, 1998, p. 151.

discutiu Fronteiras entre História e Antropologia, com o professor Antônio Otaviano. Foram discussões complementares que contribuíram para alguns ajustes de meus propósitos de pesquisa e escrita.

O debate em torno do indivíduo e do coletivo tem chamado atenção especial de estudiosos que trabalham com a memória como: Alessandro Portelli, Júlio Pimentel Pinto e Alistair Thomson. Vejo como variadas as possibilidades de aproximação desses autores com as discussões que se dão sobre a relação história-antropologia. Esta relação explorada por autores como Clifford Geertz e Robert Rowland traduz um longo período de mudanças que marcaram a produção historiográfica²⁶. O acesso à memória de experiências alheias do *outro* são reveladas ao historiador através do trabalho de campo e dispõe diferentes versões sobre o passado recente da ocupação Che Guevara. Em *A Miséria da Teoria*, Thompson afirma que:

A explicação não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionam-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades.²⁷

Não é possível montar uma análise sobre construção de experiência de luta de uma comunidade como a do Che Guevara sem levar em conta as formas de organização política desenvolvidas pelos indivíduos envolvidos na trama. Para isso, é necessário abordar a trajetória de vida de alguns moradores (suas experiências de liderança ou mesmo de morador de outra área) para compreender como se constituíram suas experiências sociais naquele lugar. Neste sentido, procuro compreender as *novas* relações sociais construídas no lugar, não partindo da idéia fixa de que ali se formou uma identidade homogênea provocada por questões como pagar aluguel, conquista da casa própria e lutar por um lugar dotado de infra-estrutura urbana, mas compreendendo, a partir de diversos discursos (moradores, imprensa, autoridades) como se apresentam os símbolos, as experiências, as representações, os estilos de vida que compõem o cenário histórico do morar num bairro considerado por muitos como periférico e perigoso do Município de Marituba. Assim, desejo contribuir para um debate acerca de

²⁶ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 134.

²⁷ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 61.

que a questão da marcação da identidade neste lugar da Amazônia urbana contemporânea é fluída, instável²⁸ e não pode ser entendida sem a marcação de alteridades.

O debate bibliográfico sobre ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belém e em outras cidades brasileiras me serve de referência acerca das questões sobre espaço, temporalidade, política e cultura. Tal debate envolve a questão da moradia na história recente do Brasil, além de discussão teórica sobre ocupações urbanas e movimento social. Foi possível pensar a construção de um trabalho de historiador que navega pelos campos da antropologia, sociologia, geografia e das ciências jurídicas, apesar de minha tímida percepção acerca dessas outras ciências sociais. Não pensei, também, em fechar com um método historiográfico, mas tive a preocupação de manter um diálogo, em meus comentários, com abordagens que fazem sentido a minha proposta de trabalho como as de História social, Micro-história e Antropologia histórica.

Trabalhando com a produção da habitação popular em Belo Horizonte, Carla Ferreti Santiago afirma que os historiadores, a partir dos anos 60, passam a ver o espaço urbano tendo em vista um estudo de múltiplas experiências de homens e mulheres na construção da cidade salientando os estudos de Henri Lefebvre para quem o urbano é resultado de vontades individuais e de grupos²⁹.

Relações sociais, experiências individuais e de grupos parecem ser essenciais aos historiadores na perspectiva de entendê-las dentro de um processo do ponto de vista cronológico. Há uma dose de abordagem tradicional nessa idéia de processo, que não é teleológico-evolucionista, mas possibilita manusear um aspecto central no trabalho do historiador: o tempo no sentido de observação de aspectos sincrônicos e diacrônicos que constituem as trajetórias dos sujeitos.

Em seu livro *História e História Cultural*, Sandra Jatahy Pesavento demonstra qual o olhar do historiador cultural sobre a cidade, já que esta foi uma temática bastante discutida em abordagens econômicas e sociais³⁰. Segundo a autora, a história cultural

²⁸ WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 28.

²⁹ SANTIAGO, Carla Ferretti. *O lugar de Morar: Estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte – o bairro Dom Cabral, 1959/1981*. UFMG: 1999, Dissertação de Mestrado, p. 12.

³⁰ PESAVENTO, Jatahy Sandra. *História e História Cultural*. 2ª edição. São Paulo: Autêntica, 2005, p. 77.

trata a cidade não só como o local da produção ou da ação social, mas como *objeto de reflexão*:

Não se estudam apenas processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade. Indo mais além, pode-se dizer que a História Cultural passa a trabalhar com o imaginário urbano, o que implica resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais.³¹

O sentido do *resgatar* no texto de Sandra Jatahy não quer dizer ver a cidade como ela realmente era através das fontes, mas é reunir essas fontes para compor uma interpretação sobre como a cidade, a partir das vozes dos sujeitos, se reconhecia como tal em seus variados aspectos: econômico, social, intelectual, etc. Este debate é inerente à compreensão de linguagens urbanas das lembranças de meus entrevistados por onde verifico os indícios de olhares (imaginário) sobre o urbano.

Trajetórias marcadas por símbolos, vontades, escolhas e sinais de homens e mulheres inseridos no contexto de expectativas do viver bem nas cidades capitalistas modernas. Neste sentido, tenho uma grande aproximação de algumas propostas de abordagem de história cultural. Apesar de não ser tão fácil definir história cultural devido principalmente a grande diversidade de temas e historiadores independentes formando o que Carlos Forcadell chama de *colegio invisible*³², Peter Burke consegue fazer um balanço historiográfico da história cultural mostrando contribuições importantes de vários historiadores e de antropólogos neste campo de estudo.

Burke afirma que a noção de cultura foi deixando de se referir apenas à alta cultura e que inclui agora costumes, valores e modo de vida. *Em outras palavras, os historiadores se aproximam da visão de cultura dos antropólogos*³³. A ocupação Che Guevara deu-se num período recente da história da Amazônia, o que me sugeriu a realização de um trabalho de campo no lugar e até a experiência de estar com os *nativos*, sem dúvida, me deu exemplos importantes de vida cotidiana para o meu debate.

Entretanto, acho importante destacar que me detenho mais no estudo de um tempo que não é o agora, da semana passada, do ano passado, ou seja, o tempo imediato, embora este seja profundamente marcado como resultado do processo que

³¹ Idem, 77-78.

³² ÁLVARES, Carlos Forcadell. “La Historia Social, de la ‘clase’ a la ‘identidad’”. In: SANDOICA, Helena Hernández & LANGA, Alicia (Edit.). *Sobre la Historia Actual*. Madrid: Abada Editores, 2005, p. 22.

³³ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 48.

busco entender a partir de 1997. Talvez essa consideração seja importante para marcar a diferença entre o meu trabalho e o de um antropólogo, por exemplo.

A idéia do primeiro capítulo é discutir trajetórias de alguns moradores do Che Guevara, que moram desde o início no lugar, levando em conta seus percursos de moradia na RMB (Região Metropolitana de Belém) ou em outro lugar, suas experiências profissionais, políticas e expectativas de vida familiar, lazer e outros usufrutos que o local (urbano ou rural) tinha a oferecer, sem esquecer que este retorno ao passado por meio da lembrança se faz no presente (no Che Guevara), ou seja, um diálogo entre tempos diversos: o do sujeito, vizinhos, família, colegas de trabalho, transporte, etc.

Neste capítulo, procurei explorar ao máximo as lembranças que alguns moradores ou ex-moradores do bairro compartilharam comigo. A memória é a matéria-prima essencial por onde tenho acesso aos trajetos de diferentes sujeitos em diferentes lugares. Apesar de o tempo passado caracterizar-se como um *outro* para os entrevistados (Gueertz compartilha com outros antropólogos a idéia de que *o passado é um outro país*³⁴), é possível verificar, em seus trajetos até o bairro Che Guevara, um pouco de como foram se consolidando valores ligados à vivência desses sujeitos em lugares anteriores.

Como a memória de alguns moradores apresenta-se a partir das narrativas de suas escolhas feitas em seus tempos e contextos sociais? No primeiro capítulo, também procuro apresentar uma discussão sobre como os entrevistados manejam suas temporalidades usufruindo de suas memórias para traçar percursos entre escolhas pessoais e coletivas. Considero, ao longo do trabalho, lembranças de trajetórias dos entrevistados em três momentos: antes, durante e depois da ocupação da fazenda Santo Amaro. Mesmo não tendo uma preocupação de uso de uma linguagem técnico-cronológica-formal, os entrevistados deixaram revelar modos peculiares de usos do tempo para costurar uma narrativa e dar sentido a suas trajetórias em contextos sócio-temporais específicos.

No segundo capítulo, procuro analisar como se deu a construção da ocupação Che Guevara a partir das expectativas (anseios) individuais e coletivas, fazendo um percurso entre diferentes sujeitos e diferentes grupos tendo como eixo o morar. Aí pretendo discutir questões políticas (decisões e escolhas coletivas e individuais) que

³⁴ GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 113.

envolvem, por exemplo, participação dos sujeitos em assembléias e reuniões, composição da coordenação do movimento, diferentes participações no coletivo e/ou no lugar de morar (casa ou terreno), passeatas e outros protestos.

Destino o primeiro item do segundo capítulo a apresentação de uma narrativa acerca da sucessão de estratégias que se desenrolaram durante o processo de ocupação da fazenda Santo Amaro. Tomo por base vários discursos presentes em diversas fontes (orais e escritas) e desenvolvo uma relação entre aspectos coletivos e individuais que marcaram a sucessão de ações envolvendo diferentes grupos na formação do novo lugar de moradia. No segundo item, procuro analisar como se apresenta a relação entre indivíduos e coletivos dentro desse processo.

Experiências e expectativas (levando em conta o diálogo sujeito e coletivo) do lugar constituído são abordadas no terceiro capítulo onde procuro refletir, por exemplo, sobre a questão do nome da ocupação (Che Guevara x Almir Gabriel), os estatutos da Associação de Moradores e sua atuação junto à comunidade. Neste mesmo capítulo, procuro entender um pouco do viver urbano (novas relações sociais) num lugar que foi construído sob a perspectiva das representações de diversos aspectos urbanos apresentados por diferentes indivíduos.

Presenciei várias vezes em ônibus coletivo pessoas que moram no município de Benevides ou de outros bairros de Marituba chamarem os moradores do Che Guevara de *bando de sem teto* ou *bandido*. O senhor Paulo Preto e outros moradores que defendem a permanência do nome do Bairro de Almir Gabriel argumentam que o nome Che Guevara é sinal de um lugar marcado pela violência e bandidagem. O morador Sardinha afirma que, com o nome Che Guevara, não houve melhorias no bairro, já com o nome Almir Gabriel vieram escola e posto de saúde.

Classifico as entrevistas conforme o interesse de cada capítulo levando em conta o antes, os momentos da ocupação propriamente dita, os símbolos da moradia e o viver na cidade apresentados pelos depoimentos orais dos entrevistados.

CAPÍTULO 1: ENTRE TEMPOS E LUGARES: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES À OCUPAÇÃO CHE GUEVARA.

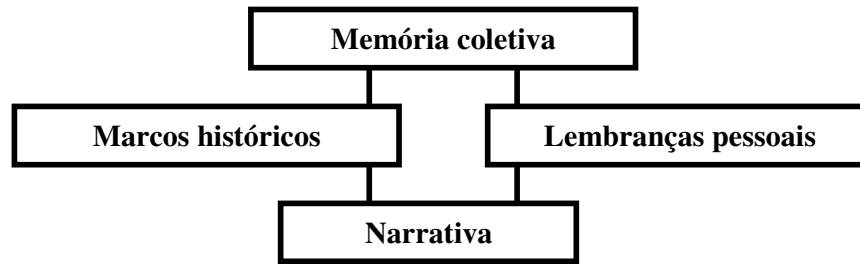
Para Alessandro Portelli, *a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados*³⁵. Neste sentido, o lembrar pessoal apresenta-se por uma linguagem demonstrando ocasiões articuladas com o contexto social por onde viveu ou vive o indivíduo. Portelli evita o termo *memória coletiva* porque cada memória expressa uma experiência única do sujeito.

Evitar o uso de *memória coletiva* não quer dizer abandonar o termo. Lembrar da chegada na área de ocupação é diferente de lembrar da atuação do então deputado Babá do PT à frente do movimento para conquista da terra, porém ambos são memórias coletivas no que diz respeito ao início da vida dessas pessoas no bairro Che Guevara. É diferente porque lembrar da chegada na ocupação remete a uma série de outras lembranças pessoais e particulares que envolviam questões familiares, profissionais, financeiras, etc. que motivaram a ida para o lugar, e lembrar da atuação do Babá significa pontuar que a ocupação do terreno teve um início com a atuação de uma pessoa considerada lutadora e engajada em movimentos sociais.

Existem lembranças de alguns marcos da memória coletiva que narram a fundação da ocupação: Babá, a ocupação da câmara dos vereadores de Marituba (antigo ginásio de esportes), o fechamento da BR-316, a instalação dos postes, as assembléias gerais e outras que são coletivas mas ligadas a interesses pessoais, como a chegada no lugar, o trabalho no terreno, o interesse em montar um comércio, em comprar material de construção para a construir casa, etc. Mas, existem lembranças de caráter mais pessoal ainda: familiares, planejamento da casa, comprar televisão, namoro, casamento.

São lembranças trazidas do tempo em que os entrevistados se encontram na ocupação. Esses sujeitos possuem memórias coletivas e pessoais de outros tempos e de outros lugares antes de chegarem à fazenda Santo Amaro. Mesmo que o sujeito busque morar sozinho num lugar ou noutra, quando narra sua trajetória, ele lembra de outras pessoas, de outros lazes, de colegas de trabalho, etc. A memória é coletiva quando acionada para narrar acontecimentos de outro tempo. A escolha cabe a cada pessoa. A escolha é pessoal, individual, mas é feita dentro de determinadas circunstâncias históricas (coletivas).

³⁵ PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: Revista Projeto História n.º 15: *Ética e História Oral*. São Paulo: Educ, 1997, p. 16.



Relações entre aspectos de lembranças com base nas entrevistas coletadas por mim. A narrativa produzida no momento da entrevista faz referência a lembranças que são gerais (compartilhadas por todos) e lembranças mais específicas que dependeram das escolhas pessoais no contexto de suas vidas.

Ao entrevistar o pedreiro Carlos de Oliveira, de 31 anos, em julho de 2006, eu ainda não tinha desenvolvido bem técnicas e leituras de como fazer história oral. Mesmo assim, ao final da entrevista, Carlos ficou surpreso e comentou que eu lhe havia feito rememorar situações que ele julgava nunca mais lembrar. Ele lembra por que viveu e fez escolhas que se refletiram no que ele chama de *minha vida melhorou aqui*. Para Carlos, o tempo de dificuldades foi vivido no bairro da Guanabara (até os 11 anos), no Guamá (até os 16 anos), no Maguari (até os 18 anos) e no Curuçambá, onde morou 2 anos. O Curuçambá foi a primeira *invasão* em que Carlos morou e daí se encaminhou a Marituba para buscar um terreno na ocupação da fazenda Santo Amaro. As dificuldades familiares (mal conheceu o pai) e financeiras, bem como a marca de sua idade em cada etapa vivida, foram os principais mecanismos acionados na lembrança de outros momentos de sua vida.

Quando Carlos lembra de sua chegada na fazenda Santo Amaro, já a denomina de residencial Almir Gabriel, sem se preocupar se, em 1997, a propriedade chamava-se Santo Amaro ou Che Guevara. Houve um momento na entrevista que eu o interrompi para lhe indagar sobre qual o nome da área naquele momento, já que o nome residencial Almir Gabriel era mais recente. Ele então confirmou que as pessoas denominavam o lugar de fazenda Santo Amaro e depois Che Guevara. A partir daí, Carlos passou a construir sua narrativa levando em conta o nome Che Guevara. Carlos, assim como outros moradores, faz questão de lembrar que está morando no Che Guevara desde o início e quase teve o terreno que desejava tomado por outra pessoa que foi morar próximo à BR e depois vendeu o terreno. *Daqui pra frente é melhorar*, diz Carlos após lamentar que muitas pessoas vinham só pra conseguir um terreno para depois vender.

Carlos é pedreiro *dum tempo pra cá*, mas, antes de *conseguir um pedaço de chão* no Che Guevara, havia *invadido* outras terras em Benevides, Maguari e Curuçambá. O seu propósito era ter um lugar pra morar e não especular. Para Carlos, *invadir* terreno é uma profissão, mas também é um mecanismo importante de sua lembrança dos lugares por onde tentou morar. *No início da ocupação* (é uma expressão muito utilizada pelos entrevistados), Carlos exerceu o ofício de cavador de poço, mas deixou passar um tempo antes de cavar o seu próprio poço porque ainda se sentia ameaçado de despejo. A estratégia de Carlos era cavar o poço dos vizinhos, abastecer-se de água neles, ganhar dinheiro com o ofício e esperar o momento certo para cavar o seu próprio poço depois que tivesse certeza que não ia mais sair do seu terreno. Dois aspectos quanto ao uso do tempo são importantes neste ponto do depoimento: acender a lembrança do seu início na área por meio do ofício de cavador de poço e o uso do tempo de espera como estratégia para garantir seu próprio e permanente abastecimento de água.

Le Goff propõe que uma das inovações deixadas pelos historiadores ligados à Escola dos Annales foi o desenvolvimento de uma noção de tempo (matéria da história) associado a uma multiplicidade de tempos sociais atribuindo menor valor ao tempo linear, homogêneo e único³⁶.

A moradora do Che Guevara, Marly do Socorro, de 38 anos, apresenta uma narrativa em que o tempo parece seguir um enredo cronológico: no início da entrevista diz: *Eu nasci na cidade de Cametá. Morei lá até os nove anos de idade (...) Eu vim pra Belém com uma família. E mais adiante relata: Depois que a gente sentiu firmeza que iríamos ficar realmente aí, eu comprei madeira aí construí de madeira*³⁷. Da saída do município de Cametá até a construção da casa de madeira na ocupação demonstra um enredo linear da narrativa. Observei uma preocupação constante de Marly em ressaltar o sentimento de orgulho de ter lutado e conquistado a casa própria no Che Guevara já que sempre morou na casa de alguém ou em casa alugada.

Com 9 anos de idade, Marly veio pra Belém morar com a família de um professor de matemática transferido de Cametá pra Belém para dar aula no antigo colégio Lauro Sodré. Ela morou no conjunto Amapá, na Almirante Barroso, próximo ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), até 1981, e depois foi morar com a prima no bairro do Coqueiro onde trabalhou num restaurante no final da linha de ônibus (*ainda era ali o final da linha do Souza*). No restaurante, ajudava sua prima a

³⁶ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 54.

³⁷ Entrevista concedida por Marly do Socorro Ferreira Furtado no dia 09/04/07.

servir principalmente motoristas e cobradores que trabalhavam na empresa de ônibus. Depois de três anos trabalhando no restaurante, retornou ao município de Cametá por recomendação dos pais. A opção de ter vindo pra Belém partiu dela mesma porque desejava ter suas coisas.

Para Marly, Belém é representada no início dos anos 80 como a cidade onde as oportunidades de empregos eram melhores, mas aceitou retornar a Cametá pelo fato de levar uma vida muito cansativa em Belém, uma vez que trabalhava no restaurante das cinco da manhã às nove da noite e depois ia vender cachorro quente em frente a Igreja Santo Antônio, próximo ao colégio Dr. Freitas, ainda na *vila do Coqueiro*, como era chamado o bairro. Ela tentou, mas não conseguiu continuar morando com os pais em Cametá, pois já havia se acostumado a morar em Belém.

Morou com a família da professora Conceição Florença na Generalíssimo Deodoro em Belém. Formou-se no curso de magistério em 1992 e, com o apoio da supracitada professora, fez cursinho para tentar vestibular na Universidade Estadual do Pará (UEPA). Marly tinha consciência de que morava *de favor* na casa de Conceição, mas se sentia praticamente membro da família, muito embora tivesse na casa uma empregada que não simpatizava com ela e que, às vezes, chegava uma e meia da manhã do cursinho e não encontrava *nada pra comer*. Não conseguindo ser aprovada no vestibular da UEPA, Marly foi trabalhar numa escola em Marituba construída por intermédio da professora Conceição, em 1993.

Aí tava uma época de muitas invasões em terrenos baldios em Marituba. De início, Marly morou na escola Nossa Senhora do Rosário até o momento em que foi feito um convênio com a Secretaria Executiva de Educação do Pará (SEDUC). Depois foi morar no bairro Nova Marituba pagando 70 cruzeiros de aluguel. O conjunto pertencia à Companhia de Habitação do Pará (COHAB) e foi ocupado ilegalmente por várias pessoas, o que, na opinião dela, proporcionou o aumento da criminalidade no lugar. Ela ainda morou no bairro Novo Horizonte e numa rua próximo à escola Rosário. Em 1994, conheceu o seu marido, que trabalhava de vigilante na construção do conjunto *Nova Águas Lindas* feito pela COHAB no governo Jader Barbalho.

Marly se *amigou* e foi morar na Cidade Nova. Novamente morou no Novo Horizonte em Marituba e, em seguida, foi para uma ocupação com o marido próximo à entrada da Cidade Nova na Mário Covas. Depois de problemas familiares envolvendo um dos filhos do seu marido, voltou ao bairro Nova Marituba, onde morou entre 1995 e 1997. Sem intenção, influenciou a vinda dos pais e irmãos para Marituba. Por

intermédio de uma amiga de trabalho, ficou sabendo da ocupação na Fazenda Santo Amaro.

A moradora Felipa de Lima (tia Filó), de 87 anos, inicia sua narrativa (apesar de eu orientá-la para falar de sua trajetória anterior à ocupação) falando de sua vizinha que a chama de *doutora do mato*. Depois de comentar suas práticas de cura que utilizou em alguns de seus vizinhos da rua onde mora, tia Filó começa a falar de sua vida do município de Curuçá, passando por Icoaraci e outros lugares até chegar à ocupação Che Guevara³⁸.

As narrativas coletadas possuem a marca da linearidade, que não são necessariamente apenas sinalizadas pela lembrança de datas, mas por outras formas de marcar o tempo em que procuro situar o sujeito em sua temporalidade, um exemplo disso é quando tia Filó lembra que, aos doze anos, *um sem vergonha zombou* dela ou quando foi trabalhar no Domingues Freire (hoje hospital Barros Barreto) na época em que *as freiras comandavam* o hospital e Felipa morava no bairro do Guamá, em Belém:

Eu trabalhava na roça, apanhava pimenta, capinava, tudo isso eu fazia, fazia farinha. Quando eu vinha aqui pra Belém, eu me empregava, lavava roupa, passava roupa, cozinhava, tudo isso. Eu fui uma mulher muito sofredora, mas também, graças a Deus, hoje em dia, eu sou feliz, feliz porque não tenho riqueza, mas tenho esse pedacinho de casa que eu me meto aqui debaixo, tem esse quartinho aí velho que eu dei pro meu neto que tem mulher. Já mandei levantar esses dois compartimentos aí de alvenaria e tenho fé em Deus de levantar mais, ainda fazer mais quarto, enquanto há vida há esperança e o que nós quer fazer, se nós quer fazer, nós diz assim: eu faço isso em nome do senhor Jesus, eu vou fazer e nós faz.

Para tia Filó, o tempo das dificuldades maiores é anterior ao lugar em que mora. As pessoas com quem se envolveu, as tarefas que realizou, a casa que construiu são marcadores temporais surpreendentes desta senhora no sentido de manipular um conjunto de lembranças que deixam transparecer como uma pessoa, com dificuldades familiares e econômicas, buscou se adaptar a um estilo de vida na cidade. Aos sete anos, foi morar em Icoaraci, na casa de um irmão e, aos doze, engravidou. Voltou para o interior do município de Curuçá, onde teve uma infância marcada pelo trabalho pesado na lavoura e morava na casa das tias. Depois morou no município de Terra Alta, onde deu a filha de três anos de idade aos padrinhos.

³⁸ Entrevista concedida por Felipa de Lima Souza no dia 12/10/06.

Em seguida, dona de si mesma por ter completado dezoito anos, tia Filó foi morar no *beco do Caraparu* no bairro do Guamá em Belém próximo ao cemitério Santa Izabel. Nesse tempo (*era o tempo do Barata*, afirma tia Filó), trabalhou no Domingues Freire lavando roupas e lençóis em tanque. Pagava aluguel e vivia em farras até quando conheceu um rapaz. A Irmã, que dirigia o hospital (irmã Odilha), mandou Filó perguntar ao rapaz se ele não queria casar. Filó ficou com vergonha e a própria freira foi perguntar ao rapaz acerca deste assunto. Depois de casar e engravidar, Filó foi morar em Santarém. Seu marido inventou uma viagem de dez dias para o Amazonas e não voltou mais.

Sem se sentir à vontade em Santarém, Filó retornou a Belém e foi trabalhar no Ver-o-peso, onde vendia açaí e peixe frito. Arrumou um dinheirinho e comprou um *quartinho porque hoje em dia ninguém encontra mais, mas, de primeiro, você ia com qualquer 15 reais por aí e tinha aqueles quartinho (...) assoalho era de tábua de caixa de sabão e você comprava* (Depois desse relato, Filó corrige que ainda era o tempo do cruzeiro). Arrumou um companheiro já morando no bairro da Terra Firme, em Belém, depois foi morar no município de Santa Izabel trabalhando com plantação de pimenta, feijão verde e tomate. Depois de se separar do companheiro, tia Filó foi morar no bairro Riacho Doce no município de Marituba, de onde recebeu a notícia de que havia terra pra morar na Fazenda Santo Amaro.

Ao contrário de tia Filó, a narrativa do senhor Ernandes da Costa, de 58 anos, apresenta uma série de acontecimentos acompanhados de datas que Ernandes não fazia muito esforço pra lembrar. Ernandes teve sua infância e juventude no município de Curuçá. A partir dos treze anos, trabalhou numa serraria e assim fez até os dezenove anos. Em 1969, empregou-se no posto Invencível como lavador de carro e morava com um primo, apelidado de Biriba, no bairro da Marambaia, em Belém. Depois trabalhou um ano e sete meses na garagem da empresa de ônibus Nova Marambaia na avenida Augusto Montenegro.

Em 1972, trabalhou no posto de gasolina Atlantic (entre as ruas Lomas e Almirante Barroso). Depois de ter trabalhado também na Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) e morado no bairro do Marco, Ernandes foi morar, desempregado, com um tio numa rua próximo à antiga castanheira da BR 316. Numa manhã, saiu em busca de emprego e pegou o ônibus para o município de Marituba. Desceu no final da linha que ficava onde hoje é a loja de móveis Jacaúna e veio descendo a BR-316 à procura de emprego.

A montagem do tempo do seu passado é articulada principalmente a partir da busca pelo emprego. Ernandes lembra ainda que trabalhou numa fábrica de adubos, numa fábrica de tijolos, vigilante na construção do bairro Cidade Nova 5. Entre 1981 a 1988, trabalhou como vigilante no Circulo Militar de Belém próximo ao Ver-o-peso, já morando no Bairro Novo (em Marituba), que foi uma área desapropriada no governo de Jader Barbalho. Hoje em dia, Ernandes trabalha como Vigilante pela prefeitura de Benevides e pela prefeitura de Marituba.

Por volta do dia 13 de janeiro de 1994, Ernandes conseguiu um emprego na prefeitura de Benevides. Lembra que essa foi uma época em que uma parte de Marituba pertencia ao município de Benevides e a outra ao município de Ananindeua. Por intermédio do senhor Claudionor Begot, começou a trabalhar descarregando 15 milheiros de tijolos que estavam em uma carreta logo depois que o referido senhor lhe fez a pergunta: *Você vai carregar?*. Ernandes e outros homens descarregaram a carreta das 2 da tarde às 10 da noite e o senhor Claudionor pediu que ele voltasse na segunda-feira para receber o dinheiro. Não aceitou o pagamento, mas pediu um emprego para o senhor Claudionor.

Ele começou a trabalhar, pela prefeitura de Benevides, cavando vala e limpando rua. E, em junho de 1994, fez o concurso pra vigilante e passou, sendo nomeado, em outubro desse ano, pela prefeitura de Benevides. Em 1996, foi a primeira eleição em Marituba³⁹ e Ernandes ajudou a fazer campanha para o candidato a vereador José Miranda (esposo de sua cunhada) com a promessa de que iria conseguir um emprego. O prefeito Fernando Corrêa assumiu a prefeitura em 01 de janeiro de 1997 e, no dia 07 de janeiro, Ernandes assumiu contrato com a prefeitura de Marituba.

Ele jamais havia participado de protestos ou mobilizações populares, mas, para conseguir seu terreno na fazenda Santo Amaro, envolveu-se no processo com os outros ocupantes. Havia participado, primeiro, de uma ocupação numa área que pertencia à empresa OCRIM, onde a organização da terra pelos ocupantes foi feita em lotes agrícolas com terrenos na medida de 100 metros por 100. Tal ocupação foi prejudicada porque não contou com a participação de muitas pessoas como, por exemplo, a que estava ocorrendo na fazenda Santo Amaro e, assim, a polícia acabou retirando os

³⁹ MAGNO, Miguel da Conceição. *De povoado a município. O processo de emancipação política do povoado de Marituba-PA (1983/1994)*. Belém: Monografia de graduação do Departamento de História, 2000, p. 33.

ocupantes do terreno da OCRIM. Ao voltar para casa, Ernandes se deparou com as mobilizações na Fazenda Santo Amaro e resolveu participar para adquirir um terreno.

O morador Ocimar Hermínio Ribeiro nasceu em 1950, no município de Tracuateua- PA. Sua juventude foi marcada pela vontade de tornar-se Engenheiro Agrônomo. Achava que, como tinha vindo do *interior*, deveria seguir um curso ligado à questão agrícola. Com o pai paraplégico e sem condições de custear os estudos, Hermínio veio para Belém, ainda garoto, morar com um general do exército: Mário Machado. Prestou vestibular para o curso de Agronomia na então Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP), mas não foi aprovado, frustrou-se e foi para São Paulo em busca de emprego. No início dos anos 70, fez o curso de Desenhista Prensista e depois passou a trabalhar na fábrica de parafusos e peças torneadas (TORMEX).

Hermínio lembra que Luís Inácio da Silva (Lula) era uma das lideranças do sindicato das indústrias metalúrgicas e materiais elétricos de São Paulo. Ele, referindo-se a Lula, diz: *Várias vezes ele entrou na TORMEX, cheguei a conhecer*. Sua primeira profissão foi a de prensista. Trabalhou em outras companhias metalúrgicas e realizou o curso de inspetor de segurança e de detetive pelo Instituto de Investigações Jurídicas Criminais. Acompanhou greves e comícios do movimento sindical em São Paulo entre os anos 70 e 80 com os trabalhadores do sindicato das indústrias e materiais elétricos.

Realizou também o curso técnico de laboratório de tratamento de água e participou da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) pelos metalúrgicos. Hermínio trabalhou em outras empresas realizando outras tarefas como: operador de empilhadeira, construção civil, motorista e segurança. A serviço da empresa Logus Engenharia, foi à Serra dos Carajás e depois voltou para São Paulo.

Lá na Serra dos Carajás, eu simpatizei com uma empresa chamada Estacom, sendo do Pará né. A Companhia Vale do Rio Doce, ela fazia tudo extração de minérios, muito ouro e fazendo aqueles conjuntos residenciais da Companhia Vale do Rio Doce, a gente fazia mais parte da fiscalização porque eu tinha o curso de inspetor de segurança e fiscalizava a parte de ouro, porque lá nós temos ouro, urânio, bauxita, cassiterita, manganês, isso tudo na Serra dos Carajás.

Hermínio tinha vontade de ficar no Pará, mas retornou a São Paulo com o receio de ficar desempregado. No início dos anos 90, passou a trabalhar até nos dias de sábado e domingo, fazendo horas-extras, já pensando na possibilidade de um dia retornar ao Pará para visitar ou mesmo ficar de vez.

A senhora Maria Cristina, nascida em Belém, em 1954, também teve experiência em movimento sindical atuando no município de Marituba na época do governo Hélio Gueiros (1987-1990). Ela trabalhou como professora pela SEDUC e atuou fortemente no movimento sindical dos educadores do município. Consegue pontuar este período porque, no início do governo Helio Gueiros, houve a transferência de diversos funcionários atuantes no sindicato para outras escolas com o intuito de separá-los uns dos outros. Alguns foram para Icoaraci e outros foram para Cidade Nova, onde Maria Cristina ficou trabalhando onze anos e sempre morando no bairro central de Marituba. Com a emancipação de Marituba, em 1996, ela se candidatou à prefeitura do município pelo Partido dos Trabalhadores. Depois disso, resolveu se afastar do movimento sindical por reivindicação dos filhos e foi morar no bairro Nova Marituba, onde permaneceu por oito meses. Uma das lideranças (o Ronaldo) da ocupação da fazenda Santo Amaro foi convidá-la para participar das estratégias de mobilização na construção da ocupação Che Guevara.

O senhor conhecido como Paulo Preto nasceu, viveu e trabalhou no lugar onde atualmente é a ocupação Che Guevara. Ele lembra que trabalhava lá fabricando farinha seca e, quando a família Pinto da Silva comprou o terreno, passou a trabalhar cuidando de gado e dirigindo trator.

Maria Lúcia Pinto da Silva, filha dos antigos proprietários da fazenda Santo Amaro Manoel Pinto da Silva e Maria Moura, relatou-me, por e-mail, que a Granja Santo Amaro sempre foi uma boa fonte de renda para a família Pinto da Silva. Nela, o Sr. Manuel Pinto empregava vários funcionários que o ajudavam com a criação de vários tipos de gado, porcos, galinhas e pintinhos (havia uma construção com chocadeiras para as galinhas chocarem ovos e os pintinhos nascerem saudáveis), criação de cavalos também de várias raças e outros animais domésticos.

As vacas eram muito bem cuidadas, podiam se movimentar à vontade e pastar o quanto queriam *dentro de campos de pastagens grandes e belíssimos*. Por serem muito bem criadas e alimentadas, as vacas produziam muito leite, o qual era tirado pelos vaqueiros duas vezes por dia, de manhã bem cedo, 4 ou 5 horas da manhã, e à tardinha, por volta das 5 horas da tarde. O leite era colocado em camburões grandes e transportado para Belém num caminhão grande. Na cidade, o leite era distribuído e vendido para clientes em garrafas de vidro de 1 litro cada. A própria fazenda fornecia a quantidade de garrafas encomendadas, as quais os clientes devolviam, quando vazias, para serem novamente enchidas de leite.

Alem da criação de animais, na Granja Santo Amaro, havia todo tipo de plantação de pimenta-do-reino, laranja, maracujá, caju, ingá, açaí, etc. A maior plantação era a de pimenta-do-reino, que era vendida não só dentro do Brasil mas também era exportada para os Estados Unidos, onde havia muita demanda de pimenta. As laranjas e as outras frutas eram ensacadas, transportadas para Belém em caminhões e distribuídas para diversas lojas e mercados onde eram vendidas ao público.

Em 1957, o senhor Paulo Preto tirou a carteira de habilitação e começou a trabalhar como motorista da empresa de ônibus coletivo de Marituba e depois na empresa Perpétuo Socorro, passando a residir no município de Marituba. Insisti cautelosamente para que ele me contasse um pouco mais sobre a sua vida na fazenda, mas senti nele, durante a entrevista, uma certa empolgação para relatar o que viveu no processo de formação do bairro e da primeira diretoria da Associação de Moradores do bairro Che Guevara da qual fez parte.

Já o senhor Newton Alves Melo não atuou em sindicato ou diretoria em nenhum tempo ou lugar. Nasceu em 1954, em Viana, no Estado do Maranhão e sempre trabalhou na lavoura e cuidando de criação de porco e gado. Ele lembra que trabalhava nas terras de um fazendeiro paraense no Maranhão. Newton veio ao Pará por intermédio desse fazendeiro e, por motivos pessoais (não quis relatar), acabou se desligando desse fazendeiro. Foi trabalhar de carpinteiro numa empresa paraense de motores e máquinas. Depois trabalhou de vigilante, passou um tempo trabalhando na ilha de Marajó e depois retornou para Marituba.

Outro entrevistado que se envolveu diretamente e intensamente na diretoria da Associação dos Moradores do Che Guevara foi o senhor Antonio Gomes, apesar de não ter moradia no bairro, como o senhor Paulo Preto. Antônio Gomes é *filho de Bragança* e depois fiquei sabendo que é primo de Ocimar Hermínio. Veio para Belém aos 14 anos de idade com o objetivo de estudar, mas, por dificuldades financeiras, acabou indo trabalhar em casa de família em serviços de limpeza doméstica. Sempre teve o sonho de se tornar juiz ou advogado, mas não teve apoio e teve que *se virar* no trabalho doméstico para sobreviver.

Morou com um irmão no bairro da Terra Firme, em Belém, onde participava de reuniões na Associação Bom Jesus e trabalhava como pintor. No tempo do governo municipal de Xerfan (entre os anos 80 e 90), foi morar em Marituba e afirma ter sido o primeiro morador da rua da Recon, onde esteve à frente em busca de melhorias para a rua no que se refere à energia elétrica. Diz ter sido *um dos cabeças* na ocupação Novo

Horizonte em Marituba. Há seis anos, vem trabalhando como contratado no Conselho Tutelar deste município fazendo acompanhamento de crianças em risco social.

Nascido em 1952, Álvaro Serra teve sua infância no bairro do Marco (Belém). Aos 15 anos, foi morar no bairro da Marambaia com a família e estudou o antigo ginásial (hoje equivalente ao ensino médio) na escola Barão do Rio Branco. Foi nessa época que iniciou a participação no movimento estudantil e teve até convite para trabalhar na União Nacional dos Estudantes (UNE) do Pará em 1971. Trabalhou, durante seis anos, no centro comunitário da Nova Marambaia, onde conheceu a esposa e constituiu família. O senhor Álvaro sempre procurou envolver sua família em movimentos sociais, sobretudo os de ocupações urbanas.

Depois foi presidente do centro comunitário da ocupação feita num residencial construído pela COHAB em Ananindeua, o Sant Clair Passarinho. Conforme o senhor Álvaro, este residencial tinha sido ocupado porque estava abandonado e servia de *esconderijo de bandido*. Foi ao residencial para morar, mas acabou se tornando presidente comunitário. A luta nesta ocupação obteve muitas conquistas desejadas por ele e pelos que ocuparam: energia elétrica e água encanada. Afirma que sempre gostou e trabalhou como motorista. Já trabalhou em linhas de ônibus como o Jurunas-Marambaia e o Nova Marambaia. Trabalhou por conta própria, como taxista, para poder terminar os estudos e hoje trabalha com transporte alternativo, o que ele considera também como uma luta popular:

Fazer transporte alternativo também é uma luta popular porque tem dias que a gente tem que correr ali pra barreira os patrulheiros tão prendendo os carros aquela luta também né. Sabe que tudo aquilo que vem pra beneficiar o povo não é bom pros governantes.

Álvaro é filiado ao Partido Progressista (PP). Diz que é um partido remanescente da antiga Arena. Mas o primeiro partido a que pertenceu foi o PFL (foi um dos fundadores). Para Álvaro, fazer política é estar engajado em movimentos em prol da população carente. Neste sentido, relatou que seus pais não gostavam de política, mas ele já nasceu com esse *vírus*. No bairro Nova Marambaia, foi diretor social, secretário e até vice-presidente. No Sant Clair Passarinho, foi secretário e depois presidente.

Nascido em 1962, no município de Igarapé-Miri, o morador Manoel Sardinha, aos 10 anos de idade, veio com a família pra Belém morar no bairro do Guamá (no *beco do Piquiá*). A mãe de Manoel Sardinha trabalhou na casa do poeta e escritor Bruno de

Menezes. Sardinha ficava a semana inteira internado numa creche administrada por irmãs da igreja católica. Concluiu o segundo grau no colégio Salesiano e, por pouco, não se tornou padre. Foi convidado por um padre Benjamim a ir para Manaus fazer trabalho social, mas preferiu ficar em Belém. Defendia os ideais do PT desde o início de sua fundação e sempre esteve envolvido em eventos católicos. Começou a trabalhar (em secretaria de escola) como funcionário público do governo estadual em 1984. Em 1987, o governador Jader Barbalho reclassificou os funcionários estaduais e Sardinha passou a pertencer ao regime estatutário (efetivo).

Fez o curso de eletrônica rádio-técnico *no tempo em que a televisão era a válvula*, pois tinha uma televisão em sua casa que vivia no *prego* e ele a vivia consertando até que resolveu fazer o curso. Exerceu a função de balconista e trabalhou pela SHARP por um tempo, mas o que mais gostava era de estar no movimento jovem no Guamá, na comunidade Nossa Senhora da Hungria. Seus familiares continuam, até hoje, morando no Guamá. Sempre teve simpatia pelo político Jader Barbalho e pelo PMDB. Acompanhou Alcione Barbalho num trabalho de ação social no bairro de São Braz. Na campanha para o segundo mandato de Edmilson Rodrigues para a prefeitura de Belém (2001-2004), Sardinha se decepcionou com as pessoas que estavam à frente do PT, pois percebeu que havia muita briga e interesses particulares.

Em 1985, *engraçou-se por uma menina* e fugiu com ela para morar em casa alugada. Pouco tempo depois, ficou sabendo da ocupação do residencial Verdejante (construído pela Caixa Econômica) no bairro de Águas Lindas no município de Ananindeua. Foi morar lá, em 1990, permanecendo no local por cinco anos. Participou do centro comunitário como vice-coordenador e coordenador. Realizou contatos com a Caixa Econômica a fim de regularizar a situação dos moradores do Verdejante proposta pelo Fórum da Moradia, pois o despejo dos moradores era certo. Após várias reuniões, a Caixa Econômica resolveu cobrar 500 reais de cada ocupante para regularizar tal situação. Mas, Sardinha não conseguiu quitar sua parte com a caixa. Foi naquele que soube da ocupação da fazenda Santo Amaro.

Ajudei o Edmilson a se eleger lá no Verdejante, aí pronto então eu soube dessa invasão. No Verdejante, Sardinha montou uma rádio comunitária, onde fazia campanha para Edmilson Rodrigues e ganhava um dinheiro com propaganda de comerciantes locais. Afirmou que o residencial Verdejante fica num lugar de fronteira entre Belém e Ananindeua e que muitos que votaram no Edmilson foram de lá.

Construir essa narrativa sobre diferentes trajetórias a partir do que me foi fornecido pelos entrevistados foi levar em conta o meu limite para não extrapolar as lembranças dos tempos situados por eles. Fiquei tentado a seguir rigorosamente um esquema cronológico, mas não foi assim que as narrativas se apresentaram a mim. A seqüência de histórias anteriores ao bairro Che Guevara existe e, em vários momentos, era interrompida pela vontade de querer contar a chegada e a construção de suas vidas no novo lugar de moradia.

Evidente que é diferente o tempo da formação da ocupação Che Guevara, a partir de julho de 1997, em relação ao tempo das experiências dos ocupantes vividas anteriormente à ocupação. Entretanto, os moradores não chegaram à área com a vontade de dormir no meio do mato, sem energia elétrica e sem transporte coletivo para ter acesso a outros lugares como Ananindeua, Belém, Benevides, ou Mosqueiro. Chegaram ao lugar com pontos de vista direcionados por uma vivência urbana anterior.

Aí está, a meu ver, a importância crucial de se buscar entender, por meio da memória dos entrevistados, alguns aspectos da vivência anterior à ocupação Che Guevara para detectar significados urbanos que se manifestaram nos sujeitos envolvidos na construção do lugar de moradias. E, se for para demarcar a ocupação da fazenda Santo Amaro como um Movimento Social Urbano, não fico isento de falar de como os moradores se identificaram para constituir tal movimento. As identidades construídas possuem resíduos das experiências e valores anteriores à ocupação traçados pela relação indivíduo e sociedade no urbano.

Muitos outros moradores com os quais obtive apenas conversas informais já moravam em Marituba e outros tinham se mudado para o município pouco antes da ocupação em 1997 ou mesmo em função dela. Os percursos e situações presenciadas por estes sujeitos compõem diferentes ritmos de lembranças e ações que os encaminham para noções de vida no meio urbano. Para Maurice Halbwachs, a história analisa a sociedade do exterior e a memória é *a reconstrução de experiências pessoais e sociais que se desenrolam sempre a partir de dentro do grupo*⁴⁰. Segundo Marina Maluf, o sentido de profanação da memória feita pela história é um pouco do uso de técnicas de pesquisa, problematizações e debates metodológicos que os historiadores utilizam para submeter a memória a determinados rigores acadêmicos.

⁴⁰ MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Sicilianos, 1995, p. 41.

Penso que experiências pessoais acionadas pela memória, no caso dos meus entrevistados, são verificadas em dois momentos (ou em dois grupos) de meu debate: o primeiro foi apresentado acima no primeiro capítulo, ou seja, a dispersão de lembranças em diferentes lugares com diferentes indivíduos (se for para chamar de grupo este primeiro momento de memórias, já que Halbwachs considera que experiências só se dão dentro do grupo, chamo-a de grupo de diferentes experiências e diferentes lugares); o segundo grupo de experiências acionadas pela memória que utilizo são as vividas na constituição do bairro Che Guevara, aí sim a noção de grupo urbano se consolida apesar da diversidade de opiniões acerca de política, religião, moradia, etc. que os entrevistados deixam revelar.

Considerando as diferenças entre memória e história, é importante lembrar o que diz Júlio Pimentel Pinto: *a memória é dotada de uma flexibilidade que permite a combinação entre indivíduo e coletivo: sempre pessoal e sempre apoiada em referenciais coletivos, repertórios a serem individualmente apropriados e seletivamente repostos.*⁴¹ O que significa reforçar a idéia de Marina Maluf da seleção que o historiador faz sobre a memória e considerar experiências dos sujeitos no coletivo mesmo que façam escolhas improvisadas, ou não se sintam como membro de uma determinada comunidade.

CAPÍTULO 2: CONSTITUINDO A OCUPAÇÃO CHE GUEVARA: INTERESSES E COLETIVOS GESTANDO O NOVO LUGAR DE MORADIAS.

O historiador não expõe de forma literal o material que ele pesquisou. Existem formas de escrita que possibilitam ao historiador a apresentação de seu trabalho de pesquisa. Lawrence Stone, falando do retorno da narrativa adotada por muitos historiadores nos anos 70, deixa clara a diferença entre o explicar e o narrar⁴², ou seja, *o que e o como* sustentam a narrativa e *o porquê* sustenta a explicação. Stone lamenta esse retorno do narrar e afirma que a maior preocupação do historiador deveria ser o explicar.

Eric Hobsbawm não concorda com essa idéia de *retorno* tampouco que os historiadores tenham abandonado a tarefa da explicação.⁴³ Para Stone, trata-se de narrativa tradicional, cronológica e política. Herdamos estilos, métodos e teorias de

⁴¹ PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos Tempos da Memória. In: Projeto História, nº 17 – Trabalho da Memória – PUC/ São Paulo: EDUC, 1997, p. 207.

⁴² STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha História*. Revista de História. Campinas: UNICAMP, volume 2, número 3, setembro, 1991, p.15.

⁴³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, pp. 201-202.

diferentes escolas historiográficas do mundo ocidental e a pretensão de um tempo político e cronológico não ficou nos domínios dos historiadores do século XIX. Segundo Hayden White, os Annales identificavam história narrativa com história política para se promoverem e justificarem a necessidade de a História tornar-se uma verdadeira ciência a partir de uma abordagem estrutural, seja demográfica, econômica, social e/ou até política.

Para os Annales, a história política narrativa expunha acontecimentos de forma romancada, o que diminuía o grau de cientificidade da escrita.⁴⁴ Portanto, para eles, o problema não era o estilo narrativo de escrita, pois é possível desenvolver uma narrativa que não seja para homenagear ou exaltar determinado vulto, mas que tenha compromisso em expor as evidências.

Jeanne Marie Gagnebin faz uma discussão sobre a questão da verdade e memória do passado e utiliza o pensamento de Ricoeur para dizer que a história é, ao mesmo tempo, narrativa e processo real⁴⁵. O agir e o falar são indissociáveis e são utilizados pelo historiador, pelos entrevistados ou pelos documentos escritos. Exploro narrativas de diferentes sujeitos e documentos escritos para apresentar minha narrativa acerca da formação do lugar de moradias na Fazenda Santo Amaro.

2.1. ESTRATÉGIAS

Eu soube do primeiro momento da invasão aqui que a polícia veio e tirou todo mundo e a maior parte ficou instalado lá no ginásio de esportes. Depois a polícia tentou tirar, mas houve resistência e ninguém saiu do ginásio. Quando foi no dia 15 de agosto de 97, às duas e trinta da tarde, o Babá trouxe todo o povo que tava no ginásio e viemos de pés de lá até aqui. Chegando aqui na entrada existiam quatro soldados tomando conta. O Babá mandou que eles saíssem. Um dos integrantes do movimento de lá do ginásio de esportes arrebentou o cadeado, derrubaram o portão e nós entramos.⁴⁶

O senhor Álvaro Serra já morava no município de Marituba pagando aluguel. Ele lembra que ficou sabendo da ocupação por meio de toda agitação de posseiros que tinham sido retirados pela polícia no primeiro momento da ocupação. O jornal Diário do Pará noticiou a expulsão dos sem-teto da fazenda Santo Amaro no dia 30 de julho de

⁴⁴ WHITE, Hayden. *A questão da narrativa na teoria contemporânea da História*. Revista de História. Op. Cit., pp. 58-59.

⁴⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Verdade e Memória do passado*. In: Projeto História, s/nº, PUC/ São Paulo: EDUC, 1997, p. 217.

⁴⁶ Entrevista concedida pelo senhor Álvaro Serra no dia 05/11/2006.

1997. No dia anterior, cerca de 150 famílias haviam sido despejadas por ordem da juíza Odete Cavalcante da Comarca de Ananindeua e o oficial de justiça identificado como Batista foi ao local com cerca de 80 homens da polícia militar realizar o despejo de forma pacífica.

O Jornal noticia ainda que, na noite anterior, várias famílias, inconformadas com a situação, foram se abrigar no Ginásio de Esportes do município (onde funcionava a câmara municipal) querendo saber do dinheiro que haviam pago à prefeitura para conseguirem ter acesso a um lote de terras na fazenda Santo Amaro.

Em artigo sobre a micro-história, Giovanni Levi afirma que, entre os anos 70 e 80, houve uma falência dos paradigmas de que o mundo poderia ser transformado em *linhas revolucionárias* e a realidade passou a ser vista como imprevisível e abordada longe de modelos otimistas revolucionários, o que forçou uma ampla revisão de instrumentos de pesquisa e observação no campo da História.

Nesse contexto, micro-história revelou-se como uma possível resposta à redefinição de conceitos. Toda ação social é resultante de uma *constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa*⁴⁷. A sucessão de eventos que marcaram a conquista da moradia na ocupação Che Guevara foi fruto de uma ação social coletiva também marcada pelo jogo de interesses entre os diversos sujeitos envolvidos.

O primeiro registro escrito produzido à luz da hora formalizando e consolidando a Associação dos Moradores da Ocupação Che Guevara é datado do dia 23 de outubro de 1997. A partir daí, sucedem-se diversos outros documentos produzidos pela então montada Associação de Moradores, que seria dirigida interinamente pelo senhor Raimundo dos Reis Brito, tendo como secretário o senhor Aldenor de Souza Ferreira. Os registros anteriores (dos eventos) a esta Ata estão nas lembranças de alguns moradores, documentos judiciais e nos jornais paraenses (*O Liberal* e *Diário do Pará*) que noticiaram o desenrolar dos acontecimentos que marcaram o processo de ocupação da fazenda Santo Amaro.

Dona Felipa foi convidada por um rapaz conhecido por Neguinho a invadir terrenos na fazenda Santo Amaro. Conhecida como tia Filó entre os seus vizinhos, ela lembra que a Fazenda estava cheia de pistoleiros antes de ela entrar com outros vizinhos do Riacho Doce (distante a uns 3 quilômetros, pela BR-316, do bairro Che Guevara)

⁴⁷ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. BURKE, Peter (org.) Op. Cit., p. 135.

para tentar conseguir um terreno. O Neguinho, que tia Filó lembra com carinho, adentrou no terreno para tentar mapear e ter uma noção da dimensão da área e de possibilidades de ocupá-lo com outros vizinhos do Riacho Doce. Neguinho inventou uma desculpa aos homens que reparavam o terreno dizendo que gostaria de caçar uma arapuã e que precisava alimentar suas crianças. Ele entrou no terreno com o consentimento dos seguranças, pegou umas duas arapuãs, andou pela mata, olhou e depois saiu agradecendo aos homens.

Mas é que o homem o Santo deputado Santo não tinha dinheiro pra sustentar esses pistoleiro todo tempo aqui, quando foi com dois meses ele veio não tinha ninguém, aí ele foi lá em casa tia Filó vambora lá não tem ninguém mais, vamos meter a cara, eu digo vamo. Essa minha filha não vá mamãe tem pistoleiro vai lhe matar, eu digo eu vou, vou lá. Aí eu chamei aquela costureira bem aí de frente tem uma costureira não tem aquela costureira era a minha vizinha, morava..., eu disse Lúcia vambora lá ela disse vambora dona Filó o marido dela o Antônio disse tu vai morrer na mão de pistoleiro mulher. Ela disse eu vou, dona Filó vai eu vou, eu digo vambora, umbora com fé em Deus, Jesus não vai deixar que ninguém morra lá aí nós viemos de madrugada 6 horas nós entramo aqui.⁴⁸

Em um documento assinado pelo advogado Jader Dias, em 15 de setembro de 1997, existe uma análise da situação da fazenda Santo Amaro. É um texto em que faltam as partes iniciais, mas dá uma dimensão da situação Jurídica da Fazenda Santo Amaro. A responsável pelo terreno, Maria Moura da Silva, esposa e representante de Manuel Pinto da Silva, a quem pertencia o terreno, locou a fazenda ao advogado Antônio Joaquim dos Santos em contrato firmado no dia 01 de maio de 1992. Em agosto de 1997, o então deputado estadual do PT João Batista, o Babá, que teve um papel decisivo na liderança dos *sem-teto* para retornarem à fazenda, afirmou ao jornal Diário do Pará que o Santos nunca pagara o aluguel e a terra estava improdutiva.

O senhor Santos era um arrendatário sem direito de posse.⁴⁹ No início de Julho de 1997, houve a primeira ocupação da fazenda por sem-tetos, quando tia Filó e seu vizinho Neguinho já tinham identificado e planejado, com outros vizinhos do Bairro Riacho Doce, a entrada na fazenda. Foi nesta primeira ocupação que o senhor Santos entrou com uma reintegração de posse da área. A Família Pinto da Silva também entrou

⁴⁸ Entrevista concedida pela senhora Felipa de Lima Souza no dia 12/10/2006.

⁴⁹ Diário do Pará, Belém 20/08/1997.

com um mandato de reintegração de posse e, ao mesmo tempo, justificando que Antônio dos Santos não era dono legítimo da propriedade.

A senhora Maria Lúcia Pinto da Silva me relatou que, após o falecimento do senhor Manuel Pinto, em dezembro de 1974, a fazenda passou a ser administrada pela senhora Maria Moura e filhos. O filho mais velho, Manuel Pinto da Silva Jr, conhecido por *Nelito*, assumiu a administração da fazenda. Ele se ocupou com os estudos universitários e a fazenda passou a ser administrada por outros membros da família, como o senhor Camilo Pinto da Silva, depois pelo senhor Fernando Godinho e, em seguida, pelo senhor Antônio Dias Vieira, este contratado a título de amizade, por ser amigo da senhora Maria Moura. Antônio Vieira possuía uma fazenda no município de Santa Izabel e não demorou muito para desistir da administração da fazenda Santo Amaro.

Depois disso, uma parte da fazenda foi arrendada pelo senhor Santos, que tinha umas poucas cabeças de gado. Depois de poucos anos, o senhor Santos resolveu falhar com o devido pagamento para a família Pinto da Silva pelo arrendamento da parte do terreno destinado ao gado dele. Todas as vezes que a família Pinto da Silva ia cobrar o arrendamento daquela parte do terreno da Granja, o senhor Santos dava qualquer desculpa para não pagar, ou simplesmente passou a ignorar completamente o caso. A família Pinto da Silva pediu a ele que se retirasse da propriedade com as suas cabeças de gado, pedido que ele decidiu não atender.

O senhor Santos, vendo o tamanho da propriedade, começou a cobiçá-la. Como ele queria se apoderar da propriedade e não poderia fazê-lo só, ele chamou uma grande quantidade de posseiros que, juntamente com ele, se apoderou da mesma. A família Pinto da Silva pediu auxílio da Polícia Militar de Marituba para expulsá-los do local. O Sr. Santos e os demais posseiros, assim que a Polícia Militar chegava, saíam da propriedade; porém, quando a Polícia Militar virava as costas, eles voltavam a ocupar a Granja. Eles estavam todos armados e, como queriam e estavam determinados a se apoderarem da Granja, eles não hesitariam em atirar e matar qualquer pessoa que quisesse impedi-los de roubar tal propriedade.⁵⁰

O senhor Ernandes afirmou que *o Santos é que era o proprietário que morava dentro da área que era arrendada e tinha umas cabeças de gado aqui dentro. A área mesmo era da família Pinto da Silva*⁵¹. Segundo Jáder Dias, no processo de reintegração

⁵⁰ Entrevista concedida pela senhora Maria Lúcia Pinto da Silva em 29/01/2008.

⁵¹ Entrevista concedida pelo senhor Ernandes da Costa Pereira em 13/02/07.

de posse movida pela senhora Maria Moura da Silva, consta um certificado de registro de imóveis de setembro de 1955, onde Manuel Pinto da Silva aparece como comprador do terreno pela então quantia de noventa mil cruzeiros⁵². Ernandes lembra que o senhor Santos estava sendo pressionado por mais de 300 pessoas (que desejavam ocupar a fazenda) em uma reunião realizada no antigo Centro de Treinamento e Recursos Humanos (CTRH) de Marituba, hoje Instituto de Ensino e Segurança Pública (IESP), de onde saiu a liberação da área para ser ocupada.

O senhor Álvaro afirmou que *o seu Santos foi vereador em Marituba, pode-se dizer que ele era grileiro aqui, que aqui era dele, que ele queria ficar. Da João Batista pra cá sendo dele e da João Batista pra lá a gente se dividia, mas ninguém aceitou*. Segundo um Agravo de Instrumento do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, movido pela Procuradora Judicial da família Pinto da Silva (dentre as quais a senhora Maria Moura), a reunião lembrada por Álvaro ocorreu no dia 03 de julho de 1997. No documento, denuncia-se a tentativa de grilagem da terra promovida pelo senhor Santos, que chegou a propor publicamente um acordo que previa a repartição da fazenda Santo Amaro entre ele e os ocupantes.

O Egrégio é de 08 de setembro de 1997, o deputado Santos, que aparece no depoimento de tia Filó e do senhor Ernandes, entrou com uma ação de reintegração de posse em 07 de julho de 1997, dias após várias pessoas ocuparem o terreno. Os fatos chegaram ao conhecimento da família Pinto da Silva, que, no dia 07 de julho de 1997, entrou com uma ação de Reintegração de Posse contra o senhor Santos; este, por sua vez, entra com outra Ação de Reintegração de Posse contra as pessoas que já haviam ocupado a fazenda.

O advogado Jäder Dias confirma o uso que o senhor Santos tentou fazer dos ocupantes para planejar se apropriar de, pelo menos, uma parte do terreno. Antônio Gomes, ex-presidente da Associação dos Moradores do Che Guevara (AMOCHE), afirmou: *eu fui pro Che Guevara toda a situação que tava passando a ocupação, lá não deu certo no primeiro momento porque tinha grileiro, o seu Santos era grileiro de lá*.

A área em litígio estava sendo ocupada, há vários anos, por pequenos lavradores, alguns com cultura efetiva e morada habitual, haja vista que a ocupação vinha se processando a partir dos limites com a área da Pirelli, que recentemente o Estado desapropriou em direção à BR-316. Tais lavradores, sem terra e

⁵² Pesquisei nas Comarcas de Ananindeua e Marituba e não consegui ter acesso a algum documento referente a pedido de reintegração por parte da senhora Maria Moura ou do senhor Santos. Segundo o ex-presidente da AMOCHE, Antônio Gomes, esses documentos não existem.

sem tetos, oriundos de Ananindeua, Marituba, Benfica, Murinin, Benevides, etc., somam hoje mais de 4,500 famílias sem terra e sem tetos.⁵³

Diante das escassas evidências (precário instrumento particular de compra e venda e cópias de recibos de pagamentos e do instrumento de locação da fazenda) protocoladas pelo senhor Santos na 1ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua, tal Comarca concede mandato de reintegração aos Pinto da Silva representados pela senhora Maria Moura, no dia 10 de junho de 1997. O Egrégio relata também que seria impossível a reintegração sem reforço policial, o que foi solicitado pela Comarca de Ananindeua no dia 14 de julho de 1997.

Segundo Ernandes, mais de 500 pessoas haviam ocupado a área no dia 07 de julho de 1997. A partir daí, a ocupação passou a ser organizada pelo pessoal da prefeitura de Marituba. *Aí o pessoal invadiu a terra, aí o pessoal lotearam tudinho, veio o pessoal da prefeitura aí demarcou toda a área. Só que quando foi dias depois, eles passaram a vender os lotes.* Marly do Socorro afirma que não falou com ninguém para ter acesso a um terreno, chegou e tinha um pessoal fazendo um caminho onde estava a mulher do vice-prefeito Miranda juntamente com outras pessoas. Em conversa com o vereador de Marituba Manoel Salim, que, na época, era apenas funcionário da prefeitura, fiquei sabendo que o terreno já estava todo dividido quando a equipe da prefeitura chegou para intermediar a negociação entre os ocupantes e a proprietária.

Em meio a uma série de documentos fornecidos a mim pelo senhor Antônio Gomes, encontrei um pequeno histórico manuscrito sem data e sem autor relatando os momentos iniciais em que a liderança (que segundo Ernandes era o pessoal da prefeitura) de Salim, Caju, Zé Carlos, Chavante e Dorival, auxiliados por um topógrafo, tinha o objetivo de abrir as ruas e povoar a área. O histórico relata ainda que a maioria dos ocupantes não estava disposta a morar na área, ou seja, trabalhavam durante o dia em seus lotes e à tarde retornavam para suas residências que não eram na área. Como havia poucas pessoas na área no dia 25 de julho de 1997, próximo das três da madrugada, o Batalhão de Choque da PM se alojou na entrada da fazenda e não deixou mais ninguém entrar.

Houve o despejo dos ocupantes no dia 29 de julho de 1997 por determinação da Justiça da Comarca de Ananindeua. Na verdade, o despejo já tinha se formalizado no

⁵³ Texto emitido pelo escritório de advocacia Jader Dias do dia 15/09/1997.

fórum com um mandado de 10 de julho de 1997 e as ações de despejo foram se estendendo até o dia 29 de julho. O Jornal Diário do Pará de 31 de julho de 1997 noticiou que a Divisão de Investigações e Operações Especiais da polícia Civil (DIOE) estava investigando denúncias feitas pelos próprios ocupantes dando conta de que a Prefeitura Municipal de Marituba estava loteando terras da fazenda Santo Amaro.

Os despejados informaram ao Jornal que funcionários da Prefeitura estavam recebendo taxas de 100 reais depositadas na conta da tesoureira da Prefeitura, Maria de Lourdes Lima Corrêa, cunhada do então prefeito Fernando Corrêa. Quando começou a ser feito o despejo dos moradores, as pessoas conhecidas por Salim, Caju, José Carlos e Waldirei desapareceram.

Entrevistei o ex-prefeito de Marituba Fernando Correa, no dia 07 de março de 2007, e ele afirmou não ter tido participação nessas negociações. Na verdade, quem estava à frente desta negociação era o vice-prefeito Miranda, que tinha incentivado a invasão da fazenda. Fernando Corrêa preferiu não se envolver por receio do massacre de sem-terras que havia ocorrido em Eldorado dos Carajás no dia 17 de abril de 1996, fato que marcou profundamente uma característica de brutalidade e violência do governo tucano de Almir Gabriel contra o Movimento Social Sem Terra (MST).⁵⁴

Segundo Fernando Corrêa, a dona do terreno, a viúva do seu Manoel Pinto, queria vender o terreno por 400 mil reais, ou seja, eram 4 mil lotes sendo 100 reais cada um. Fernando Corrêa disse que não queria ninguém da prefeitura pegando em dinheiro e a dona não queria receber de invasores. Fernando Corrêa foi ao Banco do Brasil e falou ao gerente para parar de receber dinheiro e também devolver o de quem já havia efetuado o pagamento. A senhora Maria Lúcia me informou que a família Pinto da Silva jamais ficou sabendo de nenhum tipo de pagamento feito pela fazenda. Para Maria Lúcia, a granja foi roubada da família Pinto da Silva pelo senhor Santos e Possesiros.

Enfim, mesmo não concordando com o envolvimento de pessoas da prefeitura, o prefeito não pôde evitar a escolha feita pelo vice-prefeito e alguns vereadores em formarem uma equipe para negociar a terra. Fernando Corrêa ficou com receio, pois muitos populares, revoltados com o que ele chama de *boato* de seu favorecimento, concentravam-se em frente a sua casa, batiam nas grades ameaçando invadir e até queimar sua casa.⁵⁵

⁵⁴ AZEVEDO, Washington Luiz de. *Uma breve história, uma grande resistência: MST no Pará e em Belém*. Monografia de Graduação em História. UFPA: Laboratório de História, 2001, p. 28.

⁵⁵ O Liberal, Belém, 26/07/1997.

Não vou afirmar categoricamente que o prefeito Fernando Corrêa estava diretamente envolvido, porque os depoimentos de várias pessoas que viveram esse momento variam entre julgá-lo ou não culpado, mas o depoimento de Fernando Corrêa é contraditório, pois concedeu entrevista ao jornal Liberal afirmando que sabia de toda a organização da venda pelo pessoal da prefeitura, mas não expediu nenhum documento oficializando a negociação.

O senhor Paulo Preto, que havia feito depósito no Banco do Brasil por dois lotes, ficou sabendo por vizinhos que a proprietária não queria mais vender as terras. O prefeito se aborreceu e chegou à área numa sexta-feira, reuniu os ocupantes e disse: *eu tô fora, eu tô saindo disso aqui, eu tô entregando pra vocês*. Concluiu a reunião dizendo que, na segunda-feira seguinte, todos que haviam efetuado o pagamento poderiam ir retirar o dinheiro no banco. Já o morador Álvaro Serra diz que não foi culpa do prefeito, mas do vice, o Miranda quem cobrou a taxa. Álvaro lamenta o erro da divulgação da culpa de Fernando Corrêa entre moradores e a imprensa.

A interdição da BR-316, no final da tarde de ontem, por cerca de mil pessoas, atrapalhou a saída dos veranistas para as praias. O trânsito ficou parado por mais de meia hora e houve muita reclamação por parte de motorista de ônibus e de veículos de passeio.

Os manifestantes queriam uma posição oficial do prefeito Fernando Corrêa. (...) O clima ficou tenso quando a polícia apareceu pra dispersar o protesto (...) O protesto foi dispersado pelas polícias Civil e Rodoviária Federal, acionadas pelo delegado de Marituba, Manuel Conceição.⁵⁶

A moradora Maria Cristina afirmou que, naquele momento, a polícia agiu com brutalidade ao sair derrubando os barracos das pessoas. O senhor Ernandes afirmou que tinham ficado apenas os policiais tomando conta da área. Ele já tinha feito sua casinha, mas o trator passou por cima e quebrou tudo, muita gente perdeu as coisas. Havia pessoas que já tinham até casa de material de construção na área: madeira, telha, etc.

⁵⁶ Idem.



*Batalhão de choque garantiu cumprimento da ordem judicial
Foto: Diário do Pará de 30/06/1997.*

Em 29 de julho de 1997, cerca de 150 famílias foram despejadas da fazenda Santo Amaro. O oficial de justiça, identificado como Batista, foi ao local acompanhado de 80 homens da Polícia Militar. A Juíza Odete Cavalcante da 1ª Vara Cível de Ananindeua determinou ação de reintegração de posse e só depois a prefeitura mandou devolver o dinheiro aos ocupantes que haviam feito depósitos na agência do Banco do Brasil de Ananindeua.

Várias pessoas passaram a ocupar as dependências do ginásio de esportes localizado no centro de Marituba, de onde não arredaram pé até que a questão da terra fosse resolvida e suas moradias fossem asseguradas.⁵⁷ Dona Maria Cristina propôs ao Ronaldo, uma das lideranças do movimento organizado na Fazenda Santo Amaro, que as pessoas ocupassem um prédio público para pressionar as autoridades. O local escolhido foi o ginásio de esportes, que também funcionava como Câmara Municipal.

Prédio suntuoso, construído quando Fernando Corrêa era o prefeito de Ananindeua, no interior do ginásio, ontem, também verificava-se a presença de animais domésticos, como um cão amarrado numa das traves, adultos e crianças dormindo em redes ou colchões, e até alguns pintinhos correndo de um lado para o outro sob as vistas de algumas crianças.⁵⁸

O jornal *O Liberal*, na edição do mesmo dia, relata as precárias condições em que os ocupantes se encontravam no ginásio. O jornal *Diário do Pará* continua o relato apresentando a situação do senhor Jorge Henrique Calisto, que se encontrava doente, desempregado e com sete filhos pra criar. O senhor Jorge afirmou ao jornal que a única coisa que possuía na vida era a casa que tinha erguido com sacrifício no loteamento Santo Amaro e que tinha sido derrubada pelos soldados do Batalhão de Choque da Polícia Militar.

⁵⁷ Diário do Pará, Belém 30/07/1997.

⁵⁸ Diário do Pará, Belém 31/07/1997.

Houve uma sessão, *agitada*, extraordinária da Câmara de Vereadores no dia 06 de agosto de 1997 para discutir esclarecimentos quanto ao envolvimento do prefeito Fernando Corrêa, do vice José Miranda, dos vereadores Xavante (PFL) e Medeiros (PPB) e do ex-procurador da prefeitura Tadeu Shinkai, sobre quem recaíram suspeitas de incentivos à ocupação da fazenda Santo Amaro e estelionato.

A sessão contou com um grande número de sem-tetos e curiosos que ocuparam arquibancada e piso do ginásio. Dona Raimunda da Silva, que havia participado da ocupação da fazenda Santo Amaro, fez ferrenhas acusações ao prefeito, ao vice e ao ex-procurador. Relatou, na ocasião, que o vice-prefeito Miranda prometeu aos ocupantes que o prefeito se entenderia com a Juíza Odete Carvalho da 1ª Vara Cível de Ananindeua e não se tratava de uma invasão, mas de um assentamento.⁵⁹



No ginásio de Marituba, vereadores e sem-teto discutem a invasão da Santo Amaro

Foto: O Liberal de 07/08/1997.

O jornal Diário do Pará noticia, no dia 20 de agosto de 1997, o retorno dos sem-teto à fazenda Santo Amaro. Em meio às indecisões das autoridades para resolver os problemas, os ocupantes, que tinham como centro a moradia (uma das principais causas de uma momentânea identidade dos alojados no ginásio de esportes) realizaram uma Assembléia Geral no ginásio, onde resolveram retornar para a fazenda Santo Amaro. O deputado João Batista já estava engajado no movimento como uma das lideranças que, no dia 19 de agosto, esteve à frente de uma espécie de marcha para a fazenda Santo Amaro. Os moradores mais antigos com quem conversei são unânimes em destacar o grande papel de liderança que o deputado Babá teve nesse processo, apesar de terem decepções com o político posteriormente.

⁵⁹ O Liberal, Belém 07/08/1997.

Quando foi 11 horas, quando nós demo fé, lá vem aquele carrinho branco, aí os menino correro e jogaro pistola e pei, pei, pei, lá vem, aí ele entrou, aí nós cumprimentemo ele (perguntei ele quem?) o Babá, o Babá. Fizemo uma reunião, lá ele disse vambora lá, quando ele foi nos envolver era meio dia já, aí nós viemo de lá a pé, lá do ginásio pra cá, aí nós viemo, quando chegou ali perto, ele falou pare aí, porque tava cheio de soldado, pare aí, porque se eles tivere de matar eles vão me matar, não mata vocês. Aí nós fiquemo parado, aí ele chegou, falou, aí os soldado, tinha uns rebarbado, ele já era deputado... e ficou aqueles que era humilde, deputado, entre com o pessoal que essa terra não é nossa, essa terra não é nossa, entre com o pessoal deputado, eu só quero que o senhor me dê um terreninho que eu moro de casa alugada, ele disse tu vai ter teu terreno pra ti ter tua casa... sol quente, galinha, porco, gato cachorro, tudo vinha no sol quente. Tinha cachorro, gato, porco, tudo isso aí nós entremo.

No depoimento de tia Filó, o Babá aparece como redentor, uma narrativa que beira o episódio da crucificação de Jesus Cristo que foi criticado pelo bandido crucificado incrédulo e exaltado pelo bandido crucificado crente em Jesus, ao qual ofereceu o paraíso. Para tia Filó, as autoridades que estavam lhe negando ou dificultando o acesso a sua moradia eram os verdadeiros bandidos. O policial era bom porque permitiu a entrada dos ocupantes. O Babá simbolizou uma autoridade, um herói imprescindível na conquista da terra. Os fogos, a caminhada, os esforços do deputado em se colocar à frente e determinar aos policiais que o povo não tinha nada com eles, mas sim com a terra, marcaram profundamente a memória de tia Filó ao ponto de se emocionar ao relatar o acontecido.

O senhor Álvaro Serra não esqueceu que, no dia 15 de agosto de 1997, por volta das duas e trinta da tarde, Babá veio a pé com o povo que estava no ginásio até a entrada da fazenda, onde havia quatro soldados tomando conta. O Babá mandou que eles saíssem e uma das pessoas que tinha participado das mobilizações no ginásio arrebentou o cadeado, o pessoal derrubou o portão e todos entraram no terreno. O Babá passou vinte e um dias no lugar e, quando completou um mês, o senhor Álvaro calculou que já existia na área cerca de 500 pessoas e, dentro de dois meses, o lugar já estava quase todo habitado:

Quando mandaram um coronel da polícia (..) e um capitão entraram aqui a noite pra ver justamente se tinha alguém morando. Quando eles chegaram lá com o comandante, eles disseram que não podiam tirar porque se fosse mexer com isto aqui ia ser pior que Eldorado dos Carajás, porque já tinha muito

mais de 10 mil pessoas morando. Aí nós fomos enraizando cada vez mais.

Esta foi a ocupação definitiva da área pelos moradores. Os lotes já estavam demarcados desde a primeira ocupação no início de julho, mas nem todos conseguiram reaver os seus terrenos. O senhor Álvaro, por exemplo, tinha conseguido um terreno na área agrícola e outro na quadra 21, mas os perdeu e acabou ficando com um na quadra 17. Ele lamenta a saída de todas as pessoas de sua rua que estavam desde o início e só restaram a Cristina, dona Felipa, dona Martinha, a Risete e a Rose.

Os nomes das ruas, quadras e do bairro Che Guevara foram sendo direcionados pela liderança, que tinha à frente o deputado Babá, e eram aprovados em Assembléia Geral pelos ocupantes. Segundo Manuel Sardinha, proprietário de uma rádio comunitária no bairro, foram 49 quadras, mais os lotes agrícolas, distribuídos nos 119 hectares de terras, conforme Diário Oficial de 28 de agosto de 1998, que publicou o decreto de desapropriação da área pelo Governador Almir Gabriel.

O marido de Marly do Socorro ia todas as noites dormir no terreno que conseguiu no início de julho de 1997. Marly diz que o marido voltou desestimulado quando os policiais foram chegando e derrubando tudo e as pessoas foram para o ginásio, ficaram lá por um tempo até aparecer o Babá, que deu força e o pessoal retornou para o terreno. Foi aí que Marly e seu marido voltaram novamente para o mesmo terreno do início. Conseguiram até outro terreno, de uma pessoa que havia desistido, para a mãe de Marly. Esta não foi para o ginásio, mas ficou atenta às notícias na escola Rosário em Marituba onde trabalhava. Assim que soube da reunião com o deputado Babá saiu às pressas para acompanhar a caminhada rumo ao seu terreno.

De início, nós limpamos a área toda, aí depois nós fizemos um quadrado, lá nós rodeamos de plástico, colocamos as nossas coisas dentro. Era no mês de julho, era férias, aí depois que nós começamos a trabalhar, aí já tava tudo organizado. Era plástico preto (o material) nós compramos em Marituba não tinha estância nenhuma. Depois que foi surgindo estância. O Antônio Gomes era um senhor que tava lá, aí cada quadra, eles escolheram um líder no início pra cada quadra e nós escolhemos o Antônio Gomes porque ele dizia que era uma pessoa que tava interessada, ele tinha tempo livre, ele não tava trabalhando, ficou líder da quadra, porque cada quadra tinha um líder.

Em solene reunião registrada na Ata de Assembléia Geral da Associação de Moradores da Ocupação Che Guevara no dia 23 de outubro de 1997, encontravam-se

presentes a advogada Elze Rodrigues, o deputado estadual João Batista, o vereador de Belém Raul Meireles, entre outras autoridades, além de vários moradores que foram convocados para comporem a Assembléia Geral para deliberar os pontos destacados na pauta da reunião: Constituição da Associação de Moradores, Elaboração e aprovação do Estatuto e Eleição e posse da primeira diretoria.

Na reunião, foi aprovada a denominação Associação dos Moradores do Che Guevara (AMOCHE), como também foram feitas a leitura e aprovação de um projeto já elaborado pelas lideranças. O documento foi registrado no cartório Bezerra Falcão no dia 03 de abril de 1998 e destinou-se a servir como referência de como se constituiu a Associação de Moradores. O documento registra o processo eleitoral e a vitória da primeira diretoria, cujo presidente eleito foi o senhor Antônio Fernandes Gomes.

O Estatuto da AMOCHE, aprovado na reunião de 23 de outubro de 1997 (data oficial da fundação da Associação), regeu as atribuições da Associação até 06 de janeiro de 2004, quando foi assinado um novo Estatuto pelo presidente comunitário José Roberto Ferreira, que apresentava uma outra sigla no nome da Associação, passando a se chamar Associação dos Moradores do Residencial Almir Gabriel (AMORAG). No primeiro Estatuto, escreve-se como objetivo da AMOCHE, no Capítulo I, Artigo 2º, *Promover a união e organização dos moradores da área abrangida pela entidade na busca dos direitos mínimos de cidadania.*

No Capítulo IV, Artigo 13º, escreve-se *A Diretoria é responsável pela direção, promoção, representação e administração das atividades da Associação.* Retomo, em outro momento, a discussão dos Estatutos que podem representar pontos de vista mais gerais, coletivos da comunidade, dialogando com símbolos mais específicos de sujeitos e grupos que vivem no lugar. Mas, acho importante destacar estes dois artigos para apresentar alguns anseios de melhorias urbanas para a área delineada pela primeira presidência, tendo ressonâncias no coletivo.

As eleições para a composição da primeira diretoria da AMOCHE deu-se no dia 28 de dezembro de 1997. O processo eleitoral foi registrado em Ata de Eleição escrita no mesmo dia. Tal processo se deu das nove da manhã até as sete da noite. Houve toda uma organização para realização do pleito com os fiscais de cada chapa apreciando o desenrolar dos fatos. Eram 4 chapas, sendo que a vitoriosa foi a número 02, liderada pelo senhor Antônio Gomes, com 487 votos. Em panfleto de campanha da chapa número 02, denominada *Trabalho e Moradia*, que tinha o apoio do vereador Raul

Meireles e do Deputado Babá, foram apresentadas as seguintes propostas de trabalho para a comunidade:

- Nenhuma criança fora da sala de aula;
- Posto médico no Che;
- Fornecimento de água e energia elétrica;
- Segurança pública;
- Saneamento básico no residencial;
- Imediata regularização fundiária, com titulação dos terrenos;
- Implantação de atividades culturais, esporte e lazer;
- Crédito para produção rural;
- Luta pela democratização da sociedade.

No panfleto, destaca-se que estes são *passos significativos na conquista da cidadania e na melhoria da qualidade de vida*. A chapa prega uma união de todos para fortalecer as reivindicações *frente aos poderes públicos, notadamente da Prefeitura Municipal de Marituba*.

Em sua dissertação de mestrado sobre a ocupação Jaderlândia, Maria Vitória Paracampo procura mostrar a importância das ocupações coletivas de terras na produção do urbano dentro da Região Metropolitana de Belém. Tais ocupações dotam o coletivo de instrumentos de ampliação pelo direito à cidadania (sobretudo o morar) dos grupos populares. As carências urbanas passam a ser interpretadas pelos movimentos coletivos a partir das relações cotidianas.⁶⁰ Paracampo analisa, num âmbito do coletivo, reivindicações que se apresentam de forma objetiva (infra-estrutura urbana) e subjetiva (cultura e relações sociais cotidianas). A idéia de cidadania, resgatada por posseiros e lideranças, aglutina-se com o discurso público estatal do *direito de morar*⁶¹.

Os ocupantes da fazenda Santo Amaro se utilizaram de vários argumentos para justificarem sua ocupação: antro de malandros, o senhor Santos não era proprietário, IPTU do imóvel atrasado há anos, pistoleiros sem posse de arma andavam pelo terreno, não dava mais para viver no aluguel, etc. Mesmo assim, a justiça determinou a reintegração de posse para tentar garantir a propriedade privada da família Pinto da Silva. Configura-se um campo de conflitos que envolve os discursos dos populares contra a justiça.

⁶⁰ BORGES, Maria Vitória Paracampo. Op. Cit., pp. 11-12.

⁶¹ Idem, p. 15.

A nomenclatura *invasor*⁶² é destinada aos que desafiam a lei que assegura propriedade privada, portanto o invasor é um criminoso aos olhos da justiça e do poder público. Entretanto, os conflitos sociais, o jogo de interesses, as negociações não foram petrificadas pela decisão da 1ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua em retirar os ocupantes e devolver o terreno para a família Pinto da Silva, até porque, para a polícia militar, uma operação de retirada de cerca de 1.500 pessoas da área, poderia ter efeitos desastrosos, a exemplo de El Dourado de Carajás⁶³.

As atuações coletivas do movimento pela moradia em Marituba resultaram na conquista da área para a construção das moradias. Em todo o processo de conquista do lugar de moradias, o coletivo reinterpreto, negociou e agiu perante as resistências das autoridades públicas e privadas. Vejo como interessante a análise do Antropólogo José Guilherme Magnani com relação à proposta de um olhar *de perto e de dentro*⁶⁴ em que se apresentam os próprios arranjos dos moradores no meio urbano. Entendo que não só a vida no urbano é marcada por esses arranjos, mas o próprio processo de construção do lugar de morar possui as marcas e as reinterpretações quanto às estratégias de negociação que foram montadas em tempo real pelos sujeitos.

Outras marcas e interesses coletivos foram se delineando após a conquista definitiva do lugar de moradia. Os interesses tinham como eixo a melhoria da qualidade de vida proposta pela chapa 2, vitoriosa nas eleições do dia 28 de dezembro de 1997. Educação, saúde, energia, segurança, transporte eram as próximas etapas a serem conquistadas para a área urbana constituída. Sobre a política urbana, a Constituição de 1988 estabelece no Artigo 182:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O envolvimento da prefeitura de Marituba no processo se apresentou cheio de contradições, mas, de certa forma, agiu conforme o artigo acima, tentando ordenar a ocupação vendendo a *preços populares* os lotes demarcados na fazenda. Mas por que teve que se constituir uma Associação de Moradores para buscar o bem-estar das

⁶² COSTA, Solange Maria Gayisi. *Razões ou Ilusões de Estabilidade: representações e referências imaginárias sobre a habitação na ocupação espontânea Riacho Doce – Belém-PA*. Mestrado em Sociologia. Belém: UFPA, p. 44.

⁶³ Egrégio Tribunal de 08 de setembro de 1997 assinado pela advogada Elze Cordeiro Carvalho.

⁶⁴ MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº 49, p. 18.

pessoas que passaram a morar na área? O Estatuto da Cidade de 2001, em seu capítulo IV, defende a gestão democrática e iniciativa popular em projetos de desenvolvimento urbano, aspectos que já vinham sendo realizados em 1997 pelo movimento social no Município de Marituba.



Sem futuro – ex-ocupantes da Fazenda Santo Amaro ainda esperam pela presença do prefeito Fernando Corrêa no ginásio de esportes de Marituba. Imagem e texto: O Liberal de 31/07/1997

Numa reunião da AMOCHE, no dia 14 de fevereiro de 1998, o senhor Antônio Gomes afirmou que a prefeitura de Marituba se recusou a ajudar a comunidade Che Guevara porque o prefeito já tinha se envolvido em escândalos na área e que só iria se pronunciar perante uma assinatura da dona da área⁶⁵. Esta é uma típica relação entre uma questão de domínio privado (que se tornou público) que servia de argumento para a prefeitura se ausentar na garantia do bem-estar dos moradores da área ocupada. O Estatuto da Cidade foi elaborado num contexto de crescimento populacional nas cidades brasileiras, como mostram dados do IBGE nas tabelas abaixo:

Município	1991	2000	Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Brasília	1.601.094	2.051.146	2,82
São Paulo	9.646.185	10.434.252	0,88
Rio de Janeiro	5.480.768	5.857.904	0,75
Salvador	2.075.273	2.443.107	1,85

Município	1991	2000	Taxa Geométrica de Crescimento Anual
Belém	1.080.692	1.280.614	1,92
Manaus	1.011.501	1.405.835	3,76
Porto Velho	272.006	334.661	2,35

⁶⁵ Ata de reunião da AMOCHE do dia 14/02/2007.

Macapá	168.225	283.308	6,02
--------	---------	---------	------

Entre 1991 e 2000, a população de Marituba cresceu de 37.997 a 74.429 (7,83 % de crescimento anual da população). Já dados do IBGE de 2003 apontam uma população de 85.652 habitantes. O geógrafo Roberto Lobato utiliza o conceito de descentralização urbana⁶⁶ associada ao crescimento da cidade tanto em termos demográficos como espacial. Em levantamento mais específico que realizei na ocupação Che Guevara, identifiquei várias pessoas de diversas procedências, a maioria das próprias cidades da Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara). Neste sentido, destacaram-se o crescimento populacional e o crescimento do número de habitações dentro do município.

Em Pauta de reunião da AMOCHE do dia 31 de janeiro de 1998, a discussão girou em torno de 4 pontos: ônibus, transformador para viabilizar energia elétrica, levantamento de lotes vazios e a construção de um novo campo. Para a moradora Marly, Antonio Gomes havia se destacado como líder de quadra organizando a limpeza das ruas, a cavação de um poço que era coletivo, arborização, etc. Em entrevista, Antônio Gomes afirmou que aceitou ser presidente porque já tinha um trabalho em que havia se envolvido demais conquistando confiança e amizade das pessoas. Fazia visitas de barraco em barraco e vivenciava de perto as necessidades de muita gente. Afirmou também que *presidente de comunidade é massacrado e humilhado* pela responsabilidade social que as pessoas depositam nele. Afirma que as pessoas achavam que ele tinha poder, mas, na verdade, ele pedia.

Em seu discurso, ter sido presidente, por um lado, foi gratificante; por outro, teve uma série de dificuldades. Foi, várias vezes, ao palácio do governador onde o tratavam com grosseria, na delegacia olhavam para ele como um criminoso, pessoas da própria comunidade vendiam terrenos desocupados e, quando o dono do terreno chegava, colocava o senhor Antônio na justiça, como no caso da reclamação, junto a Comarca de Marituba, da moradora Rosana de Nazaré Souza, exigindo de volta seu terreno, pois havia firmado acordo com a Associação de Moradores pela obtenção do mesmo, que ainda estava ocupado por uma pessoa desconhecida; além disso, a reclamante abria mão das madeiras utilizadas pelo ocupante no imóvel, mas queria de volta o solo e um poço que já estava construído.

⁶⁶ CORRÊA. Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Op. Cit., p. 45.



ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARITUBA

TERMO DE AUDIÊNCIA

RECLAMAÇÃO

Aos quatro dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta Cidade e Comarca de Marituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, em a sala de audiência do Juízo aí presente a Dra. RITA HELENA BARROS FAGUNDES, comigo Secretário do Juizado Especial de seu cargo ao final assinado; Dr(a): HELSON MONTEIRO advogado(a) do(a) Reclamante e Dr(a) HELIO DE MORAES advogado(a)(s) do(a) Reclamado(a) e nos autos de TCO Artigo ROSANA DE NAZARÉ SOUSA em que é Reclamante: ROSANA DE NAZARÉ SOUSA Reclamado(a): PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO QHR GUEVARA apregoadas as partes, a MM. Juiz constante haver acordo, digo, constando haver acordo firmado perante a Associação dos Moradores da Comunidade QHR GUEVARA pelo marido da reclamante e atual ocupante do imóvel tendo como testemunha inclusive o primeiro secretário do Vice-Presidente da Associação e estando referido acordo apressando o dia 28.01.98, para entrega do imóvel pelo atual ocupante ao marido da reclamante fica estabelecido fica estabelecido o dia 26, digo, 29.06.98, para o atual ocupante desocupar o imóvel e entregar ao marido da reclamante ficando revogado o direito de atual ocupante contra a referida Associação e marido da reclamante abre mão das madeiras que o atual ocupante usou no imóvel querendo somente o solo do mesmo e um poço que já está construído passou a MM. Juiz a sentenciar homologar por sentença o acordo entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos na forma do art. 22 da Lei 9099/95 nada mais, digo, mais havendo mandado encerrar o presente termo que lido e achado vai por todos os presentes. Eu, Escrivão Judicial e datilografei.

Juiz: [assinatura]
Reclamante: Rosana de Nazaré Sousa
Reclamado: [assinatura]
Marido da Reclamante: Reginaldo Lima
Advogado: [assinatura]

Muitos moradores confiavam que o presidente fosse capaz de resolver todos os problemas. Como o senhor Antônio Gomes assumiu a responsabilidade, começou a ir atrás de benefícios para a área. O ex-presidente me forneceu diversos ofícios e pedidos encaminhados aos poderes públicos municipal e estadual ou a empresas privadas. Abaixo algumas solicitações:

Órgão	Data	Pedido
Empresa TRANSMAB	1998	Pavimentação da Avenida principal (João Batista) e melhoramento das transversais.
Empresa Izabelense	s/d	Pede para empresa circular seus transportes coletivos na

		área
Governador do Estado Almir Gabriel	s/d	Contribuições para realização do aniversário do bairro
CELPA	1998	Energia elétrica dentro de parâmetros legais
Deputado Estadual Antônio Armando	16/01/1998	Registrar em Cartório o Estatuto da Associação para ser reconhecida de fato e de direito
CELPA	09/02/1998	Regularização da ligações elétricas que ainda eram clandestinas
Secretaria de Educação Municipal de Marituba	18/05/1998	Armário, livros, papel sem pauta, giz.
Empresa Nª Sª do Carmo	01/06/1998	Carrada de areia
Prefeito Fernando Corrêa	17/06/1998	Convite para participar de Assembléia Geral do dia 20/06/1998
Prefeitura de Marituba	24/06/1998	Técnico do setor de terra para acompanhar levantamento topográfico feito pelo ITERPA
CELPA	06/12/1998	Energia elétrica para terrenos agrícolas

A transformação da fazenda Santo Amaro em uma área urbana foi se dando entre os anos de 1998 e 2000 através de uma série de negociações realizadas pela Associação de Moradores registradas em atas, ofícios, declarações, recibos e nas memórias das pessoas que entrevistei. Na segunda sessão do capítulo II, procuro analisar como se apresentaram, no contexto das estratégias, eventos que marcaram a conquista do lugar de moradias, a relação entre interesses coletivos e individuais.

2.2. ENTRE SUJEITOS E COLETIVOS

Posso até definir meus comentários sobre as relações indivíduo e comunidade, em todo o processo acima apresentado, com algumas idas a uma *história vista de baixo*. O fato de ser um passado recente da história da Amazônia não me impediu de tratar o assunto por ausência de fontes escritas e orais. Segundo Jim Sharpe, a ausência de fontes, para os historiadores que utilizam essa abordagem, é muito restrita quanto mais para o passado vão os historiadores. Com o crescimento da História Social nos últimos tempos, as definições de cultura popular não foram abrangentes até porque a noção que se tem de *povo*, mesmo no século XVII, é composta de um grupo variado, *dividido por*

estratificação econômica, culturas profissionais e sexo, não sendo tão simples atingir um conceito ideal de história vista de baixo.⁶⁷

Sujeitos e grupos de diversas procedências religiosas, econômicas, culturais e geográficas (proprietária, poder público, grileiro, ocupantes, justiça, repórteres e fotógrafos dos jornais, deputado Babá, Tia Filó, Marly, Álvaro, anônimos que não foram entrevistados, entre outros) compuseram e se envolveram nas relações sociais construídas em torno da questão da propriedade, assumindo diferentes formas de atuação e apropriação dos usos de leis, de relações de vizinhança, protestos, denúncias, construção de barraco e pagamento de taxa no Banco do Brasil.

Como minha pretensão é um estudo que focaliza narrativas de simples moradores (no sentido de não serem vultos políticos e lideranças nacionais, tal como se apresentava no discurso de uma história vista de cima, do final do século XIX), vejo isso como uma tentativa de história vista de baixo. Mas, as relações sociais que se apresentaram no processo de conquista pela moradia não foram reduzidas ao olhar dos moradores que, no seu conjunto, defendiam a bandeira de desapropriação e domínio sobre os lotes distribuídos no terreno para construção de suas casas.

Esteve em jogo, também, interesses do poder público e de proprietários particulares. A aspiração a uma propriedade particular, o ideal de uma casa de alvenaria equipada com lajotas e forros, além de consumo de eletrodomésticos para o uso cotidiano são valores diretamente ligados a indivíduos com alto poder aquisitivo, mas muitos moradores do Che Guevara são limitados, pelo seu baixo poder aquisitivo, a consumirem esses objetos, que não deixam de ser aspirações e desejos.

O senhor Newton Alves Melo não participou de reuniões de coordenação, não foi liderança, nem gritou palavras de ordem para pressionar as autoridades ou os membros da coordenação da ocupação para conseguir um lote no Che Guevara. Newton simplesmente desejava sair do aluguel para ter o seu próprio *cantinho* de moradia. Acompanhou os acontecimentos do ginásio e esperou a oportunidade da ocupação coletiva para adentrar também no terreno e iniciar, junto aos outros, a conquista da moradia. Ele lembra que ia *fazendo os pico aqui das travessas (...) o agrimissor aí vinha botando a máquina, aí o pessoal ia roçando e abrindo a rua, eu ia roçando também, ia fazendo o lotezinho e entregando. Não tinha (o lote) tava trabalhando a fim de*

⁶⁷ SHARP, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 43.

conseguir. Usufruiu-se do movimento coletivo para buscar seu principal interesse: um terreno para construir sua moradia.

A relação social em construção tem como meta reforçar não só a conquista da casa própria (interesse individual), mas também o próprio lugar de moradia representado pela preocupação em beneficiar o terreno para que outras pessoas possam ter suas casas e assim reforçar a permanência na área. Vejo aí uma situação de história vista de baixo, se for comparada à forma de associação ao coletivo executada por Newton à situação, por exemplo, do deputado Babá ou dos jornalistas que noticiaram sobre o processo.

No caso do Babá, o senhor Álvaro Serra comentou que 70% da conquista se deu pela atuação dele (o Babá) liderando o movimento e 30% foi força de vontade do povo; entretanto, Álvaro considera que o deputado passou de pai a padrasto do Che Guevara, quando, numa das Assembléias, o deputado Babá afirmou que o *Che Guevara já podia caminhar com as próprias pernas*.

**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL
CHE GUEVARA - AMOCHE**

OFÍCIO Nº 002/98 MARITUBA 12 DE JANEIRO DE 1998.
DA: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL CHE GUEVARA
PARA: DEPUTADO JOÃO BATISTA (BABÁ).

SENHOR DEPUTADO.

VIMOS MUI RESPEITOSAMENTE AGRADECER DE VXA.º TODOS OS
ESFORÇOS EMPENHADOS PARA QUE NÓS EM CONJUNTO PODEREMOS
OBTER ESSA BELÍSSIMA VITÓRIA NO DIA 28 DE DEZEMBRO PASSADO.

POIS SEM VOSSA AJUDA NÃO CONSEGUIRÍAMOS TAL FEITO.
SEM MAIS PARA O MOMENTO APROVEITAMOS O ENSEJO PARA
ELEVARMOS OS MAIS SINCEROS VOTOS DE ESTIMA E CONSIDERAÇÕES.

SAUDAÇÕES COMUNITÁRIAS


ANTÓNIO FERNANDES GOMES
PRESIDENTE

AO DEPUTADO.
JOÃO BATISTA ARAÚJO (BABÁ)

Ofício de agradecimentos da AMOCHE ao deputado Babá.

Em função da criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2004 e a preferência de seus fundadores para que a sede do partido fosse no Rio de Janeiro, Babá acabou transferindo seu domicílio eleitoral para esta cidade, dizendo ao jornal Diário Vermelho: *Para se consolidar, um partido político precisa se firmar no eixo político brasileiro*. Isto significa que, para um partido político ter pretensões de crescimento e popularidade, era necessário o estabelecimento na região sudeste do país, daí o PSOL orientar as *estrelas* do partido a se transferirem para o Rio de Janeiro. Ao que parece, Babá fez uma escolha levando em conta o coletivo do seu partido e não o coletivo da comunidade Che Guevara.

A escolha pelo Rio de Janeiro, informou Babá na ocasião, é pelo fato dos "radicais expulsos do PT" terem tido um grande espaço e pela confirmação do desgaste do PT neste Estado.

Junto a outro ex-petista, o deputado Chico Alencar, Babá tentará fazer, no Rio de Janeiro, uma campanha que consiga alcançar o coeficiente eleitoral necessário para garantir a presença de, pelo menos, um deputado do PSOL na próxima legislatura da Câmara Federal, o que parece improvável que aconteça nos outros estados da federação⁶⁸

Quando o cavador de poço e ajudante de pedreiro Carlos de Oliveira, também conhecido por *Galo*, chegou para ocupar um terreno na fazenda Santo Amaro, envolveu-se com uma *turma de sem-terra*, que tinha visto o terreno vago e começou a invadir. Cortaram o arame que cercava o terreno às margens da BR-316 e entraram, sem medo, para conseguir suas parcelas de terras. O apelido *Galo* se deu porque, após a construção da armação de madeira coberta por uma lona em seu *pedaço de terra*, Carlos foi pego pelos vizinhos dormindo em uma escada. Nos dias que se sucederam à ocupação da fazenda Santo Amaro, Carlos vigiava o seu terreno em cima de uma escada quando chegava a noite⁶⁹.

As lembranças de Carlos sobre os momentos iniciais de sua moradia no novo bairro são apresentadas por meio de seu envolvimento na ação coletiva dos que ele chama de *turma de sem-terra*. Como o senhor Newton, ele também não se preocupou em se envolver com lideranças ou reuniões da Associação, pois desejava ter seu terreno para construir sua casa, entretanto realizou a profissão de cavador de poço para vários

⁶⁸ www.vermelho.org.br/diario/2006/0328/0328_psol.asp - Diário Vermelho de 28 de março de 2006. Consultado no dia 03/12/2007.

⁶⁹ Depoimento oral concedido por Carlos Oliveira no dia 21/07/2006.

vizinhos, contribuindo, dessa forma, para o fornecimento de água e consolidação da conquista de terras para a comunidade.

No texto sobre a relação entre indivíduo e comunidade, a filósofa húngara Agnes Heller afirma que esta relação depende das peculiaridades desse indivíduo e da comunidade a que ele pertence⁷⁰ e, mais adiante no texto, pontua que, quando se dá um acontecimento conjunto de indivíduos, não há abolição de suas individualidades, mas uma suspensão provisória de seus interesses particulares⁷¹. Para Heller, há uma coincidência de vínculos entre indivíduo e comunidade. Estes vínculos se sobrepõem às particularidades quando as pessoas se organizam para reagir ou lutar por algo.

Ao se juntar aos outros ocupantes para invadir o terreno, o cavador de poço Carlos de Oliveira estava sendo movido por múltiplos interesses pessoais: exercer profissão na área, ter seu próprio terreno para construir sua moradia, não querer mais morar próximo de parentes no Curuçambá, etc. Assim, não consigo visualizar uma suspensão provisória dos interesses particulares de Carlos, mas, neste caso, vejo como provisória a sua inserção no movimento para alcançar seus anseios de moradia, que envolve, dentre outros aspectos, o profissional e o familiar.

Para Alessandro Portelli, a experiência pessoal do indivíduo é histórica porque cumpre um papel na sociedade⁷². As escolhas de Carlos não são marcas de um sujeito que vive isolado, mas de alguém que está inserido num campo complexo de relações sociais. Cumprir papéis nesse campo não depende, em última instância, do contexto social, mas de suas escolhas. Carlos apresenta, para mim, uma narrativa de suas trajetórias em outros tempos e lugares, em que o coletivo aparece como palco de suas ações e, no contexto de sua atuação pessoal na construção do Che Guevara, compreendo suas ações, interagindo com as situações e com as pessoas com quem ele deparou.

Júlio Pimentel Pinto, trabalhando na perspectiva de que a memória pode expressar múltiplas versões e temporalidades de narrativas, propõe que o trabalho com a memória permite uma flexibilidade de combinação entre indivíduo e coletivo. Ele afirma que memória individual se apóia em referenciais coletivos⁷³.

A professora aposentada Maria Cristina foi presidente da AMOCHE entre os anos de 2000 e 2002 e havia participado da ocupação em 1997 mantendo um diálogo

⁷⁰ HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 65.

⁷¹ Idem, p. 70.

⁷² PORTELLI, Alessandro. *História oral como gênero*. Revista Projeto História n.º 22: História e oralidade. São Paulo: Educ, 2001, p. 14.

⁷³ PINTO, Júlio Pimentel. *Os Muitos Tempos da Memória*. Op. Cit., p. 207.

com as lideranças do movimento. Dona Cristina afirmou que, em algumas sessões no tribunal de justiça do Estado, a administradora da fazenda Santo Amaro, a senhora Maria Moura, afirmava que a família Pinto da Silva não queria mais o terreno porque ele já estava *cheio de buraco* e desejava negociar com o Estado a venda do terreno. A senhora Cristina não ouviu diretamente da proprietária esse comentário, mas muitos moradores partilham dessa memória, como os moradores Manoel Sardinha e Ocimar Hermínio.

Perguntei à senhora Maria Lúcia Pinto da Silva se Maria Moura faria esse comentário sobre a possibilidade de a família proprietária não querer mais o terreno por causa dos poços e de fossas que foram construídos. Ela me respondeu que Maria Moura, falecida em dezembro de 2005, jamais faria tal coisa porque lutou até o fim pra reaver a fazenda. Na opinião de Maria Lúcia, a invasão foi um roubo da propriedade e sempre foi motivo de contrariedade e angústia para a senhora Maria Moura e toda a família Pinto da Silva. *A família Pinto da Silva adorava a Granja e fez tudo o que ela poderia ter feito para tentar recuperá-la, contratando Advogado para trabalhar neste sentido.*

Carlos de Oliveira não tinha o ofício de cavação de poço como estratégia para favorecer a permanência dos posseiros na propriedade ou causar angústias na família Pinto da Silva, mas acabou contribuindo para isso de forma involuntária. Carlos precisava de dinheiro e os vizinhos precisavam de água potável. Este exemplo me lembrou um artigo de Simona Cerutti sobre indivíduos, grupos e identidades em Turim do século XVII, onde o universo cultural e profissional aparentemente se apresentavam como modeladores das relações sociais.

Mas, para Cerutti, o grande problema era entender *como indivíduos, cujas histórias e experiências são diferentes, podem decidir se reunir e, mais ainda, se reconhecer por intermédio de uma identidade social comum*⁷⁴. De certa maneira, o exemplo de Carlos mostra como uma nova sociabilidade, num espaço urbano contemporâneo, é marcada por experiências individuais e interesses pessoais que, em determinados momentos, coincidem com os interesses de outras pessoas.

Vainfas considera que a História é a *ciência do particular* do caso irrepetível e único ao fazer referência ao artigo de Carlo Ginzburg sobre o *método Morelli* que buscava identificar os quadros falsos por meio de detalhes, aparentemente banais, na

⁷⁴CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim do século XVII*. REVEL, Jacques. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 198.

pintura⁷⁵. As escolhas dos sujeitos e as ações coletivas, às vezes, coincidiam na ocupação Che Guevara. Mesmo com a senhora Cristina, que teve uma atuação direta na AMOCHE como secretária que cuidava de assuntos ligados à educação e depois como presidente da Associação, não a considero como uma pessoa cujas experiências de vida tenham sido determinadas apenas pelas suas participações em movimentos sociais.

A noção de *Circularidade cultural* proposta por Ginzburg opera com a cultura popular em oposição ou em diálogo com a cultura dominante⁷⁶. Vejo esta noção ligada à proposta de investigação e narrativa de Jacques Revel, no sentido de entender estratégias individuais ou comunitárias de ação⁷⁷. Simbolicamente, construíram-se marcos temporais importantes no processo de construção da ocupação Che Guevara. As memórias individuais do senhor Álvaro, de dona Felipa, do senhor Paulo Preto, do senhor Antônio Gomes, etc. deixaram apresentar marcos que se tornaram símbolos da resistência e luta pela terra naquele local, ações coletivas como: morar no ginásio de esportes de Marituba, fechamento da BR-316, liderança e empenho do deputado estadual João Batista (o *Babá*). Também as ações individuais tornaram-se símbolos em um campo mais domiciliar e familiar como: capinar o terreno, cavar um poço, almoçar com vizinhos, etc. são as lembranças que também marcaram trajetórias no lugar e estão ligadas aos valores de moradia.

Tanto Carlos de Oliveira quanto a senhora Maria Cristina e os demais moradores desejam ver melhoria da qualidade de vida urbana no Che Guevara e concordam que o poder público (municipal, estadual ou federal) pode resolver a questão, como fez o então governador Almir Gabriel ao desapropriar a área, com registro no Diário Oficial do dia 28 de agosto de 1998. Aí vejo a principal relação entre as noções de circularidade cultural de Ginzburg, estratégias individuais e coletivas de Revel com a luta pela moradia no Che Guevara.

Percebo aí mais do que um exemplo de luta de classes, ou seja, foi o desenrolar de estratégias individuais e coletivas movidas por interesses e conveniências de indivíduos e grupos (do cavador de poço Carlos ao governo do Estado, que, a priori, preocupou-se em evitar um novo massacre de sem-terra, pois estava recente o episódio de Eldorado de Carajás).

⁷⁵ VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campos, 2002, p. 110.

⁷⁶ Idem, p. 61

⁷⁷ Idem, p.113.

A divulgação mundial do Episódio de Eldorado dos Carajás também alimentou os sujeitos a construir seu lugar de moradias na Fazenda Santo Amaro. O decreto de desapropriação da Fazenda Santo Amaro (de 27/08/1998) assinado pelo governador Almir Gabriel considera as seguintes justificativas para a desapropriação:

- Considerando que o problema social, de grave profundidade, existente no país, impõe uma política estatal voltada ao atendimento das camadas populacionais mais carentes;
- Considerando a tensão social existente no setor habitacional e o desordenado crescimento da população nas cidades, resultante do fluxo migratório dos diversos Estados da Federação e entre os municípios do Estado;
- Considerando a iminência de grave perturbação na ordem pública, com reflexos na segurança e na integridade das pessoas;

E, no artigo 4º do mesmo decreto, estabelece que o projeto habitacional ficaria a cargo da COHAB/PA e a avaliação do imóvel ficaria a cargo do ITERPA. Fui a COHAB, mas não consegui nenhuma informação. Antônio Gomes e Marly do Socorro me informaram da presença da mesma em agosto de 1998, quando muitos moradores se revoltaram pensando que os funcionários da Companhia tivessem ido lá cobrar pelos terrenos. A situação gerou uma série de polêmicas (moradores queriam invadir a casa de Marly, onde teriam se instalado os funcionários da COHAB, e lideranças petistas criticavam Antônio Gomes por permitir-lhes entrada) que culminou com a saída de Antônio Gomes da presidência da Associação.

O decreto de desapropriação é marcado pelo *fantasma* da violência das pessoas necessitadas em se revoltarem e provocarem perturbação social, como ocorreu em Carajás. Discutindo sobre o lugar na *era das redes*, a geógrafa Ana Fani analisa que *o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular*⁷⁸ O clima de Horror deixado pelo massacre dos 19 sem-terras em Eldorado dos Carajás pairava sobre o discurso das autoridades judiciárias e políticas do Estado, porque houve repercussão em outros lugares do mundo e as lideranças da ocupação Che Guevara souberam se aproveitar desse clima, tanto que algumas vias do Che Guevara possuem o nome dos 19 assassinados em Eldorado.

Considero que a noção de construção do lugar, apresentada pelos moradores, foi sinalizada pelas memórias coletivas reelaboradas no plano individual. Acionar o coletivo foi uma saída para alcançar a casa própria ou conseguir melhorias para o bairro.

⁷⁸ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/ do Mundo*. Op. Cit., pp. 28-29.

Até mesmo as lamentações do senhor Antônio Gomes quanto ao fato de ter que ir, às vezes, sozinho a órgãos governamentais solicitar melhorias para área, ele o fazia porque sabia dos anseios e expectativas da população quanto a sua gestão.

A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica, é por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação. (...) O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato⁷⁹

O senhor Paulo Preto e a senhora Maria Cristina me disseram que foi chamado um topógrafo para medir as ruas, foram deixadas áreas para posto de saúde, praça, escola e feira. Em entrevista ao jornal Liberal de 13 de junho de 2000, um dos líderes comunitários do Che Guevara, Ronaldo Martins, afirmou que os moradores tiveram a preocupação de o local não virar uma favela. Esta preocupação levou a própria comunidade a desenvolver uma série de modificações no local: padronização das ruas e disponibilidade de áreas livres para projetos sociais, como feiras e postos de saúde.

Alguns desses ideais urbanos foram concretizados, mas, a partir de janeiro de 2007, muitos moradores começaram a invadir a área onde deveria ter sido construída uma praça e um campo. Um dos poucos locais de lazer também começou a ser invadido por sem-teto do próprio bairro. São contradições e o plano do imediato lembrados pela geógrafa Ana Fani.

Peter Burke afirma que a história regional e a história mundial são perspectivas da chamada história nova representada pelos Annales. Regional e mundial foram categorias que fizeram frente à história nacional e política privilegiada pela tradição historiográfica do século XIX.⁸⁰

Marituba é um dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Belém (os outros são Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara), definida pela Lei Complementar Estadual do Pará n.º 27 de 1995. Uma das providências imediatas que a comunidade do Che Guevara tratou de resolver foi a procura de uma linha de ônibus que interligasse a ocupação ao município de Belém.

A luta pelo transporte na área se deu pela iniciativa dos próprios moradores que procuraram empresas locais para implementarem a linha estabelecida por eles fora da esfera do poder público. Em Carta à CTBEL, de 17 de agosto de 1998, assinada por

⁷⁹ Idem, p. 23-24.

⁸⁰ BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. Op. Cit., p. 7.

Antônio Gomes, há um pedido de permissão, amparado pela necessidade de mais de 2 mil pessoas, para que a empresa de ônibus Nossa Senhora do Carmo fizesse o seguinte itinerário:

Ida: Che Guevara/ BR-316/ Almirante Barroso/ São Braz/ São Jerônimo/ Assis de Vasconcelos/ Praça dos Estivadores.

Volta: Praça dos Estivadores/ Presidente Vargas/ Gentil Bitencourt/ São Braz/ Almirante Barroso/ BR-316/ Che Guevara.

O itinerário sugerido demonstra a necessidade de se manter a população do Che Guevara diretamente conectada, via transporte coletivo, ao centro de Belém. Isto revela o processo de metropolização ou desconcentração urbana. Para o geógrafo Cirlan Santos, a metropolização ocorre quando uma cidade passa a concentrar atividades de comércio e serviços mais importantes.⁸¹ Para o geógrafo Saint-Clair, desconcentração urbana está ligada à ampliação do urbano através de novos espaços de assentamentos dentro de um complexo processo de valorização imobiliária e segregação sócio-espacial de áreas mais afastadas de Belém.⁸²

A análise do espaço urbano não está presa ao regional. Tecnicamente, os problemas que envolvem o espaço urbano são avassaladores nos países em desenvolvimento como o Brasil.⁸³ Procurando desmistificar a idéia de civilização americana e entender a América Latina como uma região periférica e dependente, Carlos Antônio Rojas afirma que o Brasil é um exemplo de país mais desigual do mundo e com *o mais alto índice de concentração de propriedade da terra de todo o planeta*⁸⁴.

Existem diversos trabalhos sobre a questão das ocupações urbanas em outras cidades brasileiras como o de Carla Ferretti Santiago, que analisa a produção do espaço da moradia popular em Belo Horizonte a partir do bairro Dom Cabral entre os anos 1958 e 1980⁸⁵, e o de João Carlos de Souza, que estuda experiências de vida de ocupantes de terra na luta pela moradia na cidade de São Paulo.⁸⁶

⁸¹ SILVA, Cirlan Santos. *Expansão da Região Metropolitana de Belém e Ocupações Espontâneas no Conjunto Cidade Nova: um estudo da ocupação da feirinha, no conjunto Cidade Nova V, Ananindeua-PA*. Monografia de Graduação em Geografia, UFPA, Departamento de Geografia, 2004, p.18.

⁸² TRINDADE JR. Sant-Clair Cordeiro da. Op Cit., p. 151.

⁸³ SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 41 e 42.

⁸⁴ ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *América Latina: história e presente*. São Paulo: Papirus, 2004. p. 29.

⁸⁵ SANTIAGO, Carla Ferretti. *O lugar de morar: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte*. Op. Cit., 1999.

⁸⁶ SOUZA, João Carlos de. *Ocupações de áreas urbanas em São Paulo: trajetórias de vida, linguagens e representações*. Revista Brasileira de História, v. 18, nº 35, 1998.

O que levou as pessoas a ocuparem a Fazenda Santo Amaro no município de Marituba foram necessidades materiais movidas por valores próprios da sociedade capitalista. Sair do aluguel, ficar próximo ao local de trabalho, possuir uma casa para abrigar sua família são necessidades materiais. Entre 1997 e 2006, é destaque o ano de 1998, em que houve a desapropriação da Fazenda Santo Amaro, o que talvez tenha levado a um aumento da chegada de novos moradores na área, como pode ser observado no quadro abaixo com base nos 446 questionários preenchidos em pesquisa de campo:

ANO	Nº DE PESSOAS
1997	72
1998	79
1999	54
2000	38
2001	34
2002	27
2003	21
2004	33
2005	33
2006	28

Fonte: pesquisa de campo, 2006.

Saber se organizar para mobilizações e articulações locais a fim de viabilizar o acesso à moradia corrobora a consciência que os moradores têm quanto aos direitos de morar, de ter acesso a áreas de lazer e de ter possibilidade de fazer compras na capital paraense. Estes são valores pensados pelos indivíduos no processo de organização da comunidade e também são valores observados em outras cidades, como São Paulo e Belo Horizonte. Portanto, as noções de espaço e região não são simplesmente os limites traçados pelo Estado-Nação. *A assunção da nossa especificidade como sociedade, como identidade nacional depende dos parâmetros que estabelecemos*⁸⁷. Lugar, região e espaço podem representar o palco das relações sociais e também podem ser definidas pelas associações de bairro, como ocorreu no Che Guevara.

Procurando demonstrar por que investimos nas identidades Kathryn Woodward, retoma a análise de Althusser sobre o papel da ideologia na reprodução das relações sociais, em que *o sujeito não é a mesma coisa que a pessoa humana, mas uma*

⁸⁷ GLEZER, Raquel. *História da Historiografia Brasileira: Construção e Permanências*. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia Brasileira em Debate: "olhares, recortes e tendências"*. São Paulo: Humanitas, 2002, p.33.

*categoria simbolicamente construída*⁸⁸. As práticas e representações simbólicas institucionais (como cidadão patriótico) forçam as pessoas humanas a reconhecê-las dentro de um sistema de representações. Neste sentido, o sujeito é a soma dos valores culturais simbólicos mais a pessoa humana.

Como não existe pessoa humana em seu estado puro (talvez os bebês o sejam), considero a noção de sujeito aí discutida interessante para entender as representações apresentadas pelos moradores (sujeitos) do Che Guevara no processo de ocupação da fazenda Santo Amaro. Woodward defende que não existe identidade sem diferença e Stuart Hall considera que as identidades nunca são unificadas e utiliza as noções de *identidades fragmentadas e fraturadas* na época em que ele chama de modernidade tardia para reforçar que *as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela*⁸⁹.

Sustentando-me nas pesquisas que realizei sobre a comunidade Che Guevara, entendo que marcar diferença para tentar afirmar uma unidade comunitária não quer dizer isolamento cultural, espacial onde se desenvolvam a aversão e o ódio pelos outros grupos. Existe um partilhar de valores entre ocupantes, proprietários e autoridades. São brasileiros, estão num espaço (Amazônia, Pará, Marituba), defendem propriedade, consomem mercadorias utilizando dinheiro, procuram agir dentro de justificativas legais para ocupar, desapropriar, cobrar ou pagar IPTU, possuem desejo de morar em casa de alvenaria, de se protegerem.

No complexo processo de negociação dos grupos, houve também marcação de diferenças que, dentre outras, destaco: os ocupantes queriam sair do aluguel e o governador Almir Gabriel, o prefeito Fernando Correa e outras autoridades não pagavam aluguel; a justiça desejava cumprir reintegração de posse enquanto que os ocupantes resistiram; houve fechamento da BR-316 pelos ocupantes da fazenda Santo Amaro, o que incomodava motoristas e passageiros de veículos coletivos e particulares.

Como se trataram de relações sociais que se construíram, a pesquisa me permite verificar, em nível do coletivo, ações e valores partilhados em processo de negociação e circularidade. Com isto, não nego a existência de diferenças, como as destacadas acima,

⁸⁸ WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: perspectivas dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 60.

⁸⁹ HALL, Stuart. *Quem Precisa de Identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectivas dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 110.

mas o que se apresentam são referências identitárias que os sujeitos acionam para executar suas ações.

Por exemplo, foi o que ocorreu com Tia Filó, que não foi morar no ginásio para pressionar a liberação do terreno juntamente com outros ocupantes, mas ficou à espera da decisão coletiva realizada com a chegada do deputado Babá, para se dirigir à fazenda Santo Amaro e retomar o terreno que havia ocupado anteriormente. Ou o senhor Newton que, por meio do seu trabalho capinando e fincando os picos junto aos outros, tinha o objetivo de conseguir o seu terreno.

E o senhor Manuel Sardinha, que possuía uma rádio comunitária na ocupação Verdejante, no município de Ananindeua, conseguiu um terreno na Fazenda Santo Amaro, onde ainda não tinha energia elétrica, mas não se mudou de imediato, aguardando as negociações da Associação de Moradores com a CELPA para poder se transferir para a área e poder trabalhar com a sua rádio comunitária no novo bairro, sem falar na formação de pequenos grupos de sem-teto, de dentro do próprio bairro, que invadiram áreas que estavam sendo destinadas à praça e aos arredores do campo de futebol.



*Terreno às margens da BR, que seria destinado à praça, foi invadido por moradores do próprio bairro no início de 2007.
(Foto: José Renato, 2007)*

Peter Burke lembra a importância de Michel de Certeau para a teoria construtivista, que entende a realidade como criação, invenção ou discurso. Segundo Burke, de Certeau enfatizou que *as pessoas comuns fazem seleções a partir de um repertório, criando novas combinações entre o que selecionava e, igualmente importante, colocando em novos contextos aquilo de que haviam se apropriado*⁹⁰.

A noção de *prática cotidiana* de pessoas comuns desenvolvida por de Certeau vai além de perceber a vida social como uma mera invenção, mas que as pessoas possuem criatividade para se apropriarem de objetos ou linguagens do consenso geral e os reutilizarem em outros momentos da vida. A utilização de *táticas*, mais que

⁹⁰ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Op. Cit., p. 103.

estratégias, permitem aos indivíduos operarem suas escolhas e usos de elementos que compõem uma determinada cultura.

Depois de chegar de São Paulo, o senhor Ocimar Hermínio foi ao encontro de sua irmã Osmarina no município de Paragominas, onde Hermínio passou uns dez dias e foi para Belém depois de ficar sabendo que ela (sua irmã) estava em Belém se reunindo com um grupo de pessoas. Hermínio pensava que Osmarina estava na casa de algum parente, mas estava se reunindo com várias pessoas no município de Marituba para ocupar a fazenda Santo Amaro. O senhor Hermínio não acreditou que sua irmã estava envolvida na situação e tinha a intenção de passar apenas oito dias no Pará e depois voltar para São Paulo.

Hermínio me relatou *pra minha surpresa encontro a minha irmã no grupo junto com o pessoal com um facão na mão e tirando vara*. Hermínio foi convidado pela sua irmã a colocar seu nome em uma lista para conseguir também um terreno. Como ele tinha formação de inspetor de segurança, passou a coordenar a segurança do lugar. Era contra *invasões* de terra, mas como viu sua irmã e várias pessoas com vontade e necessidade de ter suas moradias mudou rapidamente de opinião e passou a defender a ocupação da fazenda Santo Amaro.

Hermínio comentou que os pistoleiros a serviço do senhor Santos foram um dos maiores desafios no início. A tática de intimidação dos pistoleiros (armados de espingarda) baseava-se na idéia de que os ocupantes (armados de facões) eram a maioria. Os pistoleiros recuaram quando viram que era muita gente, atravessaram pela mata da Max Domini e foram pedir reforço em Marituba para o senhor Santos. Depois disso, começou a aparecer a polícia que não deu conta e foi pedir mais reforço.

Se reunimo aí, hoje é o campo, a gente ficava reunido ali onde fazia comida, quem mexia com segurança, mexia com segurança, quem mexia com coordenação era coordenação, quem mexia com negócio de pico, fazia pico, quem cortava lenha, cortava lenha; quem ficava na beira da pista lá com a pistola pra saltar pistola, na hora que a polícia vinha, outra pessoa tocava fogo na pistola que era pra dar sinal que era pra gente poder recuar e se reunir.⁹¹

Seu Hermínio lembra que as pessoas não iam para cima da polícia, mas a tática era botar as crianças na linha de frente para que a polícia não chegasse até os adultos. A idéia era fazer com que os policiais se sensibilizassem e recuassem. Mas não

⁹¹ Depoimento de Hermínio Ribeiro

conseguiram resistir a 150 policiais que foram cumprir ordem judicial de reintegração de posse no dia 29 de julho de 1997.

Antes de se deparar com o envolvimento de sua irmã na ocupação da fazenda, Hermínio estava crente de que não concordava com *invasão* e que não iria passar muito tempo no Pará. Sua vontade individual não foi suprimida pelas circunstâncias encontradas em Marituba, mas foi reelaborada em novo contexto. Sua vontade de vir morar definitivamente no Pará era grande. Juntou essa vontade às circunstâncias encontradas e readaptou suas escolhas. Hermínio fez usos de suas experiências anteriores como inspetor de segurança para direcionar a organização da segurança e de outras tarefas na área.

Hermínio dirigiu um trator cedido por um senhor conhecido por Vasconcelos. Com o trator, limpou a frente do terreno e derrubou o muro que existia na frente da fazenda. Houve até uma discussão entre os ocupantes sobre a transformação do novo bairro em um condomínio fechado e a manutenção do muro, mas existiam muitos que eram contra essa idéia. Hermínio acha que não poderia ser um condomínio fechado porque *tinha gente de tudo quanto era lugar*. Depois de debates, em assembléia foi decidida a derrubada do muro. Como tinha experiência em dirigir trator, subiu no veículo e iniciou a derrubada do muro.

Onde hoje é o campo de futebol do bairro, os ocupantes construíram, em 1997, um galpão coberto de plástico onde se reuniam todas as pessoas na hora do almoço, da merenda e das assembléias. Umhas seis senhoras cuidavam do preparo do sopão. Segundo Hermínio, as tarefas eram bem divididas: *uns cortavam carne, outros faziam o fogo, outros faziam o café, lavavam louça, outros iam buscar água*. Os ingredientes do sopão e outros gêneros alimentícios para as refeições coletivas eram fornecidos por doações dos próprios moradores.

O serviço de segurança, coordenado pelo senhor Hermínio, funcionava das 22 as 6 da manhã. Em cada travessa ficava um guarda da Vigilância e Segurança Patrimonial Visual (VISPAL). Numa das noites de trabalho, o segurança Enéias se deparou com uns elementos de alta periculosidade que moravam na Rua da Ameixeira. Ele era crente e achava que poderia conversar com os marginais para se retirarem do lugar. Um dos elementos partiu para cima do senhor Enéias dando-lhe uma marretada na testa. Ele sobreviveu, mas ficou com seqüelas da pancada. A VISPAL chegou a trocar tiros com dois elementos: um chamado Japonêsinho que foi levado pela polícia e outro chamado Maniva.

AMOCHE - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RESIDENCIAL "CHE GUEVARA"
BR-316, KM 17, PASSAGEM DEPUTADO JOÃO BATISTA S/N°
MARITUBA/PA



PORTARIA Nº 03/98.

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
DO RESIDENCIAL ACIMA MENCIONADO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES RESOLVE..

CONCEDER AUTORIZAÇÃO INTERNA DE FUNCIONAMENTO
A UMA AGENCIA DE VIGILANCIA DA EMPRESA "VISPAL", PARA PRESTAR SERVIÇOS DE
DE SUA QUALIDADE A POPULAÇÃO LOCAL, DE ACORDO COM AS LEIS DE VIGILANCIA E
VIGILANCIA VIGENTE.

ESTA PORTARIA ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA
PUBLICAÇÃO, REVOCADAS AS DISPOSIÇÕES CONTRÁRIAS.

DIRETORIA DO CENTRO COMUNITARIO "FAZENDA SANTO AMARU, EM 20 DE
MARÇO DE 1998.

MARITUBA, 11 DE MARÇO DE 1998.


ANTÔNIO FERNANDES GOMES
PRESIDENTE

Portaria da AMOCHE autorizando o funcionamento da VISPAL no Che Guevara

OF. 022/97
DA: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO RESIDENCIAL "CHE GUEVARA"
PA: COMANDO GERAL DE POLICIAMENTO METROPOLITANO
EXMO. SR. CORONEL MAGELA.


Sr. Comandante,

Na qualidade de representantes da Comunidade residente no Condomínio "Che Guevara", em Marituba, através do presente ofício, solicitamos uma audiência com V.Exa. com objetivo de expor junto a este Comando, nossas dificuldades em relação a falta de segurança em nossa comunidade.

Conhecedores da boa vontade e generosidade de V.Exa. em atender os pleitos da população, recorremos a este Comando no sentido de solicitar providências para reforçar o policiamento em nossa área, pois diversos acontecimentos tem ocasionado o caos e a insegurança para os moradores do condomínio.

Certos de contar com sua valiosa colaboração, agradecemos antecipadamente, manifestando cordiais saudações.

Belém, 09 de fevereiro de 1998


Antônio Fernandes Gomes
Presidente da Associação de Moradores
do Condomínio "Che Guevara".

Ofício da AMOCHE solicitando policiamento para o novo bairro

O senhor Ernandes também montou uma empresa de vigilância após ter adoecido e se afastado da empresa do senhor Hermínio. Antes de iniciar o serviço de vigilância no bairro Ernandes apresentou à comunidade. Mandou fabricar quatro armas de calibre 36 para realizar o serviço de vigilância. A esta altura, a VISPAL não prestava mais serviços de vigilância depois que Hermínio sofreu um atentado ao coordenar uma vigilância na ocupação Sol Nascente no município de Vigia.

O morador Carlos de Oliveira lembra que, através da união dos moradores por meio de arrecadações, deu-se a compra de equipamentos para dotar o bairro de energia elétrica. Quando os fios começaram a ser esticados, da BR-316 para dentro do bairro, os técnicos das Centrais Elétricas do Pará (CELPA) apareceram e embargaram o serviço que estava sendo feito pelos próprios moradores. Depois de negociações entre o prefeito Fernando Corrêa, o deputado Babá e a CELPA, a energia foi liberada. Ernandes afirma

que, num primeiro momento, tinha um senhor que fazia instalação nas travessas a partir dos postes da antiga fazenda e recebia uma taxa dos moradores.

Hermínio comentou que, antes das fiações elétricas clandestinas, era tudo no lampião, vela ou lamparina. Ele recebeu uma doação do Mário Couto de 800 litros de óleo para abastecer as lamparinas do bairro. Para cada pessoa eram cedidos dois litros de óleo diesel. Por várias vezes, a CELPA desligava a energia do bairro que era fornecida a partir das fiações elétricas dos postes da BR-316. O primeiro transformador do bairro foi comprado pelos moradores que contribuíram com a quantia de quinze, dez ou cinco reais. Depois da compra de outros transformadores, a CELPA resolveu fazer a instalação.

Hermínio não subiu em postes para fazer ligações elétricas, mas ajudou a segurar escadas. Lembra de um rapaz que, mesmo sendo acostumado a fazer esse tipo de ligação, veio a falecer quando colocou um fio elétrico. Os moradores puxavam fios da BR de todos os modos: *era arame farpado, era fio comum, era tudo quanto era fio que dava a gente ia puxando, era muito arriscado*, relata o próprio Hermínio.

Segundo Álvaro Serra, o *gato* era feito pelos moradores que colaboraram para compra do transformador. Um engenheiro da CELPA contratou uma empresa terceirizada para sentar os transformadores e colocar os fios de alta tensão, sendo que, nas travessas, os moradores tinham que puxar as fiações. *Cheguei a subir nos postes pra botar fios. Inclusive lá em cima do poste, eu coloco o fio sem alicate, eu testo um fio desse dentro de casa na língua pra ver se tá passando corrente*, relatou-me o senhor Álvaro.

Em carta do dia 09/02/1998 ao presidente da CELPA, o líder comunitário da AMOCHE Antônio Gomes solicita as instalações elétricas para as residências do bairro. Na carta, é revelada a atuação de um eletricista com o nome de Jose Wilson *que, à revelia tanto da Associação de Moradores quanto da CELPA, iniciou a instalação de energia elétrica cobrando taxas exorbitantes dos moradores. As ligações clandestinas variavam de 30 a 100 reais*. A carta explica também sobre a realização de um bingo cuja arrecadação tinha servido para a compra de um transformador de 45 KVA⁹².

Antônio Gomes lamenta a impossibilidade financeira da Associação em adquirir outros transformadores e justifica, pela ausência de conhecimentos técnicos, a

⁹² Recibo de 22/01/1998 da Empresa Transformadores Tupã Ltda no valor de 1.875,00 referente a venda de um transformador trifásico de 45 kva.

necessidade de a CELPA agir para combater as ligações clandestinas e trazer segurança com relação às ligações elétricas oficiais.

Segundo o senhor Paulo Preto, a Associação entrou em negociação com a Empresa de transporte coletivo Izabelense para circular na área, levando em conta que a empresa deveria providenciar: *máquinas para abrir a rua principal e cortar as laterais todas, piçarra pelo menos na principal, 25 postes, uma faixa de 3 mil metros de fio, 5 transformadores e uma ajuda financeira à escola Nossa Senhora das Vitórias que funcionava no bairro.*

A empresa não aceitou as exigências e a Associação recorreu ao político Zé Begot. Segundo Paulo Preto, *o Zé Begot tinha uns carro velho que de vez em quando botava na linha.* Depois de conversar com a Associação, Begot viajou para o Maranhão e, após uma semana, voltou com um senhor chamado Paulo Macarrão, com a Empresa de ônibus Nossa Senhora do Carmo para satisfazer as necessidades dos moradores. Esta decisão foi feita em Assembléia Geral e Paulo Macarrão pediu um ajudante de tratorista. Begot indicou o senhor Paulo Preto e, numa segunda-feira, *nós taquemo pau,* afirmou o senhor Paulo.

Pelo relato do senhor Paulo Preto, a empresa Nossa Senhora do Carmo forneceu também os postes e os transformadores. A CELPA enviou seus técnicos para auxiliar na instalação dos postes: *aí nós arregacemo o braço e fumo cavar buraco pra levantar poste...* Paulo lembra que neste mesmo dia os ônibus da empresa começaram a rodar e um deles foi preso na Polícia Rodoviária Federal. Na mesma hora, foi feita uma Assembléia e uma mobilização de uma faixa de mil e quinhentas pessoas para fechar a BR-316.

Aí nós ficemos lá, aí quando foi umas horas, veio uma mulher pra ter filho, quase pra ter filho, o que vamo fazer, vamo abrir? Vamo carregar o carro. Peguemo e jogamo o carro pra outra pista, passou. Aí quando mais tarde, lá vem um carro com dois cara morto já fedendo, só mosca. Aí nós peguemo também carreguemo pro outro lado. Aí quando foi pra banda de 1 hora, quando chegou o Coronel Mangela (...) assumindo o negócio, aí liberou os carros, aí nós fomos liberar aquela pista 3 horas da tarde.

RECIBO

R\$ 3.200,00

Recebemos do Sr. TRANSPORTE NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA, à
importância de TRES MIL E DUZENTOS REAIS, referente a venda de 18 postes de concreto
11 x 250G e 10 postes de concreto 9 x 150G.

Ananindeua (Pa), 02 de abril de 1998.


Paulo P. Fernando
Artecon Artefatos de Concreto Ltda.
RUA PAULO P. FERNANDES
S/N - ANANINDEUA - PA

Recibo da venda de postes à Empresa Nossa Senhora do Carmo

Ofício N° 104/ 98

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES
DA OUBAÇA CHE GUEVARA
06/09/98

Da Associação de Moradores da ocupação
"Che Guevara"



A: Sra Presidente da Ctbel
Dra Cristina Badine

Solicitamos a prestimosa atenção de V.sa no sentido de atender nessa comunidade ,con almento da freta de onibus da Empresa Nossa Senhora do Carmo,per que os 06 carres existentes na linha Che Guevara Fça dos Estivadores nãe esta sendo suficiente para atender a populaçãode nossa bairre

Esperamos contar mais uma vez com a sua prestimosa colaboração

Atenciosamente


Antonio Fernandes Gomes
Presidente

Ofício da Associação solicitando autorização da CTBEL para a circulação dos ônibus da Empresa Nossa Senhora do Carmo

O senhor Álvaro conta que, antes da entrada da Empresa Nossa Senhora do Carmo, a Associação trouxe a presidente da Companhia de Transportes de Belém (CTBEL), a senhora Cristina, que caminhou até os lotes agrícolas e voltou toda suja de lama. Depois ela assinou a ordem de serviço dos ônibus. Segundo Álvaro, foi a Empresa Izabelense que tinha mandado prender os ônibus da Empresa Nossa Senhora do Carmo, assim os moradores decidiram fechar a BR-316, em plenas férias de julho de 1998. No início, como Carlos de Oliveira não tinha bicicleta, andava a pé até à BR. Muitas pessoas chegavam até a ganhar dinheiro fazendo transporte de moradores de bicicleta: *era um real, um e cinqüenta pra levar, se tivesse carga, se tivesse mercadoria pra levar, era dois, três reais.*

O morador Ernandes afirmou que a Empresa Nossa Senhora do Carmo fazia parte do pessoal do Partido dos Trabalhadores (PT) e, como ele e outros moradores eram de oposição a este partido, foi atrás do dono da Empresa. Como a outra empresa já

fazia linha pela avenida principal (João Batista), a Izabelense passou a fazer linha pela rua dos Navegantes. O grupo de oposição ao PT era fraco, mas, quando o Babá se candidatou a deputado federal e não ganhou as eleições dentro do bairro, ele se afastou da Associação. Entre 2003 e 2004, Ernandes se reunia com um grupo de moradores para defender a permanência dos ônibus da empresa Izabelense. A empresa Autaviária (que hoje é a única que presta serviço no bairro) entrou com 12 ônibus novos depois de exigências populares junto à prefeitura.



Tratores ajudando a puxar caminhão com transformadores para dentro do bairro em 1997. Foto: Antônio Nunes, 1997



Primeiro grande engarrafamento em 1997 pelos moradores do Che Guevara. Foto: Antônio Nunes, 1997

CAPÍTULO 3: SIGNIFICADOS DO MORAR: MEMÓRIAS E REPRESENTAÇÕES DO LUGAR DE MORAR

CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA

- PODER LEGISLATIVO -

Rua Antônio Falcão, 635 - CEP 67100-000

MARITUBA - ESTADO DO PARÁ

GABINETE DO VEREADOR FRANCISCO BESTEIRO

Comissão de J. L. R. L. S.
PARA RECEBER PARECER

Em 25/02/99

Câmara Municipal de Marituba
Protocolo N° 057/99
14 FEV. 1999
Diretor Administrativo

Senhor Presidente.
Senhores Vereadores.

Considerando que a principal função deste Parlamento é a representação popular, e que os moradores da área de ocupação da antiga Fazenda Santo Amaro, neste Município, através da Associação dos Moradores da Ocupação Che Guevara, nos encaminharam detalhado expediente solicitando a nossa interferência para a formalização da denominação Bairro Che Guevara.

Considerando que, no referido expediente, os moradores alegam que a referida denominação já está incorporada ao cotidiano da comunidade e que todos os órgãos, tanto oficiais como particulares, já a utilizam para o encaminhamento dos seus documentos, citando como exemplos a Telepará, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a Rede Celpa e a Prefeitura Municipal de Marituba.

Considerando, finalmente, que é da competência deste Poder a tomada das necessárias providências para o atendimento dos anseios da comunidade, é que submeto à vossa apreciação o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 057/199

Denomina Bairro Che Guevara a área de ocupação da antiga Fazenda Santo Amaro, neste Município, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada Bairro Che Guevara a área de ocupação da antiga Fazenda Santo Amaro, nesta Município.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário "Ver. Wilson Honorato de Almeida e Silva", em 24 de fevereiro de 1999.

Ver. FRANCISCO BESTEIRO
PPB

Câmara Municipal de Marituba
APROVADO POR UNANIMIDADE
15/02/1999
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE MARITUBA

PODER LEGISLATIVO
Rua Antônio Bezerra Falcão n.º 635 – CEP 67100-000
MARITUBA – ESTADO DO PARÁ

DECRETO LEGISLATIVO N.º 080/2000

Denomina Bairro Dr. Almir Gabriel o atual
Bairro Che Guevara, neste Município, e dá
outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e a Mesa Executiva promulga o
seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1.º - O atual Bairro Che Guevara, neste Município, passa a denominar-se
Bairro Dr. Almir Gabriel.

Art. 2.º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Marituba, em 14 de dezembro
de 2000.


Ver. ANTONIO CARLOS RESENDE BEZERRA
1.º Presidente/CMM


Ver. MANOEL CLÁUDIO AMARAL DA ROCHA
1.º Secretário/CMM


Ver. JOSÉ BOJÓRQUEZ VIANA BARROSO
2.º Secretário/CMM

Acima estão dois documentos pelos quais pretendo iniciar a discussão sobre os significados do morar, partindo das circunstâncias de como os moradores do bairro Che Guevara buscaram dar um nome ao lugar de moradia. A discussão sobre o nome da ocupação rendeu Assembléias Gerais, conflitos e bate-bocas entre lideranças comunitárias e autoridades políticas municipal e estadual, sem falar nas diversas vozes dos moradores que buscam justificar, ora o nome de Che Guevara, ora o nome de Almir Gabriel e até mesmo a continuidade do nome Santo Amaro.

Não negando os grandes debates da sociologia e antropologia sobre a noção de representação, a historiadora Sandra Jatohy afirma que:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade.⁹³

Não cabe ao presente trabalho descobrir quem ocupou primeiro o terreno, quem deu o nome ao bairro ou quantos habitantes entraram e saíram do bairro entre os anos de 1997 e 2005. A discussão é sobre como a construção do lugar é representada pelos documentos escritos e orais que consegui reunir, tendo em vista escolhas individuais e coletivas dos sujeitos. Ao levar em conta a definição de Pierre Bourdieu sobre campo de forças para definir a realidade, Sandra Jatahy interpreta o sentido de representações apresentando *múltiplas configurações* e que *o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social*. Neste sentido, a História Cultural procura desvendar o passado por meio das representações que os homens expressam a si mesmos e ao mundo. O grande desafio da História Cultural, para a autora, é lidar com o *não-visto* e o *não-vivido*⁹⁴.

De certo modo, o debate sobre fazer uma história recente não anulou minha preocupação em olhar para o final da década de 90 como um historiador que escreve em 2007 e 2008, entretanto minhas representações sobre cidade e moradia facilitaram meu entendimento acerca das linguagens e representações apresentadas pelos documentos que reuni. Grupos e indivíduos constroem suas linguagens ao longo de suas vivências, mas utilizam linguagens de outros grupos e pessoas para comporem um repertório de representações que acabam sendo a linguagem do coletivo.

A definição do nome da ocupação como Che Guevara parece ter sido originada por uma das lideranças da ocupação: o senhor Raimundo França (conhecido como *Ratinho*). Mas, muitas pessoas apontam que a idéia foi de Babá. O certo é que o nome foi aprovado numa Assembléia Geral dos moradores presidida pelo Babá no dia 27 de agosto de 1997, como lembram a senhora Maria Cristina e o senhor Ernandes. Essa foi uma das Assembléias Gerais em que os coordenadores da ocupação não se preocuparam em registrar em Ata.

⁹³ PENSAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Op. Cit., p. 39.

⁹⁴ Idem, p.42.

O ex-presidente da AMOCHE, Antônio Gomes, relatou que o nome Che Guevara foi forte, naquele momento, porque o guerrilheiro argentino estava completando trinta anos de falecido. Numa tarde, o Babá puxou uma Assembléia na qual compareceu muita gente e sugeriu o nome Che Guevara para o novo bairro. No dia da Assembléia para aprovar o nome do bairro, o Babá estava em Brasília e ligou para Antônio Gomes manifestando apoio ao nome Che Guevara. Não houve votação porque era unânime a simpatia dos moradores pela denominação.

Como se observa nos decretos no início deste capítulo, o nome Che Guevara foi juridicamente aprovado e estabelecido na Câmara Municipal de Marituba em 24 de fevereiro de 1999 e leva claramente em consideração os anseios dos moradores que já tinham se acostumado com a denominação. Já quanto ao nome de Residencial Almir Gabriel, proposto pelo segundo decreto (do dia 14 de dezembro de 2000), sequer algo é citado relativo à opinião dos moradores. O segundo decreto é curto e grosso ao definir a nomenclatura de Almir Gabriel. O vereador Manoel Salim me relatou que a alteração para Almir Gabriel foi para facilitar o processo de desapropriação e busca de benefícios para a o bairro. Não perguntei ao ex-governador Almir Gabriel se ele gostou da homenagem que os vereadores da Câmara Municipal de Marituba fizeram a ele, porque não encontrei notícia alguma de que o governo Almir Gabriel tenha se oposto à medida.

A princípio, o nome da ocupação sugere uma associação com certa orientação marxista revolucionária, já que Che Guevara foi um dos mais importantes combatentes marxistas que marcaram movimentos sociais latino-americanos entre os anos 50 e 60. As estratégias de busca pela moradia, mesmo não tendo levado em conta métodos revolucionários aos moldes marxistas, favoreceram a construção de uma representação do bairro ligada à luta pela justiça de morar para os populares que se envolveram no processo.

Mesmo o aspecto de nomenclatura sendo importante na construção de momentâneas identidades e apesar de o ato de ocupar terrenos ser ilegal, um dos objetivos centrais que constitui a luta dos moradores de áreas de ocupação é buscar o caminho da institucionalização do local de moradia.⁹⁵ Maria Paracampo discute a politização do cotidiano e a criação das estratégias de luta dos moradores do Jaderlândia pela efetivação da posse da terra recorrendo ao processo de institucionalização. Em uma de suas fontes de pesquisa, Paracampo detectou que o nome dado à ocupação (de

⁹⁵ BORGES, Maria Vitória Paracampo. *Cidadania e Direito de Morar: a política de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia – Ananindeua-PA*. Op. Cit., p. 152.

Jaderlândia) foi uma das estratégias para garantir um apoio político maior às carências de moradia dos ocupantes.⁹⁶

O morador Carlos de Oliveira relatou que Che Guevara é um nome forte porque ele foi comunista e perseverante para a população pobre, apesar de também ter mandado assassinar pessoas. Mas a denominação teve seu lado negativo, porque as pessoas do bairro passaram a se sentirem discriminadas em outros lugares pela fama de que o bairro era perigoso devido à criminalidade. Tal fama foi minimizada quando passou a se denominar Residencial Almir Gabriel. Ocimar Hermínio fala que o nome Almir Gabriel foi interesse político e que a Associação de Moradores sequer foi consultada para aprovar ou não a mudança do nome. De uma hora para outra, quando deu conta, os ônibus já estavam com o nome de Almir Gabriel.

O morador Ernandes defende o nome Almir Gabriel porque foi o principal responsável pela desapropriação da Fazenda Santo Amaro para que as pessoas pudessem morar. O nome Che Guevara, bem como o nome das ruas (dos 19 sem-terras assassinados em Eldorado dos Carajás) foram colocados por influência do pessoal do PT, segundo Ernandes. Newton lembra quando o deputado Babá lançou o nome Che Guevara numa reunião e faz uma ligação da luta pela moradia na fazenda Santo Amaro com a atuação guerrilheira de Che Guevara. Diz que muitas pessoas não se adaptaram ainda com o nome Almir Gabriel. O senhor Sardinha também não defende o nome do bairro de Che Guevara e explica:

Concordo com Almir Gabriel. Não concordei com Che Guevara porque não tivemos desenvolvimento em nada, foi só um nome que colocaram, mas até o momento não fizeram nada. O Almir Gabriel sim, nós tivemos uma escola, um posto de saúde, não é aquele posto de saúde, mas funciona 30%, veio algum benefício com Almir Gabriel, o que no momento falhou foi o saneamento com o nosso bairro.

Quando Sardinha afirma não ter tido desenvolvimento em nada com o nome Che Guevara, ele não está considerando as conquistas realizadas pelos próprios moradores e pela AMOCHE, mas a própria atuação dos governos estadual e municipal no sentido de promover investimentos para melhoramentos urbanos na área.

Dona Suselina, vizinha de tia Filó, revolta-se com a mudança do nome do bairro para Almir Gabriel, dizendo que não se consulta no posto de saúde do bairro (denominado Raífa Gabriel) porque não tem médico nem enfermeira e, sempre que

⁹⁶ Idem, p. 256.

precisa de médico, dirige-se de bicicleta ao posto de saúde do bairro Decoville, em Marituba. Tia Filó diz que o nome tem que voltar a ser Che Guevara, que foi um homem lutador.



Fórum sobre segurança pública no município de Marituba realizado no IESP dia 20/06/2007 (Foto: José Renato)



Reunião dos moradores do bairro Che Guevara com o presidente da Companhia de Saneamento do Pará (COSAMPA) Eduardo Ribeiro na Igreja Batista no dia 29/11/2007. Foto: José Renato

Presenciei as reuniões acima destacadas e, em todas elas, as autoridades e moradores chamavam o bairro de Che Guevara e não de Almir Gabriel. A senhora Cristina possui os papéis de suas contas com o nome do Bairro Che Guevara. Antonio Nunes, seu esposo, tornou-se presidente da Associação dos Moradores nas eleições para o centro comunitário que ocorreu no dia 28/10/2007 e me disse que vai lutar para que o nome Che Guevara volte a ser oficial. O vereador Manoel Salim também deseja o mesmo e me disse que possui um projeto que vai apresentar na Câmara de Vereadores em prol disso.

Os jornais O Liberal e Diário do Pará registraram, em junho de 2005, um protesto em que muitos moradores do Che Guevara fecharam a BR-316. O Liberal inicia a reportagem da seguinte maneira: *Os moradores do Residencial “Almir*

Gabriel”, mais conhecido como Invasão “Che Guevara” (...) decidiram interditar, ontem pela manhã, por três horas, as duas pistas da BR-316, fazendo muita gente desistir de sair da cidade.⁹⁷ Já o Diário do Pará começa a reportagem da seguinte maneira: Um engarrafamento de quase cinco quilômetros nos dois sentidos da Rodovia BR-316 foi resultado do protesto de centenas de moradores do bairro Che Guevara (...). A falta de segurança e policiamento no bairro motivaram os moradores a bloquearem a rodovia.

Não é preciso apresentar algum tipo de documento para comprovar as muitas divergências que existem entre esses dois concorrentes jornais paraenses. Para quem acompanha noticiários, tal como o *Barra Pesada* no canal 13 do grupo Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBA), a quem também pertence o Jornal Diário do Pará, percebe que existe uma clara defesa dos políticos da família Barbalho e simpatizantes em *oposição* ao grupo de comunicações de Rômulo Maiorana, a quem pertence o Jornal Liberal. No próprio trecho da reportagem que coloquei acima, é clara a simpatia do jornal O Liberal pelo político Almir Gabriel, uma vez que o bairro é chamado de Residencial Almir Gabriel, mas, em se tratando do nome Che Guevara, é uma invasão.

Em toda a reportagem de O Liberal, não aparece a reivindicação dos moradores em quererem que o nome do bairro seja Che Guevara e não Almir Gabriel. A foto abaixo esclarece a intenção do jornal Diário do Pará em se opor ao político Almir Gabriel. O interessante é que, no Diário do Pará, a reportagem deixa de início, bem claro, os motivos que levaram os moradores a bloquearem a BR. Em O liberal, os “invasores” aparecem logo como culpados de fazerem muita gente desistir de sair da cidade de Belém.

⁹⁷ O Liberal, Belém 06/06/2005.



Foto apresentada pelo jornal O Diário do Pará, de 06/06/2005, demonstrando insatisfação por parte de alguns moradores, durante protesto na BR-316, quanto ao nome “Almir Gabriel” e reivindicando o nome “Che Guevara”.

O nome do bairro é uma forma de representar e buscar um lugar de reconhecimento dos moradores em relação a outros grupos na cidade. As formas de relações sociais - aí inseridas as relações econômicas, políticas e culturais – desenvolvidas na ocupação também devem ser entendidas dentro desse espaço que possui um símbolo, Che Guevara, que representa luta social e, para o historiador ou outros cientistas sociais que buscarem entender a sociedade que se estruturou na fazenda Santo Amaro a partir da ocupação, o passo inicial é o reconhecimento do lugar por meio de algum nome.

O historiador inglês Hobsbawm aponta, com otimismo, a fragmentação e multiplicidade de temas que passaram a ser objetos dos historiadores porque, dentre outros motivos, representa uma história total de modo a tornar-se *o referencial geral, no mínimo, das ciências sociais*.⁹⁸ A tendência à diversificação de temas de estudo se caracterizou como ponto convergente entre muitos historiadores da chamada escola dos annales, entendendo que *todas as relações sociais e humanas podem ser tematizadas no passado*.⁹⁹

A história nova, como foram definidos os Annales por Jacques Lê Goff¹⁰⁰, reivindicou estudos nos campos da demografia, etnologia, economia, procurando desenvolver uma história total. O título da revista que marcou a fundação dos Annales em 1929 foi: *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, que, a princípio, faz referência

⁹⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, p. 79.

⁹⁹ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em história* Op. Cit. p. 78.

¹⁰⁰ LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 7.

apenas aos estudos econômicos e sociais. Entretanto, Marc Bloch, um dos fundadores da revista, argumentou o termo escolhido de propósito por ser vago e englobar toda a história¹⁰¹. Neste sentido a história é toda social.

José Carlos Reis afirma que a primeira geração dos *Annales* (destacando-se Lucien Febvre e Marc Bloch) valorizava o permanente, o durável, isto é, a história não estuda só as mudanças. Existia uma idéia de que a relação homem x natureza dava-se por reciprocidade.¹⁰² Com isso, é inegável perceber a influência das ciências sociais sobre os *Annales*. A busca de estudar o todo social (estruturas mentais, econômicas, políticas, etc.), entendida dentro da perspectiva das permanências, foi gerada a partir das pressões de outras ciências sociais (como antropologia e sociologia) sob a história tradicional (que valorizava a biografia, a política, a história das elites e a forma narrativa).

Portanto, com os *Annales*, história total era sinônimo de social. O social encontra-se em tudo que se refere à atividade humana. Hobsbawm faz uma interessante análise do termo história social, que é de difícil definição, por se tratar de um campo da história que é muito abrangente e de vários significados. O significado mais comum de história social é definido por uma associação entre economia e sociedade. O termo já possuía dois tradicionais sentidos: ser história dos pobres ou dos movimentos sociais e representar diversidade das atividades humanas.¹⁰³

Entendo que não só o social, mas também o econômico pode ser de complexa definição, que pode está ligada ao comportamento moral de uma sociedade. Foi o que demonstrou Thompson quando escreveu sobre a economia moral da multidão inglesa do século XVIII mostrando a rebeldia da multidão contra aumento dos preços de alimentos como carne e pão, negociando, baseado em suas crenças e costumes, com as autoridades inglesas.¹⁰⁴ Dentro de uma perspectiva cultural, fez um desafio ao determinismo econômico de Althusser e ao modelo de modos de produção em que a economia era fator, em última instância, dos acontecimentos humanos na escola marxista *vulgar*.

Segundo Josep Fontana, a preocupação de Karl Marx em entender a sociedade capitalista na obra *O Capital tem levado ao erro de supor-se que o materialismo*

¹⁰¹ Idem, p. 28.

¹⁰² REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em história*. Op. Cit, p. 94.

¹⁰³ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Op. Cit, p. 84.

¹⁰⁴ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 150-202.

*histórico é fundamentalmente economia.*¹⁰⁵ Em sua obra *Ideologia Alemã*, Marx e Engels deixam uma pista importante para entender a proposta da concepção materialista da história: *A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção.*¹⁰⁶

Não é a produção ou a economia que determina as ações dos indivíduos, mas a conexão entre sociedade, política e produção. As representações dos indivíduos sobre a sua vida e existência e suas noções de espaço, casa, comunidade e viver bem são elementos da estrutura social. Estes elementos, por sua vez, estão ligados à condição material fundamental do indivíduo (o lugar da produção). Na ocupação Che Guevara, as ações dos indivíduos se forjaram no cotidiano da luta pela moradia. Ações que não surgiram do nada, mas emergiram de valores e experiências acumuladas de cada morador que buscava um meio de vida essencial para sua sobrevivência: *a habitação*¹⁰⁷.

Para Marx e Engels, a consciência é um elemento presente desde que exista relação do homem com a natureza e outros homens: *a consciência é um produto social.*¹⁰⁸ Inicialmente, consciência do sensível imediato. Com a divisão social do trabalho, a consciência que, desde o início, manifesta-se pela linguagem, passa a representar o real.

Para entender representações de classes populares, é importante levar em consideração que esta consciência é social, isto é, existe um intercâmbio entre as classes: as camadas pobres sabem do bem viver da elite. Como se cria a consciência nas camadas populares de que o bem viver (ou pelo menos ter um local pra morar) é também um direito delas?

A representação coletiva de mudança de vida é muito presente entre vários moradores da ocupação Che Guevara, quando o terreno começou a ser ocupado em 1997. Para o senhor Paulo Preto (motorista aposentado), o terreno conquistado significou o bem-estar para sua família numerosa, pois seus filhos teriam onde morar. Para o senhor Antônio Gomes, que, desde cedo, envolveu-se em movimentos sociais no município de Marituba, era a oportunidade de lutar por outras pessoas que pagavam

¹⁰⁵ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998, p. 142.

¹⁰⁶ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1984, p. 21.

¹⁰⁷ MOURÃO, Leila. *O Conflito Fundiário Urbano em Belém (1960-1980). A luta pela terra de morar ou de especular*. Belém: UFPA, Curso Internacional de Mestrado e de Planejamento do Desenvolvimento, 1987, p. 47.

¹⁰⁸ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. Op. Cit., p. 34.

aluguel e por isso passou a se engajar na luta para desapropriar e legalizar o terreno ocupado.

Enfim, são vários os exemplos da própria comunidade, em que as consciências reconheciam o direito à moradia, à terra, e, por isso, os ocupantes se organizaram e se mobilizaram para não sair mais do terreno. O sentido dos conflitos em torno da propriedade é dado pelas representações do que os envolvidos entendem de acesso ao bem-estar (lugar de morar). Esta foi a consciência geral norteando a organização da comunidade.

A história de movimentos populares, aqui também entendida fundamentalmente como história social, era um problema para os historiadores do século XIX e inícios do XX em função de a erudição tradicional se respaldar apenas em documentos oficiais, além do predomínio de uma narrativa que se preocupava em mostrar a atuação de reis e indivíduos que determinavam os rumos dos acontecimentos.

No século XX, a *história vista de baixo* se desenvolveu explorando os terrenos da Revolução Francesa, evento que possui muitos documentos, onde a presença dos pobres é permanente. As pessoas comuns foram fundamentais nos rumos dos principais acontecimentos políticos que concretizaram a Revolução Francesa.¹⁰⁹ Historiadores como Michelet, Georges Lefebvre e Marc Bloch foram os precursores na tentativa de focalizar as camadas populares na Revolução Francesa. Michelet já tinha consciência da importância das informações orais para entender as pessoas simples publicando, em 1846, *O Povo*, onde explica o impacto da mecanização sobre a sociedade francesa utilizando depoimentos orais captados em conversas com os pobres, que, muitas vezes, indicava indícios que as estatísticas oficiais não revelavam¹¹⁰.

Longe de demarcar fronteiras ou conflitos entre História e Antropologia, Geertz busca um esforço de lidar com um mundo noutra lugar ou noutra tempo¹¹¹. Tais esforços passam pelo reconhecimento da diferença exposta pelas ações e valores dos *nativos* para tentar minimizar o etnocentrismo e o anacronismo, que, segundo Robert Rowland, são os maiores problemas enfrentados por historiadores e antropólogos¹¹². Os dois problemas apontados por Rowland são mais complicados, na visão de Geertz, quando o estudo tenta ver o outro noutra tempo ou noutra lugar: “*O nós*”, *assim como*

¹⁰⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Op. Cit., p. 218.

¹¹⁰ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998, pp.72-74.

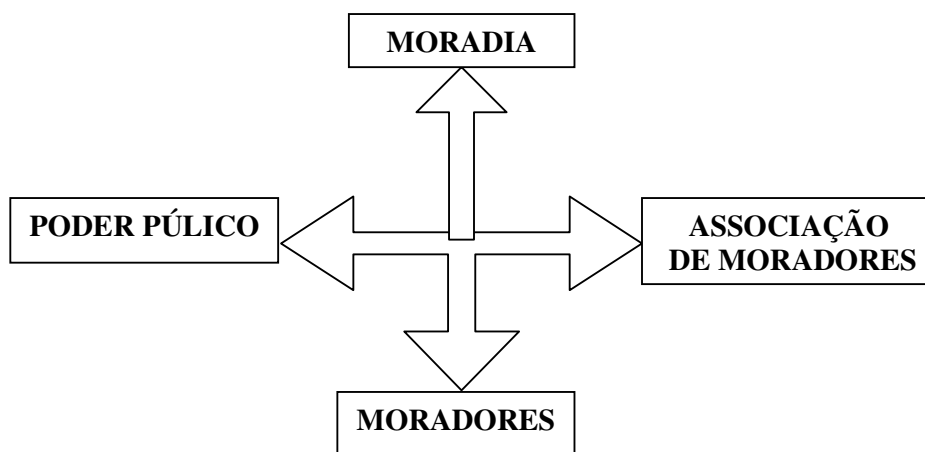
¹¹¹ GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Op. Cit., p. 113.

¹¹² ROWLAND, Robert. *Antropologia, História e Diferença*. 3ª edição. Porto, 1987, p. 62.

“o eles” significam coisas diferentes para quem olha para trás e para quem olha para os lados¹¹³.

A difícil tarefa de distinguir e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura alheia é um dos principais desafios com que me deparo ao estudar a formação de sociabilidades na ocupação Che Guevara. Trata-se de uma área urbana da Região Metropolitana de Belém que apresenta múltiplas vivências que caracterizam, de forma ampla, um espaço urbano do qual eu também faço parte¹¹⁴.

Ana Luíza Carvalho propõe que, para a Antropologia Urbana, há uma grande preocupação de estudo da *diversidade*, da riqueza dos grupos que habitam as cidades modernas e as diferentes culturas que nelas convivem¹¹⁵. Em áreas de ocupação urbana, como o Che Guevara, foram estabelecidas novas relações sociais e não outra sociedade e, pelo fato de muitas pessoas se originarem de outras áreas periféricas da RMB, trouxeram vivências e experiências que marcaram as novas sociabilidades e usos da moradia.



A necessidade de morar como propiciadora de articulações entre diversos setores e agentes sociais

Meu jeito de demonstrar representações do lugar de moradia é resumido no esquema acima produzido por mim. As linguagens utilizadas por diferentes agentes sociais é que propiciam a apresentação das representações sobre o morar. Tomo como

¹¹³ GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Op. Cit, p. 113.

¹¹⁴ O meu não engajamento na luta pela causa da moradia entre os moradores do Che Guevara talvez me possibilite uma visão menos etnocêntrica sobre quem mora ou não na ocupação. Este é um tipo postura que para Geertz pode tornar as coisas mais claras para o antropólogo. Cf. GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 39.

¹¹⁵ ROCHA, Ana Luíza Carvalho da & ECKERT, Cornélia. *O Tempo e a Cidade*. Op. Cit., p. 14.

base dessa discussão a própria linguagem de quem mora no bairro Che Guevara. Tomei o cuidado de concentrar as fontes orais num primeiro momento da discussão e uso as fontes escritas em seguida. Meu percurso é dos textos não-oficiais (transcrições das memórias dos entrevistados e conversas informais no bairro) aos oficiais (da comarca de Marituba, fichas de levantamento, atas de reunião, levantamento do ITERPA, etc.).

Ao discutir estudos da cultura popular por historiadores de fins do século XX como Carlo Ginzburg e Natalie Davis, Peter Burke afirma que historiadores admiradores do marxismo *voltaram-se para a antropologia em busca de uma maneira de alternativa de vincular cultura e sociedade*, sem reducionismos da super pela infraestrutura. Neste sentido, o interesse da associação entre cultura e sociedade baseia-se no *conhecimento local ou não-oficial de seus informantes*¹¹⁶. Ginzburg¹¹⁷ faz uma analogia entre antropólogo, do tempo presente e inquisidor, do início da era moderna, a respeito de como ambos podem ser considerados testemunhos de determinada sociedade.

Os inquisidores colhiam depoimentos orais dos acusados de bruxaria ou outros desvios de conduta para compreendê-los em seus termos. Os antropólogos e historiadores orais possuem a preocupação de compreender e explicar uma sociedade pelos termos dos agentes que compõem esta sociedade. Assim, o trabalho de campo é ponto de convergência entre inquisidor e antropólogo; só que o historiador que pesquisa o início da era moderna realiza pesquisa de campo sobre outra *pesquisa de campo* feita pelo inquisidor. Geertz diz o seguinte:

Os antropólogos queixam-se de que a dependência dos historiadores nos documentos escritos os torna presa de relatos elitistas e convencionalismos literários. Os historiadores reclamam que a confiança dos antropólogos no testemunho oral os torna presa de tradições inventadas e da fragilidade da memória.¹¹⁸

É uma comparação de Geertz que leva em conta um debate em que a história é vista numa perspectiva tradicional, positivista e elitista. Ele sabe do grande intercâmbio saudável que tem ocorrido atualmente entre as duas disciplinas¹¹⁹. Meu tema de pesquisa sobre moradia sintetiza as preocupações de Ginzburg e Geertz em aproximar as duas disciplinas. Recorrendo a atitude de antropólogo, hei de considerar relatos e observações de meu trabalho de campo como fontes que podem dialogar ou não com

¹¹⁶ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Op. Cit., p. 56.

¹¹⁷ GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989, P. 203.

¹¹⁸ GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Op. Cit., p. 112.

¹¹⁹ Idem, p. 123.

documentos escritos utilizados por mim para apresentar a sociedade que se articulou no bairro Che Guevara. Um trabalho sobre o tempo presente a partir de registros de memórias de pessoas que viveram e vivem num meio urbano me possibilitou a construção de um texto demonstrativo de *tempos vividos múltiplos*.¹²⁰

O senhor Bernardino possui um armarinho na avenida João Batista, considerado o centro comercial do bairro Che Guevara. Ele tinha um armarinho como esse no PAAR e veio morar no Che Guevara com a expectativa de melhorar as vendas, já que se tratava de um bairro novo. No início, o terreno que comprou no Che Guevara servia também como moradia. Bernardino chegou um ano depois da ocupação da fazenda e teve que comprar um lote de terra a fim de construir a casa para trazer o essencial: geladeira, cama e fogão.

Nos primeiros momentos de sua moradia, passava a semana no Che Guevara; aos finais de semana, voltava ao PAAR porque a casa no Che Guevara não dava para comportar diversos objetos que ainda estavam na sua outra residência. Assim, colocou placa de venda e, ao mesmo tempo, decidiu procurar casa em outras partes do Che Guevara. Na procura, encontrou uma barraquinha de madeira num terreno considerado normal (10 metros de frente por 20 de fundo) cujo dono desejava ir embora para o PAAR. Bernardino o levou ao PAAR para realizar a transação. A casa de Bernardino era de alvenaria, lajotada, com dois quartos, sendo uma suíte. Mas o dono do terreno no Che Guevara não tinha dinheiro para dar *de torna* na negociação. Mesmo assim, Bernardino efetuou a troca, trouxe o restante da mobília e depois foi aos poucos melhorando a nova casa (levantou alvenaria, lajotou, etc.).



Fachada e interior do Armarinho Juliana pertencente ao senhor Bernardino. Foto: José Renato, 2007

¹²⁰ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 2ª Edição. Campinas: Editora Unicamp, 1992, p. 473.

De 1998 a 2006, funcionou na casa do senhor Hermínio o Centro Educacional Crescendo e Aprendendo, onde sua esposa, Socorro, trabalhava como professora. No início, o governo municipal ajudava na merenda com as crianças que estudavam da 1ª a 4ª série. Segundo Hermínio, a prefeitura deixou de fornecer apoio à merenda escolar porque souberam que ele e sua esposa defendiam o PT. Ele ainda chegou por um tempo a fornecer bombom e pipoca, mas não teve condições financeiras para continuar com a escola funcionando sem apoio do governo municipal.

Hermínio possui em seu quintal duas piscinas de criação de peixe e disse que o grande sonho dele é trabalhar com piscicultura. Tem planos de criar peixes e crustáceos em um terreno que possui no município de Tracuateua, onde pretende se candidatar a vereador em 2008 pelo PC do B, já que o PT não havia lhe dado oportunidade.



Piscina de criação de peixes e o poço no quintal da casa do senhor Hermínio, onde também funcionava uma escolinha. Fotos: José Renato, 2007

Depois de me relatar sua atuação como segurança, tratorista e marcador de terrenos para outros moradores, Hermínio considerava importantes os espaços reservados à igreja, à praça e ao centro comunitário. Ele não concorda que a praça seja construída num terreno reservado às margens da BR-316 porque poderia ser um foco de prostituição. Para ele, a praça deveria ser feita no centro do bairro ou próximo a igreja católica.

Nos primeiros anos de moradia no bairro, Hermínio não esqueceu também da união que existia em momentos de descontração entre os moradores. Existia um lugar chamado *redondo* onde as pessoas faziam festa e churrascada. *Naquele tempo todo mundo falava só uma língua*, relata Hermínio, lamentando a perda de união que existia entre os moradores. Quando chegava a quadra junina, a diversão também era no *redondo* onde os moradores faziam bandeirinhas de jornal, revista e até mato.

E quando era na hora que a gente tem água pra tomar? Não tem água. A gente se deslocava daqui quase 1 quilômetro pra ir buscar água, todo mundo mulheres, crianças, todo mundo carregava água só pra uma finalidade, não era só pra uma pessoa, era pra todas as pessoas. Todo dia a gente ia buscar água. Tinha um grupo que ia buscar água, mas tinha outras pessoas que chegavam também, eu vou buscar água também a gente ia pra rua dos navegantes lá na vilage, a gente ia buscar água na vilage pra tomar, num sítio que tinha lá.

Hermínio afirmou que grande parcela de culpa pela falta de união entre os moradores atualmente é o desinteresse por parte da Associação de Moradores para promovê-la. No início, até o mandato da senhora Cristina como presidente da Associação só se falava em PT e Babá no bairro. Outro argumento de Hermínio para explicar a desunião é a própria conquista do terreno assegurada com a desapropriação da fazenda. *Essa fama do PT no novo bairro rendeu aproximações da Associação de Moradores com membros do Movimento Sem Terra de Castanhal*, segundo Hermínio. Em suas caminhadas da fazenda Bacuri, no município de Castanhal, ao INCRA, em Belém, os participantes do MST paravam no Che Guevara e acampavam antes de se dirigirem a Belém.

O senhor Newton morava no bairro Decoville, em Marituba, antes da formação do bairro Che Guevara. Sua filha caçula tem oito anos e já havia nascido quando Newton adquiriu um lote de terra na ocupação, mas só vinha zelar por ele no início. Afirma que começou do zero e acha essencial ter em casa um fogãozinho, dois pratos e uma mesa velha. Aos poucos, foi construindo sua casa de plástico e hoje é de alvenaria. Ele mesmo construiu pelo fato de trabalhar como pedreiro.

Eu fiz um barraquinho de plástico, aí vinha praí, como eu trabalhava aí, eu vinha mais aos finais de semana fazer alguma coisa, fui construindo essa casinha e só me mudei depois de 3 anos mas sempre eu dava assistência aqui direto, com 3 anos foi que eu arrumei a casa, isolei as portas, aí eu passei pra debaixo, ajeitando devagar.



Poço do senhor Newton. Foto: José Renato, 2007

O morador Manoel Sardinha afirmou que na sua casa também funciona o centro comunitário da Igreja Católica, do qual ele é coordenador. Para a comunidade, ocorrem a catequese, as reuniões dos coordenadores e o estudo bíblico. Para uso particular do senhor Sardinha, a casa é moradia de sua família. Já foi um comércio, mas foi à falência; foi a central de uma rádio comunitária; hoje, vende *cervejinha* e, aos sábados, sua esposa faz mingau e vatapá para vender na rua. Sardinha tem uma pequena criação de patos no quintal, mas não consome, pois afirma: *não gosto de comer pato, eu gosto de comer o caldo, a carne do pato é negra, é meio marronzinho, eu não gosto mas eu crio.*



Casa e criação de patos do senhor Sardinha. Fotos: José Renato, 2007

Apesar de ainda não morar no bairro, o senhor Paulo Preto acompanha o Círio de Nossa Senhora das Vitórias, que ocorre no bairro todo segundo domingo do mês de setembro. Paulo Preto tem planos de montar uma mercearia na casa que possui no Che Guevara, já que está situada em frente a um colégio Estadual e o movimento de alunos e pessoas é grande. Sardinha também é devoto de Nossa Senhora das Vitórias e diz que já é tradição a festividade católica no bairro e, segundo o pároco Nilton Cezar, que assumiu a paróquia no início de 2007,

Com a vitória do povo sobre as situações de morte vividas na época e a conquista da terra, em decisão unânime, todas as famílias dedicaram o bairro a N. Sra. das Vitórias que, nos dias de hoje, é a medianeira deste povo.¹²¹

Muitas vezes do bairro me revelaram que houve mortes, ameaças e corrupção envolvendo muitas pessoas, mas não cabe a mim, buscar os autores dessas denúncias, mas apenas situá-las como parte do processo que decidi não investigar e muito menos revelar. Porém, da memória coletiva, emergem as denúncias de ameaças de morte que respaldam o pároco no sentido de justificar a conquista da terra por intervenção da virgem de Nazaré, cuja denominação no lugar é Nossa Senhora das Vitórias.

Carlos de Oliveira, depois de ter passado a fase de cavação dos poços no bairro, ficou desempregado e começou a ter dificuldades financeiras. Tornou-se evangélico e passou a trabalhar como pedreiro, mas nem sempre havia serviço. Construiu a sua casa em alvenaria através do dinheiro que conseguiu com a venda de uma outra casa que possuía no Curuçambá. Carlos, praticamente, havia abandonado a casa no outro bairro, mas a sua esposa, Eliane, *correu atrás* para resgatar o que tinham deixado.

No Curuçambá, a casa era de madeira e foi vendida para uma pessoa que havia dado uma entrada, mas ainda faltava uma boa parte para a quitação. Como o comprador não quis pagar o restante, Eliane e seu tio desmontaram-na e trouxeram madeiras e telhas para a casa no Che Guevara. O sujeito devedor acabou perdendo o terreno para a COHAB que negociou com outra pessoa. Com a parte do dinheiro e os materiais trazidos do Curuçambá, Carlos construiu sua casa.

Perguntei aos entrevistados: o que é morar? As respostas, de modo geral, giravam em torno de dois aspectos: reviver os momentos da construção de sua própria casa no bairro e citar os equipamentos necessários para continuar a vida: os mais citados foram geladeira, fogão e cama. O poço cavado no quintal ou na frente da casa é um elemento tão importante quanto a própria casa e, por isso, é histórico.

A percepção histórico-temporal da construção da casa dos entrevistados me revelou mais detalhes do que vem a ser o morar do que a minha própria observação de campo pôde alcançar dos equipamentos que compõem o lar desses sujeitos. Outras caracterizações como a posição da casa próxima, a linha de ônibus ou a feira são resultados do tempo em que os sujeitos *correram atrás* do seu terreno e construíram com esforço a sua casa. O senhor Ernandes me relatou o seguinte sobre o que é morar:

¹²¹ Folder do Círio de Nossa Senhora das Vitórias que ocorreu no dia 09/09/2007.

Conforto no possível, o pouco ganhando o que tenho, mas já tenho minha casa toda arrumadinha. A minha cozinha toda equipada, fogão, geladeira, minha pia. Eu já falei pros meus filhos, eu já construí 9 casas aqui em Marituba. Essas casas nós que fazemos, gente não paga pedreiro, carpinteiro, isso aqui tudo a gente faz. Põe a família aqui, filho, filha, todo mundo dá uma ajudazinha, genro.

Ainda não tá documentada. Aqui já tem IPTU, segundo o prefeito que vai dar agora os títulos definitivos. Eu trabalhava com uma venda aqui. Acabei com a venda. Tenho telefone. Meu transporte aqui tá bem localizado. Acho melhor morar aqui, inclusive na época que a gente pegou esse terreno, os amigos meus: tu vai ficar aqui na frente, rapaz, aqui vai ser a maior perturbação à noite, tem a BR aqui. Há dois anos atrás que um rapaz reuniu aí e fez uma festa aqui de lá pra cá. A minha senhora é aposentada, o meu filho tem uma locadora de DVD. Logo no início, eu plantei feijão, banana, no momento, eu não tenho nada porque me operei. Tenho dois tanques aí. A gente consome. Já dei pra algumas pessoas. Todo mundo aqui é católico.

Marly do Socorro justifica o uso de grades em sua casa, afirmando que a insegurança no bairro aumentou porque muitas pessoas que vieram venderam os seus terrenos e a união que existia, no início da ocupação, já não existem mais hoje. Entretanto, diz que, em sua rua, existem vizinhos que são trabalhadores como um cobrador de ônibus, um tenente aposentado e um vigilante cujo filho é taxista.

Marly reclama a ausência de uma praça no bairro para levar as filhas para passear e diz que não vai para as festas porque não gosta de violência. Na maioria das vezes, fica em casa assistindo a filmes. Possuía telefone fixo, mas mandou desativar, porque entraram na casa dela sem licença e levaram 17 DVDs originais, o aparelho telefônico e o celular do seu marido. Os parentes de Marly (pai, mãe e irmãos) também moram na mesma rua e os parentes de seu esposo moram em outra ocupação (no que ela chama de Marituba 2), num terreno que compraram.

Tia Filó é vizinha da senhora Maria Cristina e todos na rua a chamam de *vó*. Uma de suas vizinhas, chamada Martinha, a chama de *doutora do mato*; muitas pessoas do bairro a procuram para curar ferimentos. Ela conta que, uma vez, um rapaz pegou uma *feridona* na perna. Ele a procurou com a perna toda enrolada e ela mandou desenrolar, tocando na perna dele, que estava muito quente, e disse:

Olha, tua perna não sara porque tem esipra, eu não sei o que o médico chama pra esipra, mas pra esipras chamo alergia, mas no meu tempo tinha a esipra. A esipra incha o rosto da gente, fica com o beijo inchado, dá umas caloumbos na cabeça

da gente e então ele chegou e me amostrou e eu peguei na perna dele, gente, e digo olha enquanto tiver esipra não sara essa ferida.

O rapaz perguntou a ela o que poderia fazer. Tia Filó indicou um remédio que possuía: *mucura acaar*, que é uma planta. Retirou um maço e disse ao rapaz como deveria proceder no tratamento: *manda cozinhar um pouco desse remédio e vê um pano limpo branco ou de qualquer cor, molha quando aquele chá tiver frio e enrola a tua perna. Quando for enxugando, torna a molhar e enrola a tua perna. O rapaz seguiu a receita e, em 5 dias, conforme havia previsto tia Filó, o cascão foi se criando. O rapaz voltou para agradecer perguntando o preço da consulta e ela recusou porque ele era o seu vizinho.*

Outra vizinha idosa não conseguia mais se levantar da cama com dores nos *quartos*. Tia Filó pediu para a filha da enferma trazer folhas de caju e querosene, mas ela havia trazido folhas de jambo. As folhas do cajueiro de sua vizinha (a senhora Cristina) caía em abundância no quintal de Tia Filó, que pegou uma mão cheia de folhas, bateu no liquidificador, colocou o suco numa vasilha, acrescentou um *pinguinho* de querosene e mexeu. Deu à filha da vizinha e disse: *tu leva, arruma um pano e vai botando isso assim, depois tu passa o pano nela. Fez uma oração para Jesus abençoar o remédio e a vizinha levou, botou na velha, quando a Maria se levantou, a velha já estava na cozinha dela lavando a louça.. Tia Filó freqüenta a igreja Deus é Amor e acredita na intervenção divina sobre seus remédios.*



Viveiro de jabutis na casa de tia Filó. Foto: José Renato, 2007

Foi a senhora Maria Cristina quem me indicou Tia Filó para que conversássemos. Dona Cristina foi o meu primeiro contato no bairro, quando me interessei em iniciar a pesquisa. Participei de um evento na casa de dona Cristina em homenagem a São Lázaro, dia 25 de fevereiro de 2007. Os vizinhos levam seus

cachorros para almoçar na casa dela. O banquete é oferecido aos cachorros vizinhos desde 1998 e é uma promessa de dona Cristina pela recuperação de um filhote de rottweiler, pertencente ao seu marido, e pela recuperação do filho que estava com meningite. Mas há muito tempo, a avó de Cristina realizava o banquete nas vizinhanças da localidade de Murinin, no município de Benevides.



Almoço dos cachorros na casa de Cristina. Promessa a São Lázaro. Foto: José Renato, 2007

O senhor Álvaro resume sua intenção ao conseguir um terreno no bairro: *Eu vim pra morar, eu não vim pra pegar terreno pra vender*. Conforto e tranquilidade são sinônimos de moradia para o senhor Álvaro; entretanto não deixou de atuar em prol da comunidade. Presenciou, na BR, vários carros passando por cima do corpo de um rapaz que tinha sido atropelado. Na ocasião, ele e o Ratinho tentaram parar o trânsito para juntar os pedaços do corpo do rapaz. Comenta que, *num espaço de três anos*, ocorreram 53 mortes por atropelamento, na BR, antes da construção de três lombadas em frente ao Bairro. Segundo Álvaro, há nove anos não ocorrem mais acidentes, depois de os moradores terem fechado, várias vezes, a BR para que o DNER realizasse a construção das lombadas.

As representações do lugar de moradia são apresentadas pelos entrevistados com base no interesse em evidenciar o que deve e o que pode ser levado a público no trabalho que desenvolvo. A busca de melhoramentos urbanos para o bairro (coletivo) e do bem-estar (individual e coletivo, porque não há quem não deseje uma casa bem equipada) se deu por iniciativa desses sujeitos. As formas de atuação (fechando a BR, festejando com os vizinhos uma data especial ou fazendo remédios caseiros para os vizinhos, etc.) lembradas pelas narrativas são as representações da moradia e do bairro.

O senhor Álvaro participou da primeira diretoria da Associação de Moradores, mas nem sempre contava com a intervenção do presidente ou de qualquer outro membro da diretoria para tomar a frente de uma mobilização como, por exemplo, fechar a BR-316 ou iniciar a organização de uma cooperativa de transporte alternativo para

beneficiar os moradores e, ao mesmo tempo, dirigir (é o que gosta de fazer) retirando assim recursos para sustento de sua família.

Segundo Álvaro, o Ratinho foi um dos candidatos à primeira eleição para o centro comunitário do Bairro. Este último possuía um terreno, mas vendeu. *Ele morava no casarão aí. Depois da eleição, nós o tiramos do casarão, que ele tava querendo se apossar do casarão que, hoje em dia, derrubaram e fizeram uma casa, dizendo que é uma delegacia.* Segundo o laudo de avaliação do imóvel feito pelo ITERPA, o casarão era:

Uma casa de dois andares, de 92 m² construída em alvenaria, contendo 05 compartimentos, na qual residia o administrador da fazenda. Hoje funciona a sede da Associação dos Moradores do residencial Che Guevara e seu estado é precário.¹²²

Sardinha acha que o casarão deveria ser tombado por se constituir como patrimônio histórico do lugar (tanto pela sua utilização na antiga fazenda, como pelo uso da primeira sede da associação de moradores do Che Guevara, onde os primeiros moradores se reuniam). Álvaro afirma que *o Ceará mandou derrubar e fez essa casa lá, dizendo que é uma delegacia que eu tô achando muito difícil de ser uma delegacia aquilo.*



Antigo casarão da fazenda Santo Amaro. Foto: Antônio Nunes, 1997

¹²² Laudo de Vistoria e Avaliação da Fazenda Santo Amaro assinado pelo diretor técnico Paraguassú Éleres e destinado ao procurador-geral do Estado João de Miranda Leão Filho do dia 25 de agosto de 1998.



Posto Policial Comunitário inaugurado em 2007 e ocupa o lugar onde era o casarão. Foto: José Renato, 2007



Atual sede da Associação de moradores. Foto: José Renato, 2007

Fui à inauguração do posto policial no dia 27/10/2007 e presenciei a solenidade, que contou com a presença de policiais militares. Ao terminar, os policiais foram embora. Perguntei ao presidente da Associação de Moradores, o Ceará, por que os policiais não tinham ficado no posto recém-inaugurado e a justificativa foi a falta de mobília no posto. O curioso é que a inauguração do posto se deu às vésperas das eleições para o centro comunitário e, desde quando comecei efetivamente minha pesquisa no início de 2006, eu já vinha observando a construção da casa.

Em seu relato, o senhor Álvaro Serra deixa claro que, antes da derrubada do casarão, a antiga diretoria da qual fazia parte já tinha solicitado ao delegado geral (Dr. João Marcos) a adaptação do casarão para ser uma delegacia, mas o delegado pediu à Associação que reformasse o prédio. Foi uma época em que teve até a formação de outra Associação porque muitas pessoas queriam tomar a frente em muitas solicitações feitas a órgãos públicos.

Quando era nossa primeira diretoria, a gente corria atrás de uma coisa, quando a gente ia e tinha a resposta já, tinha ido

gente pra fazer também, ia fazendo totalmente diferente do que a gente ia. Aí esbarrava nisso. Chegaram a formar até uma outra associação.

Inúmeras vezes, a Associação tomava a frente na resolução de questões até de ordem conjugal para que não fosse necessário parar na delegacia, relata o senhor Álvaro. Comentei, no capítulo anterior, sobre a fundação oficial da Associação dos Moradores do Che Guevara (AMOCHE) no dia 23 de outubro de 1997, momento em que o Estatuto da entidade foi aprovado em Assembléia Geral. Outro estatuto foi estipulado em 2004, já considerando o nome de Associação dos Moradores do Residencial Almir Gabriel (AMORAG). São dois documentos que estabelecem as atribuições da Associação de Moradores e apresentam algumas expectativas gerais acerca da moradia. A proposta de Estatuto foi lançada e aprovada em Assembléia Geral; logo, pelo menos para quem estava na Assembléia, o estatuto atendia às expectativas de como a Associação deveria proceder quanto a seus objetivos.

O primeiro Estatuto trata dos seguintes assuntos: **Capítulo I:** Da Associação e seus objetivos; **Capítulo II:** Dos Direitos e Deveres dos Associados; **Capítulo III:** Dos Órgãos de Deliberação; **Capítulo IV:** Da Diretoria; **Capítulo V:** Do Conselho Fiscal; **Capítulo VI:** Das Eleições; **Capítulo VII:** Do Patrimônio e **Capítulo VIII:** Das Disposições Gerais. O segundo Estatuto se apresenta por títulos: **Título I:** Da Denominação, Sede e Objetivos; **Título II:** Da Constituição do Quadro Social e **Título III:** Dos Órgãos de Administração. O Título III está dividido nos seguintes capítulos: **Capítulo I:** Assembléia Geral; **Capítulo II:** Do Conselho Fiscal; **Capítulo III:** Da Administração; **Capítulo IV:** Do Patrimônio; **Capítulo V:** Das Eleições; **Capítulo VI:** Da Liquidação e **Capítulo VII:** Das Disposições Finais e Transitórias.

Além da posição da denominação dos capítulos, existem algumas diferenças que achei importante destacar entre os dois documentos, levando em conta que o primeiro Estatuto foi aprovado em meio a grande influência do Deputado Babá, como também de componentes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores e o segundo sob a influência do prefeito Antônio Armando (PSDB) e vereadores que defendiam o nome de Almir Gabriel como denominação do bairro.

Logo no Artigo 1º do **Título I** do primeiro Estatuto (AMORAG), há uma passagem que diz: *Fica instituída a Associação dos Moradores da Ocupação Che Guevara – denominada AMOCHE, que, a partir deste Estatuto, passa a ser Associação dos Moradores do Residencial Almir Gabriel – denominada AMORAG – fundada em 23*

de outubro de 1997. Deixe-me ver se entendi direito: A AMOCHE foi fundada no dia 23 de outubro de 1997 e não a AMORAG. Esta última foi instituída pelo Decreto Municipal do dia 14/12/2000 e confirmada pelo Estatuto assinado pelo presidente José Roberto Ferreira, no dia 06/01/2004. Sei que me arrisquei e até fui anacrônico ao longo de meu trabalho, mas considero anacronismo escancarado denominar Almir Gabriel para um lugar que, a partir do dia 23/10/1997, chamou-se Che Guevara, apesar das circunstâncias e interesses políticos em jogo, entre os anos de 2000 e 2004, e apesar de o Artigo 2º do **Título I** considerar que a Associação não tem fins lucrativos e nem vinculação política partidária.

A demolição do casarão para a construção da delegacia na gestão do presidente comunitário Ceará (2005-2007) não levou em consideração o Artigo 2º do Estatuto de 2004 sobre um dos objetivos da Associação que diz respeito a *promover a Cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.* Ceará me mostrou diversas fotos tiradas do casarão antes da demolição e me falou que o casarão estava *condenado* e sem condições de ser restaurado.

Mas o senhor Hermínio, o senhor Álvaro e o senhor Sardinha concordam que a restauração seria possível para manter o casarão como um dos patrimônios históricos do bairro, assim como dois cata-ventos e a própria sede da Associação de Moradores que possui duas piscinas pertencentes à antiga fazenda Santo Amaro. Perguntei a Sardinha por que as pessoas não se mobilizaram para que o casarão não fosse derrubado e recebi como resposta que, hoje em dias, as pessoas não se preocupam muito com essas questões, ou como diz a senhora Marly: *a união era só no início.*

No capítulo III, Artigo 7º do Estatuto de 1998, diz o seguinte: *A Associação Geral, ordinária ou extraordinária, é o órgão máximo de deliberação da Associação.* Está escrito Associação Geral, mas o artigo trata, na verdade, de Assembléia Geral que é soberana nos dois Estatutos, entretanto existem algumas condições para que ela seja o órgão máximo de deliberação. Nos dois Estatutos, além da Assembléia Geral, a Diretoria também é órgão deliberativo. No Estatuto de 2004, em seu Artigo 9º, diz: *A Assembléia Geral, com atribuições consultivas, normativas e deliberativas, é o órgão soberano da AMORAG.*

No Parágrafo Único do Artigo 12 deste estatuto, os direitos de voz e voto são exclusivos dos *sócios regulares, com as suas atribuições, tendo participado ativamente da Associação,* mesmo porque, no artigo 4º do **Título II**, diz que admissão a qualquer das categorias de sócio (fundadores, especialistas e colaboradores) da associação deve

ser firmada de próprio punho e a ficha cadastral abonada por dois membros da diretoria em exercício ou sócios fundadores.

O Estatuto de 1998, no seu primeiro artigo do capítulo I, diz o seguinte: *A Associação de Moradores da Ocupação Che Guevara (...) é constituída por moradores da ocupação Che Guevara.* No Artigo 3º do Capítulo II, está escrito: *Assiste o direito de ser admitido como associado mediante preenchimento da ficha de inscrição, todos moradores residentes na área abrangida pela Associação dos Moradores (...) maiores de 16 anos.*

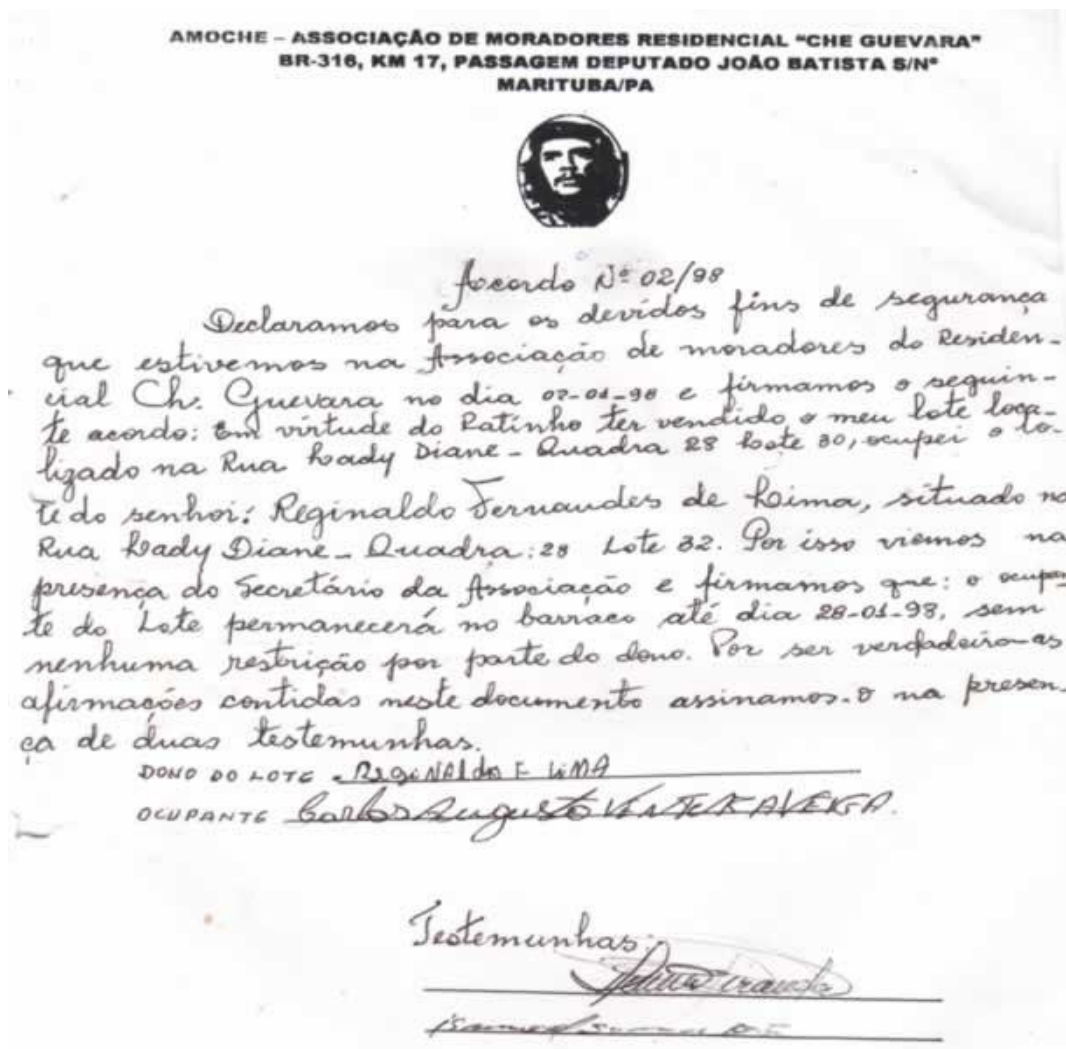
Estas são algumas das condições estabelecidas pelos dois estatutos quanto à natureza da Assembléia Geral. Não é o maior exemplo de democracia e participação popular, mas reflexo de como os moradores e coordenadores concebem diretrizes burocráticas gerais que se estabelecem por órgãos governamentais (como a Constituição brasileira de 1988), buscando ações que se pautem em aspectos legais e que sejam baseadas em decisões da maioria dos moradores.

No Estatuto de 1998, em seu Artigo 8º, está especificada a competência da Assembléia Geral Ordinária: *Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal da entidade; Definir a política de atuação da entidade; Apreciar a prestação de contas da entidade, após parecer do Conselho Fiscal.* E, cabe a Assembléia Geral Extraordinária: *Deliberar sobre o planejamento político da entidade; definir, quando necessário, sobre as comissões de trabalho; decidir sobre todas as questões que estejam inseridas nos objetivos da Associação.*

Dentre os objetivos da Associação, estão: promoção da união e organização dos moradores da área, busca de direitos mínimos de cidadania, luta junto a órgãos públicos, incentivo à cultura e busca de articulação com outras organizações populares em níveis local e nacional.

Algo relacionado à Assembléia Geral me chamou atenção no Estatuto de 2004, no Artigo 14 do capítulo 1: que uma das competências da Assembléia Geral é *autorizar alienação, venda ou permutas de bens móveis, imóveis e/ou semoventes.* A resolução de questões de venda de imóvel é uma responsabilidade que deve ser decidida em Assembléia Geral. Isso não está explícito no Estatuto de 1998, mas diversos problemas relacionados a questões de venda, disputas e até ocupações ilegais dentro da ocupação foram registrados em inúmeros pareceres e acordos emitidos pela primeira diretoria, pela comarca de justiça de Marituba e até mesmo por moradores do bairro. Ainda assim,

muitas resoluções de problemas relacionados à disputa de terrenos foram efetuadas sem que a Assembléia Geral se reunisse.



O acordo acima, além de ser exemplo de como se dava a busca de resolução de problemas relacionados a terrenos, apresenta também valores de como alguns moradores concebem a questão do morar. Em vários documentos emitidos pela Associação, entre os anos de 1998 e 2002 (até onde consegui reuni-los), o emblema do Che Guevara no cabeçalho era freqüente.

Conforme o Estatuto de 1998, qualquer morador poderia recorrer à Associação, que agia como árbitro de pequenos conflitos e acordos, como aquele que o documento apresenta. Os personagens principais do documento são o lote e o barraco. Os acordos são feitos em torno deles: vender, ocupar e desocupar. A linguagem urbana incorporada ao cotidiano dos moradores tornou-se essencial para situar o lugar de moradia: quadra 28, lote 30, rua Lady Diane e barraco.

Em 1998, o termo *barraco* foi muito utilizado para definir moradia, pois muitas casas ainda eram cobertas de lona ou eram de madeira em função de muitos moradores ainda sentirem-se ameaçados pelo despejo.

4

FICHA DE LEVANTAMENTO

LOCAL: Residencial "CHE GUEVARA" - Marituba

Nome: *Maximália*

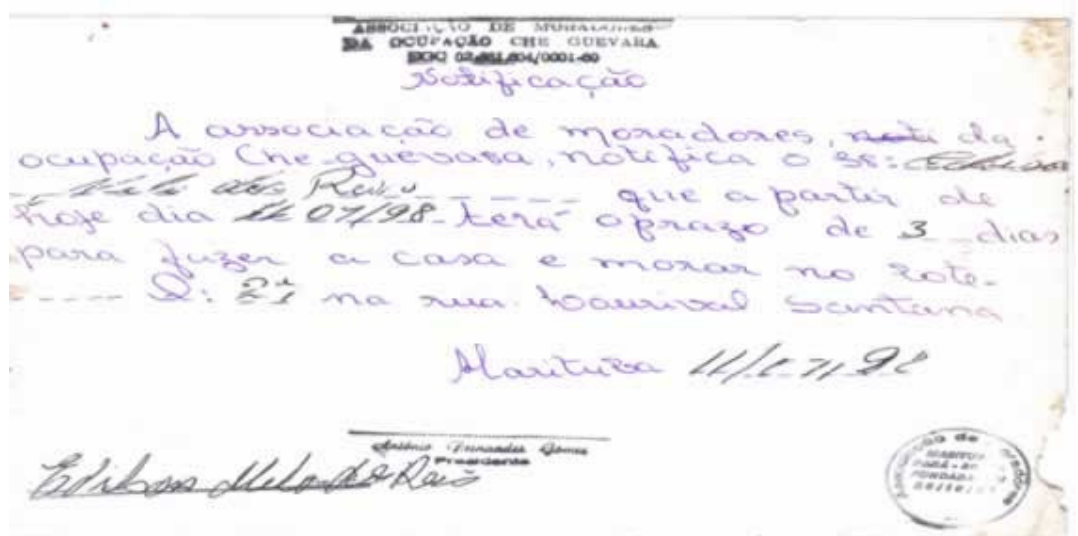
Estado Civil: RG:

Endereço do Lote: *Rua da Paz*

Quadra: *Q. 30* Casa: *17*

Informações sobre o Lote: *Sua propriedade como barraco a habitar por Maximália, a dona moradora a rua da Paz, lote (Maximália).*

Estei hoje, ^{31/01} só em contrapelo rogou o pedreiro só que ele adoeceu e não tem condições de fazer outro por isso veio pedir um prazo



Em 1998, a AMOCHE preocupou-se em realizar um levantamento para ter uma noção da quantidade de lotes que ainda estavam vazios no bairro. Muitas pessoas que vinham em busca de terrenos para morar procuravam a Associação para esse intento. O senhor Antônio Gomes me forneceu aproximadamente 808 fichas que foram preenchidas por representantes de quadra. Encontrei algumas notificações, pareceres e acordos manuscritos juntos a essas fichas.

Acima destaquei uma ficha de levantamento, informando a situação de um lote e, uma notificação da AMOCHE a um morador que não tinha ainda levantado sua casa. Os documentos não estão diretamente ligados, pois se referem a terrenos e pessoas

diferentes. No primeiro (a ficha de levantamento), o terreno foi encontrado em construção, mas a senhora Marinalda, dona do mesmo, estava morando com a irmã ao lado e justificou que o pedreiro estava adoecido, mas que iria continuar a construção da casa. O segundo documento estabelece um prazo de três dias para o senhor Edilson construir a casa e morar no lote.

A obtenção do dado *Informações sobre o lote*, contida nas fichas de inscrição, possibilita verificar as condições do uso dos lotes de terra no que se refere a justificativas de permanência ou não do morador e as notificações seguiam o modelo do segundo documento da página acima, dando uma noção acerca de qual decisão era tomada pela AMOCHE para tentar resolver a questão de abandono do lote ou atrasos na construção dos barracos. Algumas fichas do levantamento registram também a situação do lote.

SITUAÇÃO DO LOTE	INFORMAÇÕES SOBRE O LOTE
Barraco de plástico com cobertura de plástico	Dono Sr. Juarez não mora e o mesmo tem mais dois terrenos na área
Início de construção de madeira. O dono só aparece, às vezes, para visitar	
Casa toda de plástico e terreno limpo	
Casa de madeira coberta de telhas Brasilite	Plantação mandioca, só vem final de semana
Barraco de barro, cercado de arame, terreno todo limpo	Dono não mora
Armação coberta de plástico	Terreno limpo
Barraco de tábuas coberto de plástico, terreno limpo	Só vem olhar
Barraco cercado de vara e coberto de plástico	Dono vai se mudar domingo
Barraco quase construído e coberto com plástico	Às vezes vem e logo vai embora
Barraco vazio feito de madeira bruta coberto com plástico	O vizinho afirma que eles só vêm visitar e ainda querem vender
A vizinha afirma que faz mais de dois meses que ele não aparece só tem um barracinho de plástico	
Estão levantando uma imensa casa de alvenaria	O vizinho afirma que nunca mais veio

Barraco construído com madeira bruta e tábuas coberto com plástico	O vizinho falou que ele passava de mês em mês sem aparecer e, quando vem, só olha e vai embora
--	--

Pessoas que moravam, as que vinham apenas aos finais de semana, as que levantavam o barraco ou simplesmente desapareciam, as que vinham de mês em mês, entre outras circunstâncias, constituem diversas justificativas de moradores junto a Associação, que, quando percebia a ausência total do morador, tomava a decisão de redistribuir o lote desocupado.

02
15

ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
JUIZADO ESPECIAL DE MARITUBA

José Maria Souza Pereira, brasileiro, solteiro, portador(a) da Carteira de Identidade nº 3346533 2ª via, residente e domiciliado à Rua 09 Quadra 03 nº 35, Che-guevara neste Município vem, respeitosamente, perante este Juizado, propor a presente **RECLAMAÇÃO** em face de(a) Antônio Gomes Alves.

domiciliada Rua 10, nº 150, bairro Novo, neste Município pela matéria de fato e de direito abaixo exposta: O reclamante mora há 02 anos em um terreno na invasão Che-guevara e agora o reclamado apareceu se dizendo dono do terreno

Em face do exposto, requer a V. Exa. Seja determinada citação do(s) Reclamado(s) para comparecer à Audiência Conciliatória e, querendo, oferecer sua contestação, sob pena de revelia e consequente confissão ficta da matéria de fato e julgamento antecipado da lide, esperando, ao final, seja julgado o procedente o pedido inicial.

Protesta desde já por todos os meios de provas admissíveis em direito. Dá-se a presente causa o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil setecentos reais)

Nestes Termos.
Pede e Espera Deferimento.
Marituba, 15 de Fevereiro de 2000.

José Maria Souza Pereira Reclamante Ufradique

Esta Secretária designa o dia: 25/02/2000 às 15 horas, para audiência de conciliação, e que desde já o(s) Reclamante(s) fica intimado(s) da audiência bem como recebe cópia da Reclamação com a data designada.
Marituba, 15/02/2000.

Elizabeth
Secretária do Juizado Especial de Marituba

O Reclamante está ciente.....

O documento acima, de fevereiro de 2000, retrata um caso em que um morador recorreu ao Juizado especial de Marituba para reaver o terreno invadido no Che Guevara: José Maria de Souza, que morava há dois anos no local, quando Antônio Gomes Alves apareceu se declarando dono do terreno. O ex-presidente da AMOCHE,

Antônio Gomes Fernandes, relatou-me que muita gente iniciava a construção do barraco, mas não ia morar. Alguns apareciam raramente e outros sumiam, o que levava os membros da Associação a tomarem atitude de redistribuição dos lotes.

Existe um conjunto de acordos manuscritos entre vizinhos em torno da negociação de lotes de terras. Estes acordos são seguidos pelo parecer da Associação de Moradores na tentativa de resolver as negociações. Num acordo de 10/03/1998, uma senhora por nome Zelma Gomes morava num lote, desde o início da ocupação, e vivia com um rapaz, mas se separaram. O rapaz foi embora e ela permaneceu no lote. O tio do rapaz apareceu requerendo o lote, mesmo tendo perdido documentos que estavam com o sobrinho. Neste caso, a Associação estabelece que dona Zelma Gomes é legítima dona do lote.

Outro acordo de 06/03/1998, relata que Lauricélia Silva morava no município de Curuçá e que somente o filho de 14 anos, Raimundo dos Santos, havia comparecido na sede da Associação para fazer obrigações da mãe. O parecer da Associação afirma que a história é contraditória, que há indícios de ilegalidade nos fatos e, neste sentido, ficou o prazo de dez dias para que a dona se manifestasse junto a Associação, caso contrário iria perder o direito de morar.

O morador Manoel Nazareno esclareceu não morar num lote porque o barraco estava coberto de plástico e não dava para morar. No parecer de 17/02/1998, a Associação não concorda com a explicação do senhor Manoel, porque muitas pessoas moram de forma menos segura. Assim, foi dado a ele um prazo de dez dias para morar no lote ou então perderia o direito para outra pessoa.

Marco Antônio esclareceu à Associação que não havia construído seu barraco por motivo de saúde. Tinha sido agredido com facadas e esteve hospitalizado sem poder se locomover. Neste acordo de 12/02/1998, a Associação concorda com o esclarecimento feito pela irmã de Marco Antônio; entretanto, este teria um prazo de 20 dias para morar no barraco definitivamente e não poderia vender o lote sob pena de perder o direito de morar.

Mártires da Silva Cardoso justificou que não morava em seu lote, porque tinha três filhos sem ninguém para tomar conta deles e precisava de um local que oferecesse o mínimo de condições. A Associação compreendeu as colocações do morador, mas deu um prazo de 10 dias, a partir do dia 10/02/1998, para que ele fosse morar definitivamente no lote.

A dona de um lote, na quadra 13, a senhora Márcia do Socorro, esclareceu que tinha quatro filhos e o marido se encontrava com a perna quebrada. Ela estava morando na casa do cunhado. A Associação compreendeu as colocações da dona do lote, mas não pôde fazer nada, porque o lote foi invadido no dia 23/03/1998 por uma pessoa que não quis nem sair tampouco quis acordo com a Associação, até que fosse arranjado um outro lote.

Houve outro caso de uma senhora que só aparecia no lote para tentar negociá-lo. Os moradores da rua Madre Tereza, onde ficava o lote, não concordavam com tal atitude e resolveram alocar uma pessoa para morar no lote. A associação acatou a decisão dos moradores.

Enfim, foram dezenas de esclarecimentos e tomadas de decisões que emergiram desses documentos. Diversos motivos impediam muitos moradores de efetivar sua moradia: falta de tábuas para terminar o barraco, doença dos filhos de moradores, término da construção do barraco só em período de férias, o fato de ser caseiro em outro local impossibilitando a moradia na ocupação, problemas financeiros para construção do barraco, roubo de material de construção do lote em que iria ser construída a casa, etc.

ESTADO DO PARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
JUIZADO ESPECIAL DE MARITUBA
TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

PROCESSO Nº/1998.

PARTES: MARIA IVANDI CARNEIRO
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA INVASÃO
CHE GUEVARA - ANTONIO FERNANDES GOMES

DATA DA AUDIÊNCIA: 20/05/1998.

PRESENTE(S):

RECLAMANTE(S): MARIA IVANDI CARNEIRO

RECLAMADO: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA INVASÃO
CHE GUEVARA - ANTONIO FERNANDES GOMES

CONCILIADOR: Dra. JOSEANE SOUSA

AS PARTES AQUI PRESENTES RESOLVERAM FIRMAR O
PRESENTE ACORDO:

Que a reclamante propõe ao recla-
mado que este providencie um lote na
invasão Che Guevara para renda uma
vez que não tem onde morar e nem
condições financeiras para alugar uma
casa. O reclamado aceita a proposta
conveniente em 20/05/98.

a conseguir um lote para a recla-
mante. Nada mais havendo, foi encerrado
o presente Cu , Secretário
O datilografista e rubricado.

CONCILIADOR: *Joseane Sousa*

RECLAMANTE: *Maria Ivandi Carneiro de Silva*

RECLAMADO: *Antonio Fernandes Gomes*
ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CHE GUEVARA

Acima há um documento de solicitação de um lote feito por Maria Ivandi Carneiro a AMOCHE por intermédio da Dra. Joseane Sousa. Fica claro, por parte da reclamante (a senhora Maria), que a entidade AMOCHE é a solução para conseguir ter acesso à moradia, mas recorrer ao Juizado de Marituba parece reforçar ainda mais a solicitação. Havia muitos lotes desocupados no Che Guevara em 1998, entretanto, a necessidade de moradia também era expressiva, segundo o ex-presidente da Associação Antônio Gomes. De acordo com o levantamento do ITERPA de agosto de 1998, eram cerca de 4.800 famílias que ocupavam a área. O interesse em obter um lote na área se justificava, principalmente, pela falta de condições financeiras para pagar aluguel e, geralmente, depois de passada a fase da conquista do lote, a relação do morador com a Associação enfraquecia. Enquanto pairavam as dúvidas acerca da desapropriação da fazenda em favor dos ocupantes, as Assembléias Gerais contavam com uma boa quantidade de participantes.

Atas de reuniões da diretoria e das Assembléias gerais apresentam um conteúdo de falas ligadas à busca de melhorias e à resolução de problemas de caráter coletivo, buscando articulações com políticos, advogados e entidades governamentais municipal

ou estadual. Numa Assembléia Geral do dia 18 de maio de 1998, por exemplo, o presidente da Associação, Antônio Gomes, abre a Assembléia falando da aprovação da Câmara Municipal de Marituba sobre o convênio da prefeitura para a manutenção de uma escola no bairro e que o prefeito estava se negando a assinar o dito convênio.

Antônio Gomes aproveitou o momento para falar da falta de vontade da prefeitura também com relação à construção do posto de saúde bem como ao saneamento básico. Na fala de Antônio Gomes, registrada em ata, também há uma apelação para que o povo do bairro se mobilize para exigir os seus direitos, uma vez que existiam obras da prefeitura em outras áreas de invasão, como no bairro Novo Horizonte. Estavam presentes nesta Assembléia o advogado e vereador Arnaldo Jordy, a vice-prefeita Ana Júlia Carepa e engenheiros da Celpa Carlos Quadros e Sinval.

Na reunião, Jordy elogiou o trabalho da diretoria, afirmando que a ocupação Che Guevara era conhecida em todo o Brasil. Em seguida, o engenheiro da Celpa Sinval aproveitou a presença da professora Vanda, da SEDUC, e comentou sobre as precárias condições em que quase 600 crianças estavam estudando na escola do bairro. Ana Júlia reforçou a luta dos moradores por educação e transporte. Falou também de políticos oportunistas que iam aparecer fazendo promessas para conseguirem votos e que *ninguém se deixasse enganar*.

Em reunião da Associação do dia 26 de maio de 1998, fez-se presente a Juíza da Comarca de Marituba, que falou sobre o problema de venda de lotes a terceiros, pois a mesma tinha que usar de suas atribuições legais para solucioná-lo. Daí nasceu a idéia de levantamento dos lotes para que a Associação *desse um prazo para a construção das casas e, posteriormente, a ocupação das casas pelos devidos proprietários*. Uma senhora registrada pelo nome Val falou na reunião que estava muito triste por ter visto uma casa com placa de venda e caracterizou a atitude como especulação. Val lembrou também das áreas desocupadas destinadas à construção da escola, das praças e do posto de saúde.

Em reunião do dia 11/04/1998, o senhor Álvaro lembrou que, no 1º domingo de maio, haveria um pic-nic para a praia do Crispim e que a prioridade de participação do evento era dos membros da diretoria. Quem não quisesse, o lugar seria passado para outras pessoas. A notícia do senhor Álvaro foi dada em meio a uma série de comentários sobre disputas políticas que envolviam a AMOCHE: reuniões sigilosas na casa de Dona Maria e Dona Fátima sobre um senhor chamado Ribamar, que fazia

oposição e estava influenciando alguns membros da diretoria como também a viagem do presidente Antônio Gomes a Brasília.

Tive acesso a um relatório da Associação de moradores registrando episódios relacionados a conflitos entre os próprios moradores em torno de problemas de energia elétrica. O relatório é de 13/03/1998. Retrata uma invasão na residência da senhora Maria de Fátima, onde estava guardado um transformador comprado com a arrecadação de um bingo realizado entre os comunitários. O transformador não estava sendo utilizado, porque faltavam duas prestações a serem pagas e depois teriam que comprar os fios para agilizar a instalação da rede elétrica no bairro. Entretanto, havia uma rede elétrica clandestina colocada por um cidadão de nome José Wilson, que teria cobrado a quantia de 50 reais por casa para realizar a instalação. Muitas pessoas pagaram sem consultar a Associação.

A rede elétrica clandestina foi vendida para um senhor conhecido como Manoel da Toyota e os problemas foram constantes, pois um transformador grande havia estourado e reuniões clandestinas foram feitas para *planejarem, de forma arbitrária*, a retirada do transformador da residência de dona Maria de Fátima, *inclusive com promessas de quebra-quebra da residência*. Segundo o relatório, o tempo passou e o comprador da rede elétrica antiga planejou um novo golpe: a cobrança de 50 reais de cada comerciante e 15 reais por residência que desejasse energia elétrica. O *monopólio* fracassou e o dito *dono* retirou o fio de alta tensão na calada da noite, quando ninguém podia imaginar que a trama fosse realizada. No dia seguinte a este fato, estavam apenas os postes.

A partir daí, um “grupinho formado por pessoas sem nenhum caráter de dignidade” amarraram o implicado, tomaram parte dos fios e isoladores retirados dos postes que pertenciam a comunidade. Após a atitude praticada anteriormente, o grupo armado de facas, terçados, pedaços de ferro, pedaços de madeira e arma de fogo foram até a sede da Associação de moradores onde estava sendo realizada uma reunião de pais e mestres. Ao chegarem no local citado, não houve clima para a continuação da reunião em decorrência de senhoras gestantes terem passado mal e crianças até desmaiarem de tamanha agressão presenciada.

Na ocasião, a área da escola foi tomada e foi formada uma comissão de quatro pessoas do movimento para falar com o secretário da Associação Antônio Miranda, para quem fizeram a seguinte colocação: *estamos aqui para levarmos na marra o transformador da comunidade, porque ninguém da diretoria resolveu o nosso problema*

e nós não vamos mais esperar por ninguém. O secretário respondeu que a Associação estava buscando uma solução para o problema, mas, dentro da legalidade, acionando os órgãos competentes para que o transformador saísse da casa de dona Fátima, teria que ter autorização da Associação e da Assembléia geral. Miranda disse ainda que ninguém tinha o direito de invadir a residência de qualquer cidadão, pois tal atitude poderia dar em cadeia. Mesmo com toda advertência do secretário da Associação, o grupo saiu em direção à casa de dona Fátima e, arbitrariamente, retirou o transformador. Depois voltaram à Associação para assinarem um termo de compromisso.

A busca de meios legais para a resolução de problemas na área urbana não foi opinião unânime entre os sujeitos que se envolveram neste caso. A força de formar um grupo para a retirada do transformador foi gerada pela indiscutível necessidade de possuir energia elétrica a qualquer custo, como havia sido feito pelo electricista que tinha realizado ligações clandestinas.

Em documentos a que consegui ter acesso sobre o processo de desapropriação movida pelo governo do Estado contra o Espólio de Manuel Pinto da Silva, existem vários discursos por parte do governo do estado, da família Pinto da Silva, de advogados e autoridades judiciárias acerca do valor do imóvel. Daí consegui extrair algumas considerações a respeito de como a moradia aparece nesses discursos.

O Governo do Estado acionou o ITERPA com a finalidade de realizar a avaliação do imóvel para efeito de indenização do mesmo junto aos herdeiros da família Pinto da Silva. Consta no laudo do ITERPA a finalidade do governo estadual: *terreno rural cujo objetivo do Governo do Estado é o parcelamento em lotes urbanos, conforme a situação jurídica de fato, decorrente da invasão coletiva.* Bem, quando este laudo foi datado (21/08/1998), os lotes urbanos já estavam distribuídos entre muitos moradores e o interesse do governo estadual era o de estabelecer um valor, por meio deste laudo, para efeito de desapropriação da área em benefício dos moradores. O terreno foi avaliado pelo ITERPA pelo valor de R\$ 119.738,91 (Cento e dezenove mil, setecentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos), considerando terra nua e benfeitorias.

Em documento do escritório de advocacia Scaff, Brandão e Associados, datado do dia 25/03/1999 e direcionado à Comarca Cível de Marituba, há uma contestação feita pelos advogados da família Pinto da Silva quanto ao preço proposto pelo governo do Estado ao Espólio em questão. Na parte do documento que trata da impugnação ao preço oferecido, há a seguinte justificativa:

O Estado não pode expropriar o patrimônio do contribuinte sem pagar preço justo pelo bem subtraído de seu legítimo proprietário.

O laudo de avaliação juntado aos autos, no qual se baseou o Expropriante para ofertar o depósito prévio, não levou em consideração o valor comercial do imóvel desapropriado, localizado em excelente perímetro, extremamente valorizado.(...)

É em verdade que as benfeitorias também estão sendo indenizadas, porém em preço visivelmente vil. Existe uma piscina avaliada em pouco mais de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), valor com o qual hoje não se constrói nem um tanque (...)

Uma fazenda, às proximidades de Belém, por menor que seja, não pode custar pouco mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como oferecido pelo Estado na inicial.

O processo de desapropriação da fazenda Santo Amaro ainda tramita pelo tribunal de justiça do Estado do Pará. Por questões de ética e segredo de justiça, não tenho permissão para aprofundar essa discussão quanto à resolução dos valores por parte do Governo Estadual e do Espólio de Manoel Pinto da Silva, mas o certo é que os moradores do Che Guevara não saíram mais do lugar. É fato que a localização às margens da BR-316 e a proximidade de Belém são argumentos que reforçam a tese de que o preço do Espólio deveria ser bem maior.

Tratando sobre o tema da valorização da BR-316, o geógrafo Lenildo dos Santos associa os aspectos histórico e econômico para explicar o fenômeno da valorização das terras em torno da rodovia. Crescimento urbano entendido numa perspectiva histórica leva em conta o dinamismo econômico que a rodovia desenvolveu há décadas: instalação de empresas, melhoramentos efetuados pelo poder público e intenso tráfego de veículos.

Diante do quadro apresentado, Belém e Ananindeua tiveram, através da rodovia, um crescimento urbano e econômico, não só por ser a única via de acesso, mas por ter absorvido, de forma histórica e estratégica, sua condição de região de grande dinamismo econômico, pois estas cidades horizontalmente cresceram em direção à rodovia, o que poderia criar, em um futuro próximo, uma espécie de conturbação (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel, Castanhal e demais cidades influenciadas pela rodovia).¹²³

¹²³ MACEDO, Lenildo dos Santos. *Produção e Valorização espacial da Rodovia BR 316*. Monografia de Graduação em Geografia. UFPA: Departamento de Geografia, 1998, p. 35.

É latente, na voz de Maria Lúcia Pinto da Silva, a opinião de que a granja Santo Amaro foi pilhada das mãos da Família Pinto da Silva sem que ninguém pagasse um tostão por ela. *O terreno é enorme, e só uma pessoa muitíssimo rica teria dinheiro suficiente para comprá-lo.* O preço oferecido pelo Governo do Estado para desapropriação foi irrisório. A família Pinto da Silva continua lutando e usando os meios legais para obter uma indenização mais justa, considerando as dimensões do terreno. Os moradores do bairro, nem em sonho, pensam em sair do terreno restando à família buscar um valor mais justo. Ao desapropriar o terreno, o Governo do Estado, representado por Almir Gabriel, também pode ser visto como o responsável pela ilegalidade da situação do terreno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fui à ocupação Che Guevara com a intenção de fazer fluir uma memória coletiva das pessoas que entrevistei para compor, com mais firmeza, uma pesquisa sobre o evento da construção da ocupação. No decorrer da pesquisa, passei a coletar informações sobre experiências pessoais de alguns moradores sem focalizar apenas os eventos que marcaram a memória coletiva de quem mora na área desde 1997.

Mesmo assim, os eventos dessa memória se fizeram presentes nos depoimentos porque são os pilares simbólicos da história de luta e conquista da comunidade. Um conjunto de narrativas que estão na memória dos sujeitos como sinônimo de orgulho e exaltação do tempo em que se deu a construção de seu lugar de moradias. O coletivo deu força à conquista do lugar de moradias. Tendo como base o pensamento de Nobert Elias, o coletivo é o social entrelaçado por diversos interesses individuais.

Em várias ocasiões, perguntaram-me se esse meu trabalho ia servir de alguma coisa para solucionar problemas e dificuldades pelos quais os moradores do bairro vêm passando atualmente. Chegaram até a me perguntar se eu ia ganhar dinheiro fazendo esse trabalho. Não posso citar o nome das pessoas que me fizeram essas perguntas, mas posso dizer que a primeira foi feita por um colega geógrafo e a segunda foi feita por um artista plástico que possui uma casa em Marituba, na qual eu morei de aluguel por um tempo. São perguntas que não me encorajaram a seguir em frente na pesquisa e, por isso, tive que buscar coragem em outras coisas, como a minha preocupação em tentar entender por que mudar de moradia está ligado à necessidade de busca do lugar ideal para morar, conforme as várias condições das pessoas, sem falar na minha intenção em

desenvolver um trabalho em que pessoas comuns pudessem registrar suas vozes num texto acadêmico.

Talvez se eu fizesse um trabalho como o de Carlos Roque, que levantou documentos escritos sobre a vida do interventor Magalhães Barata, fazendo uma pesquisa sobre a vida de Almir Gabriel até o momento em que ele assinou o Decreto de Desapropriação da Fazenda Santo Amaro, eu poderia conseguir algum trocado. Mas, nem pra isso fui incentivado pela Secretaria de Educação, sob a regência de Rosa Cunha, a conseguir licença do meu trabalho de professor no município de Benevides. A mim, tal licença foi negada. Tive que continuar trabalhando e realizando a pesquisa com muita determinação e força de vontade própria, contando apenas com o apoio intelectual dos professores do mestrado, em especial do professor Petit, e dos colegas da escola onde eu trabalho, que, muitas vezes, compreenderam e me ajudaram em algumas tarefas com os meus alunos.

Minhas leituras e debates realizados no curso de Mestrado em História apontaram-me um caminho de pesquisa e escrita que, concretamente, serviram aos meus propósitos de um estudo sobre História Cultural que fez uso de conceitos de memória, moradia, representação e valores ligados à constituição de uma área urbana. A diversidade de temas e abordagens que caracterizam hoje os estudos históricos me permitiu um diálogo metodológico entre autores que trabalham tempos mais remotos e autores de outras disciplinas como antropologia e sociologia. Meu trabalho mostrou que é possível fazer esses diálogos sem pretensões de sufocar o resultado de exaustiva pesquisa documental (documentos escritos e orais) realizada e utilizada por mim neste trabalho. Acredito que as evidências de uma História, que se pretende cultural, não podem afastar a diversidade de versões e ângulos possíveis de observar.

Não me acomodei em buscar o maior número de contatos que eu podia ter para a continuidade da pesquisa. Duas vozes, talvez importantes, poderiam ser ouvidas em entrevista: a do deputado Babá e a do senhor Santos. Tentei fazer contato com eles, mas não consegui. Tive que ouvi-los por meio de outros documentos e outras vozes. Olhar de perto e de dentro, como propõe o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, fez-me neutralizar juízos de valor no sentido de sair em defesa de um ou outro sujeito (ou grupo), pois cada qual possui justificativas e explicações lógicas de suas necessidades em torno de todo o processo. Não quis ausentar os atores sociais em detrimento de entidades, grupos maiores ou aspectos políticos e econômicos. O que dá vida à cidade são as diferentes formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos e conflitos.

Na introdução da segunda edição de seu livro sobre o bairro de Copacabana, Gilberto Velho sintetiza o que pode também servir de lição aos historiadores que lidam com as problemáticas das cidades brasileiras:

A lição da Antropologia é que o primeiro passo (...) é procurar ouvir e entender a visão de mundo dos grupos que vivem diretamente essas situações e procurar perceber seus pontos de vista, com o mínimo de preconceitos e sem paternalismos¹²⁴

O conceito de moradia que utilizo possui a marca de trajetórias dos sujeitos envolvidos na trama da constituição do bairro Che Guevara. Assim também ocorre com o conceito de espaço urbano ou de movimento popular. O percurso temporal de diversos indivíduos até o bairro Che Guevara não foi premeditado, mas feito de improvisos e escolhas ligadas ao que eles entendiam do que era viver na cidade, um espaço coletivo e reconhecido historicamente por todos que circulam, moram ou visitam.

Pelo que percebi em pesquisa de campo no Che Guevara, as pessoas desejam morar dignamente, sem problemas com as autoridades, possuir uma linha de ônibus eficiente, energia elétrica para usufruto dos eletrodomésticos, água potável, privacidade, etc. São vontades gerais que se apresentaram ao longo de suas vidas e trajetórias e lhes garantiram diferentes interpretações e ações acerca do que seja viver no espaço urbano da sociedade capitalista atual.

Também são pessoas que bebem no bar, incomodam os vizinhos com gritos ou ruídos altos, não participam de reuniões de igreja, centro comunitário ou partido político, assistem e conversam sobre a novela das seis ou das oito na TV, etc. Então, existem elementos que são exteriores aos sujeitos e são os propulsores de suas vidas, como propõe Durkheim, mas também são elementos por onde os sujeitos circulam e fazem suas escolhas individuais. Portanto, desenvolvo um estudo da composição do bairro Che Guevara numa perspectiva de relação entre elementos coletivos e individuais. Diversos aspectos da vida de um indivíduo estão em jogo no contexto de suas relações sociais¹²⁵.

Fui, muitas vezes, advertido pelos meus entrevistados acerca do cuidado que eu deveria ter ao fazer a pesquisa no bairro, porque houve até morte na época em que o bairro estava em formação. Este é um dos aspectos problemáticos enfrentados por

¹²⁴ VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: Um Estudo de Antropologia Social*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p.10.

¹²⁵ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 19.

historiadores que trabalham com o tempo presente. O risco da interpretação de uma fala ou um documento escrito pode não agradar determinados grupos ou pessoas que não conseguiram entender minha análise. Certa vez, uma pessoa do bairro me falou que Babá não tinha feito nada pelo Che Guevara. Mas, pelo menos na memória dos meus entrevistados, mesmo com posteriores decepções, o Babá foi peça fundamental na conquista do terreno. Eu não posso apagar da memória das pessoas a importância desta pessoa, ainda que os jornais da época o tenham destacado também como um dos principais articuladores do movimento de ocupação da fazenda.

Acredito que a grande contribuição deste trabalho para a comunidade do Che Guevara tenha sido a de registrar as outras vozes que não foram ouvidas pelos jornalistas e perceber que a formação de um espaço urbano não pode ser entendida sem a percepção histórica de diferentes sujeitos de diferentes lugares e com diferentes interesses em torno do morar. O que mais se destaca nesta percepção é a preocupação de que o lugar de morar não é simplesmente a estrutura urbana da área e dos equipamentos necessários ao uso doméstico, mas a historicidade do morar com uma releitura das lembranças de trajetórias que marcaram os lugares anteriores de moradia bem como o Che Guevara.

Dessa forma, as lembranças formam a matéria-prima principal para eu entender de que maneira o indivíduo usufrui do coletivo para se deslocar, para morar, para construir, para trabalhar, para casar, para compartilhar momentos de identidade com os outros moradores. Verificar esses trajetos diz respeito a considerar os tempos das lembranças que são tempos não contados linearmente. Daí minha inspiração para não fechar uma narrativa que fosse, por exemplo, de 1997 a 2004. Mais que cronológico, o tempo social é o tempo das escolhas, iniciativas e necessidades que os sujeitos fizeram, à luz do momento, para conquistar sua moradia.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. BIBLIOGRAFIA

ÁLVARES, Carlos Forcadell. “*La Historia Social, de la ‘classe’ a la ‘identidad’*”. In: SANDOICA, Helena Hernández & LANGA, Alicia (Edit.). *Sobre la Historia Actual*. Madrid: Abada Editores, 2005.

- AZEVEDO, Washington Luiz de. *Uma breve história, uma grande resistência: MST no Pará e em Belém*. Monografia de Graduação em História. UFPA: Laboratório de História, 2001.
- BARROS, Márcio Júnior Benassuly (org.). *Resgate da memória sócio-geográfico do bairro do Che Guevara em Marituba-PA*. Projeto Escolar desenvolvido por alunos do 3º ano do ensino médio. Marituba: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Nilson Pinto, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOSI, Ecléa. *Bérgson, ou a Conservação do Passado*. In: *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BORGES, Maria Vitória Paracampo. *Cidadania e Direito de Morar: a política de ocupações coletivas e o movimento de posseiros de Jaderlândia – Ananindeua-PA*. UFPA/ NAEA: Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 1992.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. (org.). *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CERUTTI, Simona. *Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim do século XVII*. REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CHAVEAU, A. (org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Solange Maria Gayisi. *Razões ou Ilusões de Estabilidade: representações e referências imaginárias sobre a habitação na ocupação espontânea Riacho Doce – Belém-PA*. Mestrado em Sociologia. Belém: UFPA.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- ELIAS, Nobert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- GLEZER, Raquel. *História da Historiografia Brasileira: Construção e Permanências*. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia Brasileira em Debate: “olhares, recortes e tendências”*. São Paulo: Humanitas, 2002.

- GEERTZ, Clifford. *Nova Luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A Era do Capital (1848-1875)*. 11ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. 4ª edição. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Moraes, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- _____. *História e Memória*. 2ª Edição. Campinas: Editora Unicamp, 1992.
- MALUF, Marina. *Ruídos da Memória*. São Paulo: Sicilianos, 1995, p. 41.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n° 49.
- MAGNO, Miguel da Conceição. *De povoado a município. O processo de emancipação política do povoado de Marituba-PA (1983/1994)*. Belém: Monografia de graduação do Departamento de História, 2000.
- MOURÃO, Leila. *O Conflito Fundiário Urbano em Belém (1960-1980). A luta pela terra de morar ou de especular*. Belém: UFPA, Curso Internacional de Mestrado e de Planejamento do Desenvolvimento, 1987.
- PESAVENTO, Jatahy Sandra. *História e História Cultural*. 2ª edição. São Paulo: Autêntica, 2005.
- PINTO, Júlio Pimentel. *Os Muitos Tempos da Memória*. In: Projeto História, n° 17 – Trabalho da Memória – PUC/São Paulo: EDUC, 1997.
- PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: Revista Projeto História n.º 15: *Ética e História Oral*. São Paulo: Educ, 1997.
- _____. *História oral como gênero*. Revista Projeto História n.º 22: História e oralidade. São Paulo: Educ, 2001.

- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ROCHA, Ana Luíza Carvalho da & ECKERT, Cornélia. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: UFRS, 2005.
- ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *América Latina: história e presente*. São Paulo: Papirus, 2004.
- ROWLAND, Robert. *Antropologia, História e Diferença*. 3ª edição. Porto, 1987.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena. Experiências e luta dos trabalhadores na grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTIAGO, Carla Ferretti. *O lugar de morar: estado, igreja e moradores na produção da habitação popular em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SHARP, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.
- SILVA, Cirlan Santos. *Expansão da Região Metropolitana de Belém e Ocupações Espontâneas no Conjunto Cidade Nova: um estudo da ocupação da feirinha, no conjunto Cidade Nova V, Ananindeua-PA*. Monografia de Graduação em Geografia, UFPA, Departamento de Geografia, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SOUZA, João Carlos de. *Ocupações de áreas urbanas em São Paulo: trajetórias de vida, linguagens e representações*. Revista Brasileira de História, v. 18, nº 35, 1998.
- STONE, Lawrence. *O Ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma nova velha História*. Revista de História. Campinas: UNICAMP, volume 2, número 3, setembro, 1991.
- TRINDADE, Saint-Clair Cordeiro da. *A Cidade Dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana*. USP, Tese de Doutorado, 1998.
- THOMPSON, Edward P. *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1998.

THOMSON, Alistair. *Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História oral e as Memórias*. Revista Projeto História nº 15 (Ética e História Oral). São Paulo: EDUC, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Os Protagonistas Anônimos da História: Micro-história*. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: Um Estudo de Antropologia Social*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

VIEGAS, Jorge Mário Lopes. *Posseiros Urbanos: A luta pela moradia no bairro do Jurunas- belém-PA (1975-1985)*. UFPA: Monografia de Graduação em História, 2005.

WHITE, Hayden. *A questão da narrativa na teoria contemporânea da História*. Revista de História. Campinas: UNICAMP, volume 2, número 3, setembro, 1991.

2. FONTES ORAIS E DOCUMENTAIS

1.1. ORAIS

Manoel Salim, Vereador de Marituba, 13/12/2007.

Fernando Corrêa, ex-prefeito de Marituba, 07/03/2007.

Luís Bernardino dos Santos, comerciante e acadêmico do curso de história, 14/09/2007.

Carlos de Oliveira, pedreiro, 21/07/2006.

Marly do Socorro Ferreira Furtado, funcionária pública, 09/04/2007.

Ernandes da Costa Pereira, segurança, 13/02/2007.

Ocimar Hermínio Ribeiro, artesão e psicultor, 07/02/2007.

Antônio Gomes, agente do conselho tutelar, 24/07/2006.

Felipa de Lima Souza, aposentada, 12/10/2006.

Álvaro Serra, motorista, 05/11/2006.

Newton Alves Melo, pedreiro, 25/02/2007.

Manoel Sardinha, funcionário público, 03/03/2007.

Paulo Preto, aposentado, 08/04/2006.

Maria Cristina, aposentada, 05/08/2005.

Maria Lucia Pinto da Silva Driscoll, 29/01/2008

1.2. DOCUMENTOS E FONTES HEMEROGRÁFICAS

Ata de reunião da AMOCHE do dia 14/02/2007.

Ata de Reunião da AMOCHE de 08/04/1998

Ata de fundação da AMOCHE de 23/10/1997

Ata de assembléia geral 08/05/1998

Ata de Reunião da AMOCHE de 14/02/1998

Ata de Reunião da AMOCHE de 31/01/1998

Acordos e pareceres manuscritos da AMOCHE de 1998

Carta da AMOCHE à CTBEL de 17/08/1998

Carta da AMOCHE a CELPA de 09/02/1998

Decreto de desapropriação da Fazenda Santo Amaro nº 3.039 do dia 27 de agosto de 1998.

Diário Oficial do Estado do Pará do dia

Diário Oficial do Estado de 28/08/1998

Decreto Legislativo de 14/12/2000 alterando o nome do bairro para Almir Gabriel

Egrégio Tribunal de 08 de setembro de 1997 assinado pela advogada Elze Cordeiro Carvalho.

Estatuto da Cidade de 2001

Estatuto da AMOCHE de 03/04/1998

Estatuto da AMORAG de 06/01/2004

Fichas de levantamento de lotes preenchidas por membros da AMOCHE em 1998.

Folder do Círio de Nossa Senhora das Vitóriaas que ocorreu no dia 09/09/2007.

Jornal Diário do Pará de 20/08/1997

Jornal Diário do Pará de 30/07/1997

Jornal Diário do Pará de 31/07/1997

Jornal O Liberal de 26/07/1997

Jornal O Liberal de 07/08/1997

Jornal O Liberal de 13/01/2000

Laudo do ITERPA de Vistoria e Avaliação da Fazenda Santo Amaro assinado pelo diretor técnico Paraguassú Éleres e destinado ao procurador-geral do Estado João de Miranda Leão Filho do dia 25 de agosto de 1998.

Ocorrência policial do dia 11/09/2002

Ofício da AMOCHE de 12/01/1998

Ofício da AMOCHE ao Comando Geral de Policiamento Metropolitano de 09/02/1998

Ofício da AMOCHE a CTBEL de 22/06/1998

Panfleto da chapa dois para as eleições da AMOCHE em dezembro de 1997

Portaria da AMOCHE de 11/03/1998

Processo de contestação de preço do Espólio de Manuel Pinto da Silva de 25/03/1999.

Quadro demonstrativo do IBGE sobre crescimento populacional das principais cidades brasileiras entre 1991 e 2003

Relatório da AMOCHE de 13/03/1998

Recibo de 22/01/1998 da Empresa Transformadores Tupã Ltda.

Texto emitido pelo escritório de advocacia Jader Dias do dia 15/09/1997.

Termo de audiência de conciliação do Tribunal de Justiça do Estado – Comarca de Marituba,

Termo de Audiência de Conciliação, Tribunal de Justiça do Estado, Comarca de Marituba,

Termo de Audiência da Comarca de Marituba de 25/07/2000

Termo de Audiência da Comarca de Marituba de 20/05/1998

www.vermelho.org.br/diario/2006/0328/0328_psol.asp - Diário Vermelho de 28 de março de

2006. Consultado no dia 03/12/2007.

ANEXOS

REGISTRO DE COMPRA DO TERRENO AGRÍCOLA SANTO AMARO POR MANUEL PINTO DA

SILVA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 Município de Belém - Estado do Pará
 REGISTRO DE IMOVEIS
 SEGUNDO OFFICIO
 BELEM A. DA COSTA
 OFFICIAL SUBSTITUTO

BRUNELON G. PERDIGÃO
 OFFICIAL VITALICIO
 BELEM A. DA COSTA
 OFFICIAL SUBSTITUTO

Belmon Guilherme Perdigão
 do Segundo Office de Registro de Imoveis da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, em conformação legal.

Cópia

Certifico que as folhas 297 do livro 3-L, fol transcrita...

..... hoje sob o numero 15.881 a transmissão de três (3) lotes de terrenos agrícolas, denominado "Santo Amaro", situado no município de Ananindeua, Zona da Estrada de Ferro de Bragança, deste Estado, assim descriminados: - I) - UM LOTE situado na margem direita da Estrada de Ferro de Bragança, nos quilômetros 26 e 27, confinando de um lado, com propriedade de Agostinho Dias Pereira, e de outro lado com quem de direito, e aos fundos com o lote a seguir descrito, medindo 750,00m. de frente por 1.760,00 metro de fundos, com uma área de 132 hectares.; II) - UM LOTE situado nos fundos do acima descrito, com os mesmos confinantes laterais, cortado, como o anterior, pelo igarapé denominado "Marituba", medindo 875,00m. de frente por 1.760,00m. de fundos, abrangendo uma área de 154 hectares.; III) - UM LOTE de terreno situado nos fundos do lote anteriormente descrito, medindo 2.000,00m. de frente por 2.000,00m. de fundos, abrangendo uma área de 400 hectares;

ora adquiridos pela quantia de noventa mil cruseiros (CR\$90.000,00); sendo adquirente: - MANOEL PINTO DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade; e transmitente: - Dr. Amintas de Lemos Junior, brasileiro, engenheiro civil, viúvo, domiciliado e residente nesta cidade;

transcrição essa efetuada consoante escritura publica de compra e venda, datada de 19 de Agosto ultimo, lavrada ás folhas 117v. do livro 353 das notas do tabelião Dr. Edgar Chermont, desta cidade, não havendo condições especiais.

27.945-OBSERVAÇÕES: - A transcrição da transmissão anterior a esta do imóvel ora alienado, hoje cancelada, consta ás folhas 291 do livro 3-J, sob o número de ordem 12.772, no ano de 1.953.

-O REFERIDO É VERDADE, DO QUE DOU FÉ.-
Belém, 5 de SETEMBRO de 1.955.

Belmon Guilherme Perdigão
Oficial.-

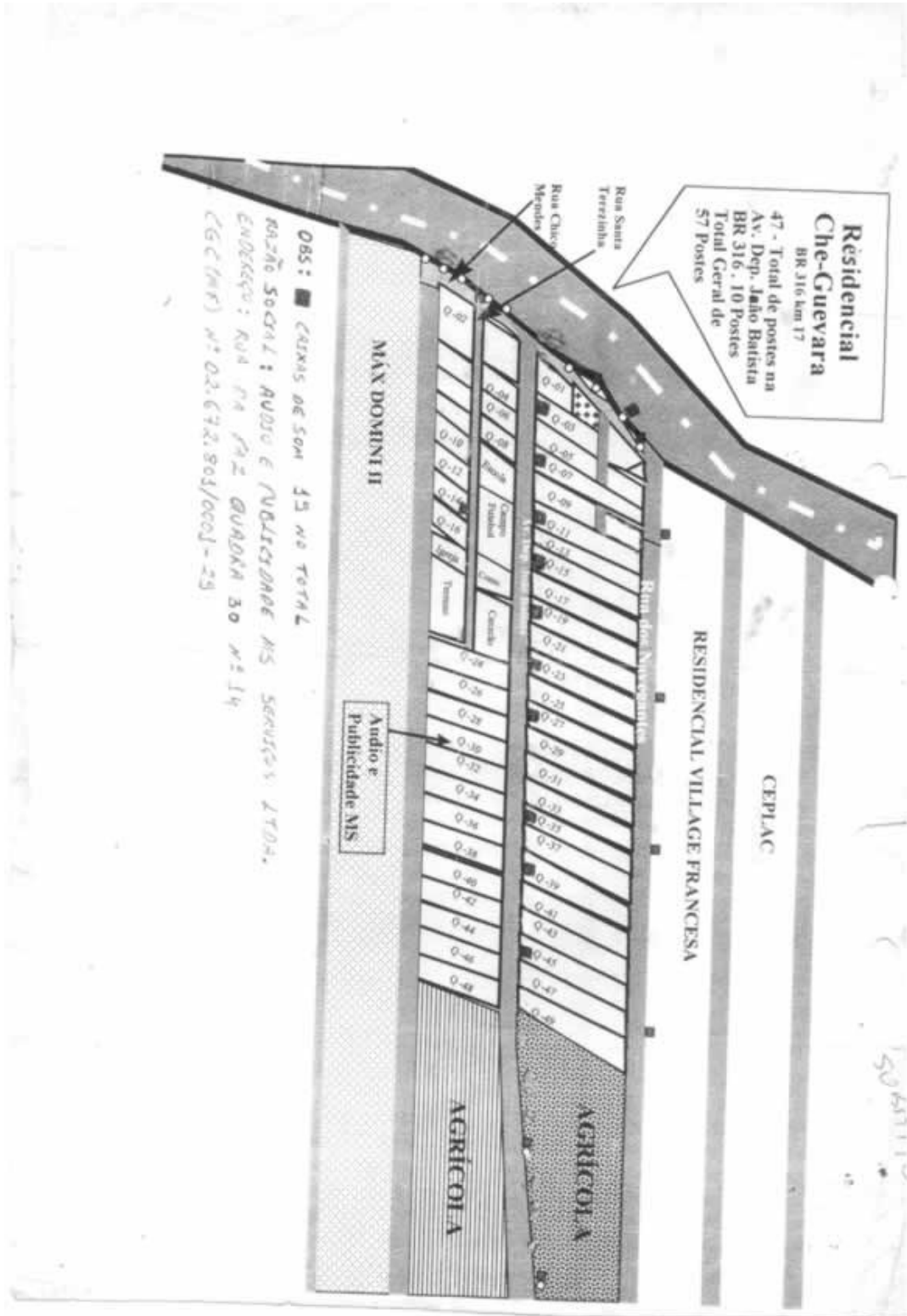
6.86 hect.



Cópia

AL

CROQUI DA OCUPAÇÃO CHE GUEVARA FEITA PELO SENHOR SARDINHA



Residencial Che-Guevara
 BR 316 km 17
 47 - Total de postes na Av. Dep. João Batista
 BR 316 - 10 Postes
 Total Geral de 57 Postes

OBS: ■ CAIXAS DE SOM 35 NO TOTAL
 RAZÃO SOCIAL: AUDIO E PUBLICIDADE MS SERVIÇOS LTDA.
 ENDEREÇO: RUA PAZ QUADRA 30 Nº 14
 (CGC/INF) Nº 02.673.803/0001-25

MAX DOMINI II

RESIDENCIAL VILLAGE FRANCESA

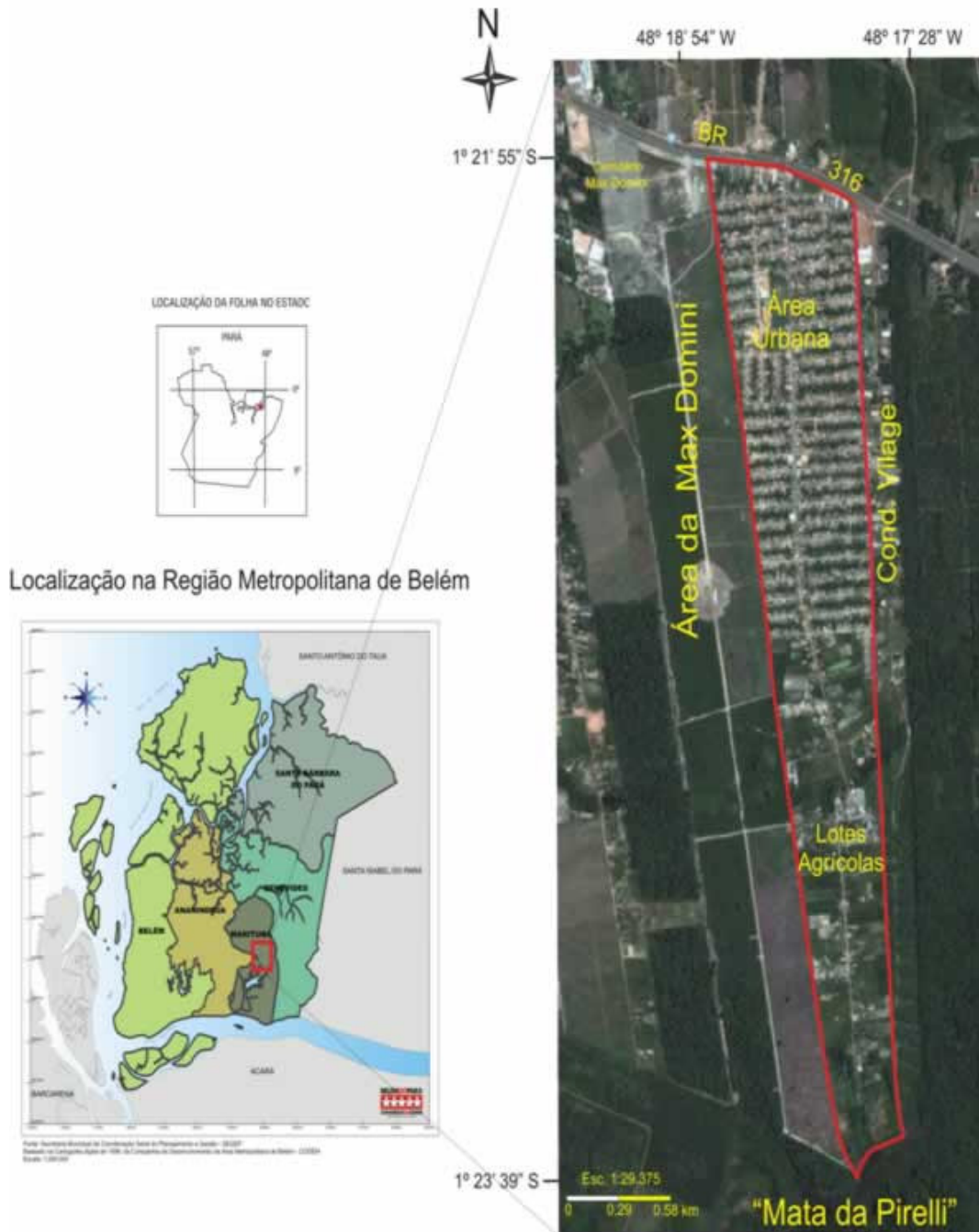
CEPLAC

AGRICOLA

AGRICOLA


Audio e Publicidade MS

Mapa de Localização do Bairro Che Guevara



Fonte: www.googleEarth.com.br/ ano, 2004
Org. Rodrigues, J.E.C., 2007

Legenda

-  Delimitação do Bairro Che Guevara (Atualmente Almir Gabriel)